

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM -  
MESTRADO**

**PRISCILA TAGLIAFERRO**

**ENFRENTANDO DESAFIOS E CONSTRUINDO POSSIBILIDADES - A  
EXPERIÊNCIA DA EQUIPE NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE UM  
EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO FORMADO POR USUÁRIOS DE  
UM CAPS**

**SÃO CARLOS  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM -  
MESTRADO**

**PRISCILA TAGLIAFERRO**

**ENFRENTANDO DESAFIOS E CONSTRUINDO POSSIBILIDADES - A  
EXPERIÊNCIA DA EQUIPE NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE UM  
EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO FORMADO POR USUÁRIOS DE  
UM CAPS**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Enfermagem da Universidade  
Federal de São Carlos, para obtenção do título de  
Mestre em Enfermagem**

*Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carmen Lúcia Alves Filizola*

**SÃO CARLOS  
2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

T126ed

Tagliaferro, Priscila.

Enfrentando desafios e construindo possibilidades - a experiência da equipe no processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de um CAPS / Priscila Tagliaferro. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

165 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Enfermagem. 2. Saúde mental. 3. Economia solidária. 4. Trabalho. 5. Metodologia. 6. Tecnologia. I. Título.

CDD: 610.73 (20<sup>a</sup>)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM



FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluna: PRISCILA TAGLIAFERRO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 17/02/11  
PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Carmen Lúcia Alves Filizola  
(orientadora)

Profa. Dra. Ana Luisa Aranha e Silva  
(EE/USP)

Profa. Dra. Maria Fernanda de Silvio Nicácio  
(EE/USP)

Presidente da Coordenação de Pós-Graduação  
Profa. Dra. Rosely Moralez de Figueiredo

---

## DEDICATÓRIA

---

A todos aqueles que buscam e lutam por uma realidade diferente, mais justa, inclusiva e solidária.

A todas as pessoas que acreditam na possibilidade de transformar a vida dos usuários e contribuem, de alguma forma, para o processo de construção do Recriart.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(Eduardo Galeano)

Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de setembro de 2009 a fevereiro de 2010.

---

## AGRADECIMENTOS

---

A Deus, pelo dom da vida, por me proteger e dar forças para enfrentar os desafios que se fazem presentes em meu caminho.

Aos meus pais, irmãos e familiares, pelo carinho e amor, por serem meu alicerce dando-me suporte em todos os momentos de minha vida.

Ao Janser, meu noivo, por fazer parte da minha vida e estar ao meu lado me dando amor e carinho.

A Carmen, orientadora e amiga, por me possibilitar aprendizado profissional e pessoal, pelas oportunidades e pela amizade construída ao longo desses anos.

Às minhas amigas, Sheila e Andrea, pela amizade, pelos momentos de alegria e dificuldades divididos juntos, pela força e por todo carinho nesses dois anos.

À minha querida tia Helena, pela contribuição na revisão deste trabalho.

À equipe do Recriart, pelo trabalho desenvolvido no grupo, pela confiança e por contribuir para que esta pesquisa se concretizasse, permitindo assim que outros empreendimentos possam refletir e aprender com a experiência de vocês.

Aos usuários, integrantes do Recriart, pela abertura, amizade e convivência.

A Ana Luisa Aranha e Silva, Fernanda Nicácio, Sônia Zerbetto e Ana Lúcia Cortegoso, pela rica contribuição, reflexões e disponibilidade no Exame de Qualificação, momento de discussão importante para esse trabalho.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação de Enfermagem, pelo aprendizado, pelos momentos de troca e construção do conhecimento.

Aos funcionários do Programa de Pós-graduação e do Departamento de Enfermagem, pela colaboração e paciência nesses dois anos.

Aos colegas do mestrado, pela oportunidade de nos conhecermos, pela companhia e trocas nos momentos em que estivemos juntos.

À Universidade Federal de São Carlos, por todo o crescimento pessoal e profissional construídos na graduação e também no mestrado e, por todas as amizades construídas durante minha trajetória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo e concessão de bolsa, que me possibilitou maior dedicação e esforço para realização deste trabalho.

A todos os que estiveram presentes e participaram de forma direta ou indireta, obrigada pela contribuição.

---

## RESUMO

---

A política nacional de saúde mental, norteadada pela reabilitação psicossocial, tem como objetivo a inclusão social das pessoas com transtornos mentais. A inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária é a mais nova estratégia para a reabilitação. Da articulação dos atores do campo da saúde mental e da economia solidária de um município paulista foi criado, em 2006, um grupo solidário, o Recriart, em processo de incubação através da parceria entre o Centro de Atenção Psicossocial de São Carlos e a Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A incubação é um processo de assessoria a grupos para a formação e consolidação de empreendimentos econômicos. A metodologia de incubação da INCOOP/UFSCar compreende dezesseis classes de comportamentos. Esta pesquisa qualitativa teve por objetivo analisar a experiência da equipe no processo de incubação do Recriart, tendo como referenciais teóricos a Reabilitação Psicossocial e a Economia Solidária. Também se constituiu como objetivo a descrição e reflexão do processo de incubação do grupo, a qual foi realizada através da inserção da pesquisadora no contexto, de consulta a documentos e de informações coletadas junto a coordenação do grupo. Para analisar a experiência da equipe de incubação, realizamos entrevistas semiestruturadas. Os dados das entrevistas foram analisados segundo a análise de conteúdo, categoria temática proposta por Bardin. Todos os cuidados éticos foram observados. Primeiramente apresentamos e refletimos sobre o processo de incubação do grupo pautado na metodologia da INCOOP. Desse processo enfatizamos a importância da parceria construída para fortalecimento e consolidação do grupo. Da análise das entrevistas emergiram quatro categorias temáticas: Considerando a incubação como um processo – aprendendo e encontrando os significados de ser apoio; Apontando facilidades e dificuldades no processo de construção do empreendimento; Visualizando resultados da inclusão pelo trabalho – percebendo a melhora dos usuários; Apontando necessidades de mudanças no processo, esperando uma maior autonomia dos usuários e a formalização do empreendimento. Ao ouvir a experiência da equipe constatamos que esta se constitui em um trabalho novo e gratificante, pois possibilita aprendizado, troca de saberes e vínculo com os usuários, embora haja conflitos nas relações. Ao refletirmos sobre o papel do técnico o reconhecemos como educador/facilitador do processo, uma vez que apoia os usuários em todas as atividades, fazendo com eles e não por eles o que representa tutela como direito à saúde. Para além das facilidades, a equipe enfrenta desafios também presentes em empreendimentos da economia solidária relacionados à renda insatisfatória, à construção da autonomia e à efetivação da autogestão. Em relação à autonomia há a necessidade da definição precisa deste conceito entre as técnicas. Embora haja desafios, a equipe reconhece a relevância do trabalho para a vida dos usuários apontando avanços na autonomia e nas habilidades técnicas dos mesmos para o trabalho. A equipe aponta ainda mudanças necessárias para o crescimento/desenvolvimento do grupo relacionadas à maior autonomia e formalização do empreendimento. Frente ao apresentado, esperamos que esta pesquisa contribua para a reflexão de outras experiências e também para o conhecimento sobre metodologia de incubação na saúde mental.

**Palavras-Chave:** Desinstitucionalização. Reabilitação. Economia Solidária. Metodologia. Tecnologia.

---

## ABSTRACT

---

The national policy on mental health, guided by a psychosocial rehabilitation, aimed at social inclusion of people with mental disorders. The social inclusion perspective in the work of Solidarity Economy is the newest strategy for rehabilitation. The articulation of the actors in the field of mental health and solidary economy of a city in São Paulo state was created in 2006, a solidary group, the Recriart in the incubation process through partnership between the Center for Psychosocial Care of San Carlos and Regional Incubator Popular Cooperatives (INCOOP), Federal University of São Carlos (UFSCar). Incubation is a process of advisory to groups for the formation and consolidation of economic enterprises. The method of incubation of INCOOP/UFSCar comprises sixteen classes of behaviors. This qualitative study has aimed to examine the team's experience in the Recriart's incubation process, having as theoretical Psychosocial Rehabilitation and Solidary Economic. Also it had as objective the description and reflection of the group's incubation process, which was performed by inserting the researcher in the context, of consultation documents and information collected from the coordination group. To review the experience of incubation's team, we conducted semistructured interviews. Interview data were analyzed using content analysis, thematic category proposed by Bardin. All ethical guidelines were followed. First we present and reflect about the process of incubation of the group, guided by the methodology of INCOOP. This process emphasizes the importance of partnership built to strengthen and consolidate of the group. Analysis of interviews revealed four themes: Considering the incubation as a process - learning and finding the meanings of being supported; Pointing facilities and difficulties in the construction of the achievement; Viewing the results inclusion by the work - realizing the improvement of users; Pointing necessities for changes in the process, hoping for greater user autonomy and formalization of the venture. Upon hearing the experience of the team we realize this experience is a new and rewarding job because it enables learning, knowledge exchange and relationship with users, although there are conflicts in relationships. Reflecting about the coach function we can recognized them as an educator/facilitator of the process, since it supports the group in all activities, making with them and not by them which which represents the right to health protection. In addition to the facilities, the team faces challenges also present in the solidary economy enterprises related to inadequate income, the construction of autonomy and the effectiveness of self management. In relation to autonomy it is necessary for precise definition of this concept among the techniques. Although there are challenges, the team recognizes the importance of work for the life of users pointing advances in autonomy and improvements in technical skills for the job. The team also shows changes required for growth/development of the group related to greater autonomy and formalization of the venture. View of the above, we hope this research can contributes to the reflection of other experiences and also to knowledge about the incubation methodology in mental health.

**Keywords:** Deinstitutionalization. Rehabilitation. Solidary Economy. Methodology. Technology.

---

## SUMÁRIO

---

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO .....</b>	<b>17</b>
A Reforma Psiquiátrica .....	17
Economia Solidária .....	32
Percurso Metodológico .....	50
<b>CAPÍTULO II - A INCUBAÇÃO DO GRUPO RECRIART – APRESENTANDO E REFLETINDO SOBRE O PROCESSO .....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DE INCUBAÇÃO DO EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO RECRIART .....</b>	<b>73</b>
Apresentando a experiência.....	73
Discussão dos resultados à luz do Referencial teórico.....	125
<b>CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>146</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de Identificação dos trabalhadores.....</b>	<b>159</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de Identificação dos alunos.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE D – Roteiro de entrevista .....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO A – Aprovação Cômite de Ética.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO B – Folha de Ponto .....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO C – Planilha de Cálculo de horas trabalhadas .....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO D – Planilha de Comercialização .....</b>	<b>165</b>

---

## APRESENTAÇÃO

---

Meu primeiro contato com a Saúde Mental ocorreu ainda na graduação, quando cursava o segundo ano e almejava trabalhar com pesquisa. Foi então que conheci a professora Carmen, militante da Reforma Psiquiátrica brasileira, que possibilitou minha inserção na Saúde Mental e também na luta para buscar garantir os direitos e proporcionar o melhor cuidado às pessoas em sofrimento psíquico.

Realizei dois anos de pesquisa na área: primeiramente, um levantamento dos recursos sociais de apoio à família de pessoas com transtorno mental que incluiu a rede pública de atenção à saúde mental do município e, no segundo ano, o trabalho foi buscar compreender a experiência de familiares de alcoolistas participantes do grupo de autoajuda Alanon. Ainda, no término da graduação, concluí o curso por meio de um trabalho/intervenção com uma família de um usuário do CAPS.

Todos estes estudos na saúde mental proporcionaram-me aprendizado tanto para a vida pessoal quanto profissional, levando-me a visualizar o quão importante é respeitar e saber lidar com as pessoas em sofrimento psíquico.

Por meio da aproximação e do convívio com a saúde mental, em minha dissertação pude optar por seguir uma nova linha, “a inclusão social pelo trabalho dos usuários”, tendo em vista a existência de uma experiência nesta área no município. Tal opção também se deu, por considerar a questão do trabalho de extrema importância para a reabilitação e reconstrução dos direitos dos usuários enquanto cidadãos. Criar oportunidades de trabalho para essas pessoas ainda demonstra claramente os avanços do processo da Reforma Psiquiátrica que há mais de 40 anos tem promovido mudanças, possibilitando um cuidado que promova qualidade de vida e cidadania aos usuários e familiares.

Desta forma, ao realizar este estudo com a equipe de incubação de um empreendimento solidário procurei, com grande satisfação, contribuir para o conhecimento e avanço do processo da Reforma Psiquiátrica, de modo a dar continuidade ao trabalho e à luta daqueles que há décadas têm possibilitado avanços nesse processo.

Na Introdução pontuamos os fatos históricos da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária que levaram ao objeto de estudo, aos objetivos e à justificativa desta pesquisa.

O Capítulo I descreve o referencial teórico-metodológico. Primeiramente abordamos o referencial da Reforma Psiquiátrica, desde sua história mais remota às suas propostas atuais, pontuando a questão do trabalho e, após, apresentamos a economia solidária como parceira na efetivação da inclusão social pelo trabalho para pessoas em sofrimento psíquico. Em seguida, descrevemos o percurso metodológico da pesquisa contendo o cenário do estudo, procedimentos éticos, coleta e análise dos dados.

No Capítulo II buscamos, frente ao referencial teórico da metodologia de incubação de empreendimentos solidários, descrever e refletir sobre o processo de incubação do grupo solidário Recriart. Apresentamos neste momento a criação do grupo, concretizada a partir de parcerias de atores da saúde mental e da economia solidária, bem como a trajetória da assessoria ao grupo no processo de sua consolidação enquanto empreendimento solidário.

No Capítulo III, que compreende a experiência da equipe de incubação, apresentamos primeiramente as categorias temáticas que emergiram da análise minuciosa das entrevistas realizadas com esses atores. Neste espaço há conteúdos e falas que revelam como tem sido para a equipe, a experiência de integrar e contribuir para o processo de incubação do Recriart. Em seguida, buscamos discutir/refletir à luz do referencial teórico a experiência dessa equipe.

Ao final, no Capítulo IV, pontuamos as considerações que foram possíveis pela apresentação/descrição do processo de incubação deste grupo e pela análise da experiência da equipe em participar desse processo.

---

## INTRODUÇÃO

---

### **Da Reforma Psiquiátrica e Economia Solidária ao objeto de estudo**

O movimento de Reforma Psiquiátrica brasileira teve início na década de 70 e busca substituir os manicômios por iniciativas sociais, culturais, políticas, científicas e jurídicas. Dessa maneira, a Reforma é entendida como um processo permanente de construção de reflexões e transformações que ocorrem a um só tempo e articuladamente nos campos assistencial, jurídico-político, cultural e conceitual, e vem trazendo um novo marco referencial: a reabilitação psicossocial (AMARANTE, 1997; PITTA, 1996). Esta, mais do que uma técnica, é uma exigência ética, constituindo-se em um conjunto de princípios e estratégias que orientam o cuidado às pessoas em sofrimento psíquico (SARACENO, 1999).

Ainda segundo Saraceno (1996;1999), a reabilitação psicossocial deve ser entendida como um processo de reconstrução, um exercício pleno da cidadania e de plena contratualidade nos cenários: casa, rede social e trabalho sendo que a construção da plena cidadania depende de variáveis que operam contra ou a favor da contratualidade em casa, no trabalho e na rede social. Este autor ainda ressalta que tais variáveis encontram-se na organização do pessoal dentro do serviço, em quanto tempo está exercendo sua prática, na hospitalidade que se oferece, na liberdade que se dá.

A Política Nacional de Saúde Mental tem como diretriz o cuidado em liberdade e a substituição do modelo de tratamento centrado no hospital psiquiátrico por uma rede de atenção de base comunitária tendo o objetivo de inclusão social das pessoas com transtornos mentais. No processo de construção da inclusão social pelo trabalho no âmbito da saúde mental tem se buscado, à partir de 2004, parceria com atores da economia solidária, abrindo perspectivas de fortalecimento mútuo nestes campos (BRASIL, 2005a).

O movimento de luta da economia solidária contra a exclusão social e econômica, surge como parceiro natural para a discussão da exclusão das pessoas com transtornos mentais do mercado de trabalho (BRASIL, 2005b). Singer (2005) também considera que ela constitui, além de uma reposta organizada à exclusão, uma posição ética, política e ideológica em que os participantes encontram-se excluídos e juntos constroem empreendimentos solidários e redes de trocas, apontando para uma sociedade marcada pela solidariedade.

Como valores desse outro modo de produção e organização tem-se adesão voluntária e esclarecida, participação democrática coletiva, solidariedade, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, atenção à natureza, atenção à comunidade, produção e consumo éticos (SINGER, 2000; 2002).

Diante do contexto de articulação e aproximação destes campos, foi publicada a Portaria Interministerial n.º 353/2005, que instituiu o Grupo de Trabalho de Saúde Mental e Economia Solidária, Grupo Interministerial (Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego), com o objetivo de construção e implementação da Política de Inclusão Social pelo Trabalho em Saúde Mental (BRASIL, 2006a).

Este Grupo apresentou, em março de 2006, um relatório final identificando como iniciativas de trabalho e renda solidárias, as experiências que possibilitem o processo de emancipação das pessoas com transtornos mentais; que incentivem a autogestão e a participação democrática; que operem com a perspectiva da intersetorialidade, articulando a participação de outras entidades/instituições, tais como: Incubadoras Universitárias, associações comunitárias e de usuários, Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre outras; que fortaleçam a contratualidade social das pessoas com transtornos mentais, promovendo sua efetiva participação na vida social; que busquem o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e inclusivos que promovam espaços reais de trabalho; dentre outras (BRASIL, 2006a).

O Grupo também apontou como necessidade a criação de metodologia de incubagem e acompanhamento de empreendimentos solidários em saúde mental, a partir das experiências acumuladas neste campo. Esta necessidade compõe, dentre os quatro eixos do plano de trabalho interministerial para inserção laboral de usuários de saúde mental, o eixo dois que compreende a Formação, Capacitação, Assessoria e Incubagem (BRASIL, 2006a).

Apesar da temática geração de trabalho e renda ser recente, as práticas de inclusão pelo trabalho para pessoas em sofrimento psíquico são antigas e, segundo Leal (2004), têm suas origens ainda no manicômio na década de 20 do século XX. Nicácio e Kinker (1996) afirmam que, no manicômio, o trabalho era de natureza laboroterápica/ergoterápica, ou seja, a terapia era fundamentada no trabalho, mas este não era reconhecido como trabalho “real” e nele havia ainda um pré-conceito de incapacidade e de invalidação do indivíduo, o que ocasionava a redução da pessoa ao papel de doente sem direitos.

No atual processo da reabilitação psicossocial a inserção no trabalho vem sendo re-significada, sendo compreendida como exercício de cidadania, e, portanto, de

direitos, devendo constituir “uma das estratégias fundamentais nos projetos e processos de produção de autonomia e de fortalecimento da contratualidade na perspectiva de inclusão social” (BRASIL, 2006a, p.14).

Em nosso contexto e diante da necessidade de enfrentar o desafio de inclusão social pelo trabalho dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de São Carlos (SP), seguindo as diretrizes apontadas, atores do campo da saúde mental buscaram parceria com a Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A INCOOP da UFSCar é um Programa de Extensão universitária criado em 1999, diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), tendo como finalidade a incubação de empreendimentos econômicos coletivos e autogestionários, com a perspectiva da promoção da economia solidária (INCOOP, 2009).

A atuação da INCOOP da UFSCar tem possibilitado e garantido a produção de conhecimento e sua transformação em realidade social, por meio da pesquisa, do ensino e da intervenção no campo da economia solidária. O foco de suas ações se direciona a segmentos excluídos da população, tais como trabalhadores desempregados ou precarizados, moradores de áreas pobres e de risco, bem como indivíduos com necessidades especiais sendo, portanto, a população usuária de serviço de saúde mental parte deste segmento (INCOOP, 2009).

A partir dessa parceria foi criado, em 2006, o grupo Recriart, grupo de produção e comercialização de papel reciclado formado por usuários do CAPS de São Carlos, constituindo-se como o primeiro grupo cujos integrantes são usuários de saúde mental apoiado pela INCOOP/UFSCar.

### **O processo de incubação do grupo Recriart – delimitando o objeto de estudo**

O grupo Recriart constitui, desde 2006, um grupo em processo de incubação pela INCOOP. Cortegoso (2007) afirma que o processo de incubação acontece de forma a assessorar grupos para a formação de empreendimentos econômicos com o objetivo de promover a existência e consolidar estes empreendimentos de natureza popular, organizados para o trabalho coletivo e dotados de funcionamento autônomo, com capacidade para identificar suas próprias necessidades e providenciar ações/estratégias para que estas sejam atendidas.

Para Cortegoso e Porto (2007), o processo de incubação acontece na busca de tornar o empreendimento mais compatível com os princípios da economia solidária que privilegia a cooperação ao invés da competição e a participação de todos nos processos de

tomada de decisão, gestão do trabalho com igualdade nas responsabilidades e direitos ao invés da hierarquização de tarefas e separação de trabalho intelectual e manual, ou planejamento e execução.

Nesse tempo de experiência o grupo vem produzindo, além do papel reciclado, cartões e outros produtos que estão sendo comercializados de várias formas, dentre elas em espaços/feiras de economia solidária e da comunidade. São realizadas reuniões e assembléias com os usuários-trabalhadores para discussão e tomada de decisões sobre a organização do trabalho coletivo, divisão das sobras e todas as outras questões que envolvem a formação de empreendimento coletivo autogestionário e organização para vendas. Buscando atender os princípios que orientam a formação de empreendimentos desta natureza, também têm sido oferecido espaços de sensibilização para os princípios da economia solidária e articulação com os atores deste campo por meio da criação/articulação de oportunidades de participação em eventos e cursos na área.

Todas as atividades do grupo, incluindo o processo de produção, são realizadas com o apoio e acompanhamento da equipe de incubação. Para tanto, essa equipe é formada por trabalhadores do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS (técnicos de nível superior e de nível médio) e da universidade (uma docente, uma técnica de nível superior da INCOOP e alunos de graduação e pós-graduação de vários cursos da universidade). Para debater e dar andamento a todas as questões que envolvem o processo de incubação/construção junto com os usuários-trabalhadores do empreendimento, a equipe de incubação se reúne semanalmente.

Entretanto, embora possa constatar vários avanços do empreendimento, tanto aos que se referem à produção de produtos com qualidade quanto à aquisição de equipamentos e sua divulgação, muitos são os questionamentos/conflitos/reflexões da equipe de incubação e suas necessidades.

Dentre os conflitos, salientamos que embora a equipe tenha se pautado na construção de uma prática nos referenciais da desinstitucionalização que, como apontam Nicácio e Kinker (1996, p.121) “tem como um de seus eixos fundamentais a transformação da relação de tutela, presente nas instituições delegadas da assistência às pessoas com deficiência e/ou em desvantagem social”, nos perguntamos o quanto o apoio da equipe de incubação ao grupo não representa tutela. Há, por vezes, queixas de integrantes em relação aos usuários, uma vez que esses não caminham sem o apoio da equipe, o que leva muitas vezes, à sobrecarga de trabalho da mesma.

Por outro lado, Basaglia (1993) aponta a concepção dialética de tutela como direito à saúde, entendendo-a como emancipação no sentido de que a pessoa, quanto mais

necessita de proteção, mais deve ser colocada em condição de viver positivamente a própria “minoridade” para reconquistar autonomia e responsabilidade.

Entendendo tutela neste sentido, o intenso estar junto com os usuários-trabalhadores, em todos os momentos/etapas do processo constitui tutela de repressão ou de direito à saúde? Se realmente constitui direito à saúde a equipe tem se questionado: empreendimentos desta natureza, constituídos por usuários-trabalhadores com transtorno mental severo não deveriam contar com mais recursos humanos na equipe especificamente para esta atividade?

Outra questão relevante é a do próprio significado do trabalho no contexto. Muito embora as diretrizes atuais para a área apontem a inclusão no trabalho com o significado de resgate/construção da cidadania, percebemos que há, muitas vezes, entre os integrantes da equipe, a visão de trabalho como sendo terapêutico.

Reconhecendo a importância, complexidade e desafio da equipe de incubação e, diante da vivência nesses anos, torna-se relevante analisarmos mais detidamente como tem sido a experiência dessa equipe no processo de incubação do grupo. Como tem percebido o processo de construção/incubação do empreendimento? Qual a sua visão sobre o trabalho dos usuários-trabalhadores? É trabalho ou terapia? Quais as facilidades e dificuldades neste processo?

Frente ao exposto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a experiência dos integrantes da equipe no processo de incubação do grupo Recriart, tendo como pano de fundo os referenciais da Reabilitação Psicossocial e da Economia Solidária. Ainda, consideramos relevante descrever e refletir sobre o processo de incubação do grupo.

Em pesquisa anterior, realizada no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSCar, se propôs a ouvir a experiência dos usuários-trabalhadores deste empreendimento. Acreditamos assim que este estudo, com a equipe de incubação, poderá fortalecer o conhecimento nos campos da saúde mental e economia solidária, ajudando a trilhar novos caminhos para a Política Nacional de Saúde Mental.

Esperamos que, ao analisar a experiência da equipe e descrever o processo de incubação deste grupo, esta pesquisa contribua para a produção de conhecimento ainda incipiente sobre metodologias de incubação na área de saúde mental. Também esperamos que ela contribua para o trabalho de profissionais envolvidos na formação de empreendimentos solidários de usuários de saúde mental.

---

## CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

---

### A REFORMA PSIQUIÁTRICA

Após a Segunda Guerra Mundial a sociedade passou a comparar as condições de vida nos hospitais psiquiátricos com os campos de concentração, onde constatou-se a ausência de dignidade humana. Estes acontecimentos motivaram o nascimento das primeiras reformas psiquiátricas (AMARANTE, 2007).

Tenório (2002) afirma que, apesar da literatura apontar que, as expressões 'reforma' e 'psiquiatria' só se tornaram parceiras recentemente, sabe-se que sempre caminharam juntas desde o nascimento da psiquiatria, com as primeiras intervenções de Phillippe Pinel no hospício de Bicetrê na França até as transformações inovadoras na Itália.

As críticas às formas de cuidados dentro dos hospitais psiquiátricos levaram ao surgimento de várias experiências e práticas, sendo a italiana, reconhecidamente, a mais rica, original e a que mais influenciou outras experiências, inclusive a brasileira.

Nesta luta por transformações/mudanças na forma de cuidar em saúde mental surge o conceito de desinstitucionalização, primeiramente, nos Estados Unidos da América (EUA), no âmbito da Psiquiatria Preventiva (AMARANTE, 2007). Rotelli (1990) salienta que neste país, este conceito representou um conjunto de medidas de 'desospitalização', ou seja, redução de internação de pacientes em hospitais psiquiátricos, redução da permanência hospitalar e também a promoção de altas hospitalares.

Entretanto a desinstitucionalização vai, aos poucos, sendo ressignificada passando a representar muito mais do que a simples redução de leitos psiquiátricos, mas a superação do manicômio. Foi através da experiência italiana dos anos 60, com Franco Basaglia, que o conceito de desinstitucionalização avançou. Ele formulou a idéia de superação do aparato manicomial, entendido não apenas como estrutura física do hospício, mas como o conjunto de saberes e práticas científicas, sociais, legislativas e jurídicas, que fundamentavam a existência de um lugar de isolamento, segregação e patologização da experiência humana (SARACENO, 1999; AMARANTE, 2007).

Rotelli, Leonardis e Mauri (1990, p.30) afirmam que as experiências na Europa propunham muito mais que a superação gradual manicomial, mas também a criação de serviços na comunidade, do deslocamento da intervenção terapêutica para o contexto social das pessoas, a prevenção e a reabilitação. Frente a isso, este autor salienta que "o processo de

desinstitucionalização torna-se a reconstrução da complexidade da ‘existência-sofrimento’, sendo a ênfase não mais colocada no processo de ‘cura’, mas no projeto de ‘invenção de saúde’ e de ‘reprodução social’ ” dessas pessoas.

Assim, de acordo com Amarante (2007), a desconstrução do manicômio representa a desmontagem de um conjunto de aparatos para restabelecer uma nova relação com os sujeitos em sofrimento, transcendendo a transformação à simples reorganização do modelo assistencial, mas também alcançando as práticas e concepções sociais. Desta forma a desinstitucionalização se concretiza na desconstrução do manicômio, criando alternativas e desconstruindo, ao mesmo tempo, as idéias, as noções e os preconceitos e o contágio cultural em termos de teorias e valores a ele vinculados (BARROS, 1994).

Este processo de transformação representou um novo olhar para a pessoa em sofrimento psíquico no sentido de promover a reconstrução da vida, buscando mudanças nas instituições e também conferindo a estas um novo estatuto de direitos (ASSUMPCÃO, 2004).

Na Itália, a desinstitucionalização possibilitou a criação de vários serviços e dispositivos substitutivos ao modelo manicomial. A expressão serviços substitutivos passou a ser adotada no sentido de caracterizar um conjunto de estratégias que vilumbrassem o tomar lugar das instituições psiquiátricas de forma a não ser apenas paralelas ou simultâneas. Os serviços substitutivos foram entendidos como dispositivos estratégicos, como lugares de acolhimento, de cuidado e de trocas sociais que lidam com as pessoas, e não com as doenças, buscando promover sociabilidade e subjetividade (AMARANTE, 2007).

No Brasil, a história da psiquiatria é considerada um processo de asilamento e de medicalização social. Na década de 60 os serviços de saúde em sua maioria eram privatizados, incluindo os hospitais psiquiátricos, por isso a doença mental era considerada objeto de lucro, uma mercadoria para os empresários (AMARANTE, 1994).

O modelo de reforma psiquiátrica desenvolvido na Itália por Basaglia foi considerado o marco de inserção social das pessoas com transtorno mental e a grande influência do movimento de reforma no Brasil (MENDES, 2007).

O início deste processo de Reforma Psiquiátrica brasileira eclodiu com o “movimento sanitário”, nos anos 70, com as críticas à ineficiência da assistência pública em saúde e ao seu caráter privatista (TENÓRIO, 2002). Os ganhos advindos destes serviços exerciam grande pressão para que se mantivesse a estrutura manicomial (MENDES, 2007). Denúncias surgiram contra as condições nos hospitais a que os pacientes psiquiátricos estavam expostos, como o abandono, a violência e os maus-tratos. Entretanto, no início, havia

críticas não aos pressupostos do asilo e da psiquiatria, mas a seus excessos e desvios (TENÓRIO, 2002).

Em 1978, foi criado no Rio de Janeiro, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), que se tornou um movimento nacional, constituído por associações de familiares, sindicalistas, membros de associações de profissionais e pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas (AMARANTE, 2007; BRASIL, 2005b).

Este movimento iniciou o processo de denúncias da violência nos manicômios, da mercantilização da loucura, da hegemonia de uma rede privada de assistência e começou a construir coletivamente uma crítica ao chamado saber psiquiátrico e ao modelo hospitalocêntrico na assistência às pessoas com transtornos mentais. A crítica ao modelo hospitalocêntrico no Brasil e a experiência italiana de desinstitucionalização revelou a possibilidade de romper com os antigos paradigmas (BRASIL, 2005b).

As práticas assistenciais foram diretamente influenciadas pela luta dos direitos da cidadania dos pacientes que se encontravam hospitalizados, porém estas apenas tiveram início quando se começou a construir novos conceitos de cuidado, tratamento e terapêutica (LEAL, 1994).

Em 1987, foram realizados a I Conferência Nacional de Saúde Mental, no Rio de Janeiro e o II Congresso Nacional do MTSM, na cidade de Bauru (SP), onde foi lançado o lema “Por uma Sociedade sem Manicômios”, em que usuários e familiares passaram a participar dos movimentos de luta antimanicomial e, desta forma, foi instituído, em 18 de maio, o Dia Nacional da Luta Antimanicomial com o objetivo de potencializar mais classes da sociedade em torno do movimento de desinstitucionalização (AMARANTE, 2007; BRASIL, 2005b; MENDES, 2007).

Este lema remeteu para a discussão sobre a loucura, a doença mental, a psiquiatria e seus manicômios e no campo prático, passou-se a privilegiar a discussão e a adoção de experiências de desinstitucionalização, sendo que esta implicou na invenção de práticas assistenciais territoriais, desconstruindo conceitos, e não representando apenas processo de desospitalização. Esta Conferência marcou o início da trajetória de desconstruir as formas de lidar e tratar a loucura no interior dos hospitais e também na sociedade (AMARANTE, 1994; TENÓRIO, 2002). Além também de ressignificar cidadania, inventar novos espaços de tratamento, novos equipamentos técnicos, terapêuticos e novas relações sociais com estas pessoas (LEAL, 1994).

No final da década de 80 ocorreu o surgimento de experiências consideradas um avanço para a área de saúde mental e importante para a nova prática de cuidar em saúde

mental: o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Professor Luiz da Rocha Cerqueira, na cidade de São Paulo, em 1987, e a intervenção na Casa de Saúde Anchieta no município de Santos (SP), que constitui o Programa de Saúde Mental organizado sob uma rede de cuidados, cujo eixo foram os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS), em 1989. Neste período foram criadas também as associações e cooperativas como: Louco pela Vida, SOS Saúde Mental, Franco Basaglia, Franco Rotelli, Cabeça feita, Loucos por você, Loucos por cidadania, LokoMotiva, entre outras (AMARANTE, 2007).

A experiência de Santos (SP) focou, principalmente, na criação de um novo saber e nova tecnologia de intervenção sobre os problemas relacionados à saúde mental, com propósito de resgatar efetivamente os direitos dos usuários e oferecer tratamento diferenciado às pessoas em sofrimento psíquico. Dentro dessa nova forma de pensar, a saúde mental contava com serviços como: NAPS, que são centros de atenção psicossocial territorializados; uma unidade de reabilitação psicossocial que objetivava enfrentar a questão do trabalho; centro de convivência e uma unidade residencial para muitos dos pacientes que, no processo de fechamento do hospital, se encontravam sem família (LEAL, 1994; FILIZOLA, 1999).

Estas mudanças não se limitaram apenas ao âmbito técnico-assistencial, mas trouxeram resultados positivos também na dimensão legislativa. Desta forma, em 1989 o então deputado Paulo Delgado (PT/MG) apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei, que pela primeira vez na história do país trouxe a necessidade de transformação da regulamentação da assistência psiquiátrica. Este Projeto propôs a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país. Assim em 1992, vários movimentos sociais se iniciaram no país, inspirados pelo Projeto de Lei Paulo Delgado, e fizeram aprovar em vários estados brasileiros as primeiras leis que determinaram a substituição progressiva dos leitos psiquiátricos por uma rede integrada de atenção à saúde mental (BRASIL, 2005b).

Neste mesmo ano, o país viveu um marco histórico da Reforma Psiquiátrica, pois com a realização da II Conferência Nacional de Saúde Mental, aprovou-se a criação de uma rede de atenção integral à saúde mental, substituindo os hospitais psiquiátricos e trazendo à discussão a questão de cidadania dos usuários, além de possibilitar as primeiras normas federais regulamentando e possibilitando a implantação de serviços de atenção diária, como os CAPS, NAPS e Hospitais-dia, e as primeiras normas para fiscalização e classificação dos hospitais psiquiátricos (BRASIL, 2005b; MENDES, 2007). Estas decisões representaram um avanço para a Reforma no país.

No entanto, mesmo com tantas conquistas alcançadas com as Conferências Nacionais, o Projeto de Lei ainda percorria seus caminhos dentro do Congresso Nacional para que tivesse a aprovação. Foi em 2001, após 12 anos de tramitação devido a dificuldades no Senado, que a Lei Paulo Delgado foi sancionada no país, mas sendo uma substituição do Projeto de Lei original, muito mais tímida no que se refere à substituição asilar (BRASIL, 2005b; TENÓRIO, 2002). Mesmo apresentando aspectos diferentes do que havia sido proposto, a Lei representou grande conquista, já que pode ser considerado dispositivo efetivo de transformação da assistência e da condição do paciente psiquiátrico no país (TENÓRIO, 2002).

A Lei Federal 10.216 de 6 de abril de 2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios. No contexto da promulgação da lei 10.216 e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, a Política de Saúde Mental, alinhada com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, passou a se consolidar, ganhando maior sustentação e visibilidade (BRASIL, 2005b).

A III Conferência Nacional de Saúde Mental realizada em Brasília, em 2001, apresentou o tema "Cuidar, sim. Excluir, não - Efetivando a Reforma Psiquiátrica, com Acesso, Qualidade, Humanização e Controle Social" e eixo temático "Reorientação do Modelo Assistencial" (BRASIL, 2001). Esta Conferência consolidou a Reforma Psiquiátrica como política de governo e ofereceu possibilidade de participação e controle social dos atores sociais na discussão e construção das políticas de saúde mental e atenção psicossocial (MENDES, 2007; AMARANTE, 2007).

A III Conferência representou o fortalecimento da Reforma Psiquiátrica por meio da elaboração de propostas, estratégias e metas para a implementação de um modelo em saúde mental substitutivo ao manicômio, com atendimento humanizado, eficaz, de qualidade, acessível aos cidadãos e com controle social. Neste sentido possibilitou a garantia de cuidado, inclusão social e a emancipação das pessoas portadoras de sofrimento psíquico para que, desta forma, fossem desenvolvidos saberes, práticas e culturas que concretizassem, de fato, o cuidado e não a exclusão. Estes serviços substitutivos deveriam desenvolver práticas que potencializassem a subjetividade, a autoestima, a autonomia e a cidadania, superando a relação de tutela e as possibilidades de reprodução de institucionalização e/ou cronificação (BRASIL, 2002).

O Relatório final desta Conferência apresentou, dentro do eixo de reorientação do modelo, sub-temas como: Recursos Humanos, com atores sociais nos processos políticos,

socioculturais e institucionais produzindo, construindo e transformando as práticas em novas formas de cuidar em saúde mental, modificando profundamente a compreensão e a abordagem dos fenômenos e das problemáticas; Financiamento, considerado fator determinante do processo de mudança para a implantação e consolidação dos serviços substitutivos e para benefícios em prol dos usuários, como vale transporte, bônus de desospitalização, programas de moradia e trabalho; Controle Social, que representa a participação de usuários, familiares, trabalhadores, gestores nos espaços sociais, político, saúde, por meio de grupos operativos, associações; e a Acessibilidade, Direito e Cidadania (BRASIL, 2001).

A partir das experiências obtidas por meio das Conferências, constatamos que essas são importantes espaços destinados a discussão e análise dos avanços e dificuldades do processo da Reforma Psiquiátrica, pois propiciam reflexões críticas e debates democráticos para elaboração de diretrizes para a Política de Saúde Mental.

Assim, a Política de Saúde Mental deve apresentar como diretrizes a possibilidade dos usuários viverem a inclusão social e também habilitar a sociedade para conviver com a diferença (BRASIL, 2002). Alverga e Dimenstein (2006) salientam ainda que se deve buscar a emancipação, não meramente política, e sim uma emancipação pessoal, social e cultural, que não permita enclausuramento de tantas formas de existência banidas do convívio social, mas que passe a englobar todas as esferas e espaços sociais e busque a convivência tolerante com a diferença. Para que isso aconteça se faz necessária “a integração desta política com outras políticas sociais, como educação, trabalho, lazer, cultura, esporte, habitação e habilitação profissional, visando garantir o exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2002, p. 23).

Neste cenário, a Reforma Psiquiátrica brasileira é entendida como um processo permanente de construção de reflexões e transformações que ocorrem a um só tempo e articuladamente nos campos assistencial, jurídico-político, cultural e conceitual, e vem trazendo um novo marco referencial: a reabilitação psicossocial (AMARANTE, 1997; PITTA, 1996). Esta, mais do que uma técnica, é uma exigência ética, constituindo-se em um conjunto de princípios e estratégias que orientam o cuidado com as pessoas em sofrimento psíquico (SARACENO, 1999).

A reabilitação psicossocial deve ser firmada com princípios de respeito, preservação de identidade e cidadania da pessoa em sofrimento psíquico, envolvimento e participação dos familiares no tratamento, horizontalidade nas relações, buscando transformar

o modelo hospitalocêntrico em desinstitucionalização e a dependência em autonomia (BRASIL, 2002).

Marques (1996) ao conceituar a reabilitação psicossocial salienta a necessidade de diferenciar a reabilitação de tratamento, uma vez que reabilitar implica em aquisição de habilidades funcionais, que possibilitarão ao sujeito viver independentemente o quanto possível, enquanto que tratar relaciona-se apenas à remoção de sintomas.

As atividades de reabilitação devem objetivar o desenvolvimento de uma série de habilidades relacionadas às atividades comuns da vida diária, ao funcionamento social, ao relacionamento com familiares e amigos, ao trabalho, à educação e ao lazer (VIDAL; BANDEIRA; GOTIJO, 2008).

Desta forma Kinoshita (1996) aponta que a reabilitação pode ser compreendida como um processo de reconstrução do valor, de forma a aumentar o poder de contratualidade e ampliar a autonomia do indivíduo.

Visualizando estes aspectos da reabilitação, Saraceno (1996; 1999) salienta que ela responde à demanda de entretenimento extramanicomial, de melhora da qualidade da assistência de grandes massas de pacientes e da busca da inserção dos indivíduos no mundo produtivo, de forma a não confundí-la com o entretenimento para manter dentro, para reproduzir a lógica que nunca termina, manter a lógica da enfermidade, tornando-os cúmplices deste tipo de entretenimento.

Desta forma, ao pontuar o processo da reforma psiquiátrica brasileira, passamos a seguir à questão do trabalho ao longo deste processo.

### **O Trabalho na psiquiatria – da ergoterapia presente no manicômio à produção de cidadania**

A relação entre trabalho e psiquiatria não é recente, sua origem é remota (LEAL, 2004). Philippe Pinel, considerado o Pai da Psiquiatria, defendia a questão de que as pessoas “loucas”, além de serem libertadas das correntes, também deviam ser submetidas a um tratamento asilar, sob um regime de completo isolamento. O princípio terapêutico considerado fundamental para este processo foi do ‘tratamento moral’ ao qual Castel (1978) denominou de pedagogia da ordem uma vez que consistia em estabelecer, em torno do doente, um círculo invisível de julgamentos morais, realizado por meio de uma rígida hierarquia, da vigilância e dominação.

No tratamento moral os internos eram submetidos a uma rotina de trabalho, sendo que este não possuía valor subjetivo e nem material, apenas o propósito de controlar os devaneios e domesticar o comportamento, por meio da ocupação do tempo (RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2008).

De acordo com Zambroni-de-Souza (2006, p.159), esta forma de tratamento buscava promover a cura dos asilados que eram considerados incapazes de se guiar dentro dos limites da moral e que precisavam receber cuidados e proteção, pois não se encaixavam às normas impostas pela burguesia.

Se, por um lado, poderia ser perigoso e representar um risco à sociedade, por outro lado, perdera o que há de mais precioso no homem: a razão. Não poderia, por isso, ser responsabilizado por seus atos, de modo que a figura que se adequaria a essa situação seria a da tutela. O louco não deveria ser preso por não ser responsável por seus atos, mas, por não ser responsável por seus atos, deveria colocar-se aos cuidados e à responsabilidade de outrem.

O alienado era tido como desprovido de tudo, principalmente da razão, para ele era necessária a relação de tutela e uma mediação para que pudesse haver acesso à ordem contratual, constituindo-se em uma relação de dominação e subordinação (NICÁCIO, 1994).

A ideia de manicômio apresentava a intenção de dar forma e visibilidade ao direito de asilo, que se dedicava aos loucos pobres. Desta forma havia um projeto paterno, em que a sociedade forte previa tutela aos seus membros fracos, sendo crucial considerar esse aspecto de proteção, ou seja, de serviço que coexiste com a vocação de patrão que normatiza a vida dos escravos (SARACENO, 1999).

Além do tratamento moral instituído por Pinel, a experiência na Itália trazia a ergoterapia como realidade nos manicômios, a qual representava a exploração de pacientes para manter o trabalho (ROTELLI, 1994).

Por meio destes fatos, constatamos que o trabalho enquanto ergoterapia perdura na história da psiquiatria. Saraceno (1999) afirma que o trabalho no manicômio é antigo como o manicômio, pois representa a norma moral e o entretenimento, e ainda aparece valorizado como importante indicador do funcionamento social e é visto como função recíproca complexa entre o indivíduo e os lugares econômicos e sociais, mas, sobretudo como faculdade intrapsíquica de adaptação.

No manicômio as pessoas em sofrimento psíquico eram consideradas incapazes para a vida civil, o que determinava que tivessem que ser tuteladas, o que formalizava a relação que se estabelecia com o louco ao confirmar a inexistência de sua

subjetividade. Esta resposta de tutela institucional legitimada era justificada pela necessidade natural de proteção destas pessoas, o que invalidava o sujeito e o absorvia na instituição (NICÁCIO, 1994).

Entretanto, tutela, de acordo com Basaglia (1993, p.XXIV) possuía conceitos como: expropriação do corpo, em que há ausência de direitos do tutelado; invalidação assistida, em que o tutelado tem direito à saúde, mas ao mesmo tempo é invalidado como sujeito; e como direito à saúde em que se objetiva reduzir a desigualdade social.

Entender tutela como momento de emancipação e não mais de repressão; emancipação no sentido de que a pessoa quanto mais necessitada de proteção, tanto mais deve ser colocada em condição de viver positivamente a própria minoridade, para conquistar ou recuperar autonomia e responsabilidade.

Nicácio (1994) aponta que a tutela deve ser compreendida não como uma simples mudança na organização da instituição, mas como disciplina de conhecimento e papel dos técnicos que estão envolvidos no cuidado às pessoas em sofrimento psíquico, em que ocorra a emancipação em momentos de assistência, reabilitação e construção de autonomia.

Kinoshita (1996) aponta a necessidade de compreender autonomia como uma condição mais ampla, que significa a pessoa gerar normas, ordens para a própria vida, de acordo com as situações a serem enfrentadas, sem entendê-la como autossuficiência e independência, uma vez que todos têm dependências. Esse autor ainda considera que o problema dos usuários é, na realidade, a dependência excessiva de apenas poucas relações/coisas.

Onocko Campos e Campos (2006) enfatizam ainda que autonomia não deve ser entendida como o oposto de dependência, mas sim como a capacidade do sujeito em manter sua rede de dependências, os sujeitos compreenderem a si mesmos e o mundo e estabelecer compromissos e contratos com outras pessoas.

Nicácio, Mangia e Ghirardi (2005) apontam alguns estudos sobre as práticas de trabalho nas instituições psiquiátricas do Brasil, nas quais havia a anulação da liberdade do indivíduo, relações de subordinação e produção de dependência dentro das instituições.

O trabalho para os pacientes psiquiátricos gravemente desabilitados era representado pelo simples desenvolver de algumas tarefas. Os doentes eram “postos a trabalhar”, para passar o tempo, para ganhar o direito a um cigarro, para assim substituir o trabalho dos funcionários do manicômio (SARACENO, 1999). Assim, o trabalho dos loucos

no hospício era visto no sentido de submissão e inutilidade e não com a finalidade de desenvolver a autonomia dos internos (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006).

No âmbito de uma perspectiva comportamental, a reabilitação para o trabalho é redefinida como atividade sobre a capacidade de procurar as ofertas de trabalho, de suportar o peso de uma postura frequentemente frustrante e de enfrentar um colóquio de cunho profissional (AMARANTE, 2007).

Domitti; Carnevalli e Bianchini (2001) ainda consideram que o trabalho é fator de operacionalização de alternativas de intervenção no processo de autonomia e reabilitação dos usuários da saúde mental, pois através dele há a possibilidade de ampliação dos conhecimentos, de reflexões, transformando ou modificando ações diante das necessidades, de forma a se reconhecer como capaz de produzir e estabelecer relações sociais.

Assim pode-se dizer que

As transformações da assistência, da visão social e da luta dos direitos da pessoa com transtorno mental grave são favoráveis à pessoa com transtorno mental grave, isto é, que o declínio do hospício torna as pessoas menos sujeitas a serem trancadas e a sofrerem as violências que, freqüentemente, ocorrem dentro do manicômio e que, além disto, abrem-se possibilidades para elas poderem orientar suas próprias vidas, tornando-se cada vez mais autônomas. Nesse sentido, podemos procurar saber de que maneira pode ser possível a essas pessoas, não mais internada no manicômio, viverem nessa sociedade segregatória sem serem isoladas. Pensamos que isso pode ser possível através de sua inserção no mundo do trabalho (ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006, p.163).

Franco Basaglia constatou, em 1973, em Trieste, que uma grande parte dos ‘funcionários’ dos hospitais eram ‘pacientes internados’. Então, se podiam trabalhar, poderiam receber pelo trabalho, mas a Administração Pública contestou, pois considerava que este trabalho era voluntário ou terapêutico (AMARANTE, 2007).

A experiência de reforma na Itália trouxe a valorização das cooperativas de trabalho dos pacientes, levando ao surgimento das empresas sociais (ROTELLI<sup>1</sup>, 2000, p. 301 citado por ZAMBRONI-DE-SOUZA, 2006).

Saraceno (1999) refere que o processo de evolução da ergoterapia manicomial possibilitou o desenvolvimento do trabalho anti-institucional e também a criação das cooperativas. Estas se constituíram não somente a partir do oposto à lógica do trabalho dependente, mas como forma concreta de solidariedade, uma vez que representa lugar de promoção da autonomia bem como de proteção (SARACENO, 1999).

---

<sup>1</sup> ROTELLI, F. Empresa Social: construindo sujeitos e direitos. In Amarante, P.D.C. (Org.). **Ensaio:** subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

A primeira cooperativa social de Trieste surgiu em 1972 e tinha como sócios ex-pacientes de hospitais psiquiátricos, entre outros. As experiências com cooperativas na Itália representam exemplo de experiência internacional (LUSSI, 2009).

No Brasil, em 1999, foi publicada a Lei nº 9.867 que dispõe sobre a criação e funcionamento das cooperativas sociais, apontando que estas possuem a finalidade de inserir no mercado de trabalho pessoas em desvantagem no mercado econômico. Dentre as que são consideradas em desvantagem estão os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente e os egressos de hospitais psiquiátricos (BRASIL, 1999).

Apesar dos avanços alcançados, ainda há o desafio de consolidar uma política pública que integre diferentes setores e órgãos do governo, em parceria com a sociedade civil a fim de fomentar e apoiar o cooperativismo social no Brasil por meio de marcos conceituais e jurídico (BRASIL, 2010a).

A inserção das pessoas em sofrimento psíquico requer projetos que promovam a produção de emancipação, de valor e de acesso a exercício de direitos, além também de buscar superar a questão de trabalho terapêutico e de confrontar com as diversas propostas de “trabalho protegido” presentes no campo da assistência e da reabilitação, de forma a transformar o trabalho assistido e protegido em relações de trabalho e econômicas efetivas (NICÁCIO; MANGIA; GHIRARDI, 2005). Identificamos que estas conquistas se fazem possível através da inserção em cooperativas sociais, uma vez que se constituem em lugares de respeito à individualidade e à subjetividade de cada pessoa.

Assim, a construção de espaços reais para o trabalho para usuários da saúde mental possibilitam a validação de suas capacidades e de seus saberes e também transformam as “relações entre as pessoas e os contextos, tecendo a invenção de possibilidades efetivas de trabalhar, trocar, produzir valor e compartilhar os riscos de entrar na trama social” (NICÁCIO; MANGIA; GHIRARDI, 2005, p.64).

Desta forma, as políticas de saúde mental e atenção psicossocial passaram a adotar estratégias para criação de projetos de geração de renda. O trabalho deixou de ser visto como atividade terapêutica (prescrita, protegida, orientada), como uma forma simples de ocupação do tempo ocioso ou, ainda, uma forma de submissão e controle institucional para se tornar uma estratégia de cidadania, de autonomia e de emancipação (AMARANTE, 2007; MARTINS, 2008).

No Brasil várias experiências têm se realizado no sentido de criar condições de trabalho. As primeiras experiências tiveram início em 1990 e foram do Programa de Saúde

Mental de Santos, a do CAPS Luis Cerqueira, na cidade de São Paulo e do Serviço de Saúde Mental Dr. Cândido Ferreira, no município de Campinas (SP) (LEAL, 2004).

A experiência de Santos surgiu após a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, sendo coordenada pela Unidade de Reabilitação Psicossocial, com a proposta de ampliar espaços, proporcionar a expressão subjetiva e de redes de trocas sociais, buscando produzir autonomia e cidadania e conquistar direitos aos usuários, reconhecendo-os como sujeitos de capacidades (NICÁCIO; KINKER, 1996). Para isso, passou-se a criar projetos de inserção no trabalho oferecendo remuneração aos usuários (MENDES, 2007).

Em relação à experiência do CAPS Luis Cerqueira, a articulação em 1989, com a Associação Franco Basaglia, Organização Não-Governamental, formada por profissionais, estudantes, usuários e familiares possibilitou, naquele contexto, a concretização do Projeto Trabalho, pois permitiu atender a demanda de oferecer uma atividade produtiva aos usuários que frequentavam este serviço de saúde mental (ARANHA E SILVA, 1997).

Em Campinas, a experiência do Serviço de Saúde Mental Dr. Cândido Ferreira surgiu com a criação do Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT), criado em 1991, por um grupo de profissionais, com a proposta de promover uma nova dinâmica de forma a instrumentalizar e preparar os usuários para a reintegração na sociedade, através da criação de espaços de formação profissional (DOMITII; CARNEVALLI; BIANCHINI, 2001).

Desta forma, com o objetivo de promover a inclusão social pelo trabalho de pessoas com transtorno mental, a política nacional de saúde mental em articulação com a política nacional de economia solidária têm incentivado as iniciativas de geração de trabalho e renda nas ações públicas intersetoriais. O trabalho como meio de inclusão social de pessoas em sofrimento psíquico se afirma enquanto um direito de cidadania, e distinto das ações humanistas ou mesmo assistenciais e terapêuticas (RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2008).

### **Inclusão Social pelo Trabalho: a articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária**

A reforma psiquiátrica traz como um de seus principais desafios o processo de inclusão social e promoção da cidadania das pessoas com transtornos mentais, tendo como instrumento potencializador, o trabalho (BRASIL, 2005b).

Em 2004, os campos da reforma psiquiátrica e da economia solidária e de seus integrantes iniciaram uma colaboração/articulação com a finalidade de promover a reinserção

social de egressos de manicômios por meio da construção de empreendimentos solidários e autogestionários (BRASIL, 2005b).

O Programa de Inclusão Social pelo Trabalho é uma parceria construída entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e Área Técnica de Saúde Mental (CORTEGOSO et al., 2008).

No entanto, Kawahala et al. (2009) salienta que esta parceria não deve abranger apenas órgãos públicos vinculados à área da saúde, mas também outras práticas com princípios da economia solidária, para que assim a reabilitação psicossocial seja concretizada através da criação de oportunidades de geração de renda e inclusão social, com o propósito de recuperar e promover a saúde.

Como consequência do avanço nestas áreas, teve início um processo de construção de políticas públicas intersetoriais no sentido de constituir ações e programas intersetoriais para inclusão produtiva na Saúde Mental (GOMES; MARQUES, 2010).

A realização da primeira “Oficina Nacional de Experiências de Geração de Renda de Usuários de Saúde Mental”, ainda em 2004, em Brasília, fortaleceu a articulação entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e Emprego, além de possibilitar o primeiro contato com iniciativas de geração de renda em todo o país, as quais compartilharam a questão de produção de cidadania e da inclusão social. Estiveram presentes 78 experiências, que foram representadas por técnicos, coordenadores municipais e estaduais, usuários e familiares (BRASIL, 2005b).

Durante a Oficina, Delgado (2005) apontou que as experiências eram frágeis e com pouca sustentação institucional e financeira, mas proporcionavam bons resultados e adesão dos usuários. Afirmou ainda que elas eram boas, frágeis e eficazes, porém inseguras.

Em 2005, através da Oficina realizada, foi deliberada uma Portaria Interministerial nº 353/2005 que criou um Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde Mental e Economia Solidária (GT), composto pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, com o objetivo de construir e implementar uma política nesta área, de forma a promover o trabalho e a renda para usuários de saúde mental. Neste mesmo ano, o Ministério da Saúde ofereceu incentivo financeiro, instituído através da Portaria nº 1.169 de 7 de julho de 2005, aos municípios que desenvolvessem atividades de inclusão social pelo trabalho para pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2006a).

Em 2006 o Grupo, composto por usuários, gestores, profissionais e movimentos sociais, apresentou um relatório final das atividades e nas propostas elaboradas durante a Oficina, definiu quatro eixos norteadores: 1) Mapeamento, Articulação, Redes de

Comercialização e Produção; 2) Formação, Capacitação, Assessoria e Incubagem; 3) Financiamento e 4) Legislação. O GT buscou identificar as principais necessidades presentes no campo e elaborou um conjunto de propostas para cada um desses eixos (BRASIL, 2006a).

O GT apresentou a necessidade de inserir pessoas com transtornos mentais no trabalho, compreendendo esta inserção como exercício de direitos e se constituindo em uma das estratégias fundamentais nos projetos e processos de produção de autonomia e de fortalecimento da contratualidade na perspectiva de inclusão social. Apontou também que foi preciso buscar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários e inclusivos que possibilitassem espaços reais de trabalho com processos e forma de gestão que apresentassem: cooperação; participação democrática e autogestão; ênfase na qualidade das relações, dos processos e dos produtos; validação dos saberes, dos recursos dos participantes e dos contextos locais; inserção no mercado; possibilidades de ganho econômico real para os participantes (BRASIL, 2006a).

Foi apontado ainda pelo GT, junto às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), a necessidade de criação de metodologias de incubagem dos empreendimentos da saúde mental, utilizando recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e a inclusão do Ministério da Saúde no PRONINC com o objetivo deste apoiar os processos de incubagem de empreendimentos solidários neste campo (BRASIL, 2006a).

Desde a Oficina, a Coordenação Nacional de Saúde Mental tem promovido ações para fortalecer as iniciativas de geração de renda como a criação de uma Rede de Experiências virtuais e o Cadastro de Iniciativas de Saúde Mental e Trabalho – CIST (MENDES, 2007).

Estas experiências de geração de renda apresentam características como: participação de pessoas na sociedade, promovendo assim a ressocialização; incentivo à autogestão e à participação democrática, construindo junto aos usuários sua autonomia; aprimoramento das habilidades profissionais e a possibilidade de ganho econômico real para todos os empreendedores. Para ser considerado espaço de geração de renda é importante e necessário seguir alguns passos como a regularidade da produção, o compromisso com os clientes, a responsabilidade com a entrega e com a venda e, principalmente, ‘a remuneração’ (MARTINS, 2008).

É diante deste contexto que em 27 e 28 de Maio de 2010 realizou-se em Brasília a I Conferência Temática de Cooperativismo Social que precedeu a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, ocorrida em junho de 2010, realizada com o tema

central “Saúde Mental direito e compromisso de todos: consolidar avanços e enfrentar desafios”. Dentre os eixos de trabalho, um deles se referiu a questão da intersetorialidade com o intuito de ampliar a garantia de direitos dos usuários e fortalecer os empreendimentos solidários da saúde mental (BRASIL, 2010a).

A Conferência Temática de Cooperativismo Social também precedeu a II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES) realizada em junho de 2010, devido a necessidade de avançar na questão do cooperativismo social tendo como eixos temáticos o marco conceitual, o marco jurídico e as políticas públicas intersetoriais. No atual momento, inúmeras discussões em vários espaços vêm sendo realizadas pela necessidade de buscar modificações na Lei do Cooperativismo Social (Lei nº 9.867/99), uma vez que esta apresenta vetos, ausências e palavras que definem conceitos superados e, portanto, precisam ser revisados para que se consiga conquistar os direitos de todos na inserção no trabalho (REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2010).

Consideramos como avanço relevante dessa articulação, a construção dos empreendimentos solidários, já que os mesmos representam para os usuários-trabalhadores uma possibilidade de efetivar a geração de renda, conquistar sua autonomia e o pleno exercício de cidadania.

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A economia solidária surgiu no final do século XX como resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital (SINGER, 2003), buscando contribuir para uma nova forma de organização do trabalho, já que a acumulação de capital provocada pelo capitalismo causou debilidade ao mercado de trabalho (MENDES, 2007).

As ações no campo da economia solidária se apresentam como possibilidade de geração de trabalho e renda, outra forma de organização e de relações de trabalho fundamentadas nos princípios do cooperativismo (GUIMARÃES; MACIEL; EIDELWEIN, 2007).

A busca pela economia solidária, pautada no cooperativismo, tem sua origem em pensadores clássicos e defensores de movimentos cooperativista como Owen, Fourier, Saint-Simon e Blanc, que preconizavam a união de trabalhadores em cooperativas para possibilitar a construção de uma sociedade socialista (MENDES, 2007).

O cooperativismo operário surgiu das lutas de resistência contra a Revolução Industrial, ao longo do século XIX e XX. Robert Owen foi um importante iniciador do movimento socialista, que, diferentemente de seus contemporâneos, sempre buscou testar suas proposições na prática social e econômica (SINGER, 2003).

O desenvolvimento das idéias de Owen visava encontrar alternativas, trazer melhores condições de trabalho nas fábricas ou (re)inserir os trabalhadores na produção, possibilitando ganhos e, através desses, poder de consumo. Desta forma, o cooperativismo tinha, em seu início, a pretensão de ser um modo de produção alternativo ao capitalismo, razão pela qual foi denominado de “cooperativismo revolucionário”, configurando a origem histórica da economia solidária (GUIMARÃES; MACIEL; EIDELWEIN, 2007).

No auge do movimento social, em 1832, Owen criou a “Labour Exchange” ou “Bolsa de Trabalho”, para que houvesse intercâmbio entre as cooperativas, formadas a partir de movimentos sindicais, por meio da circulação de mercadorias com preços justos (SINGER, 2003).

A cooperativa Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844, considerada a “mãe das cooperativas” por seus princípios como a autogestão, igualdade política, livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa, prioridade à educação cooperativa e, principalmente, a divisão das sobras, teve grande êxito social e

econômico, sendo seus princípios adotados em várias regiões da Inglaterra e também em outros países (SINGER, 2003; MASCARENHAS, 2010).

Os princípios do cooperativismo, em uma adaptação recente dos princípios elaborados pelos Pioneiros de Rochdale, consistem em: adesão livre e aberta; gestão e controle democrático dos cooperados; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Princípios estes que se assemelham aos da economia solidária (MASCARENHAS, 2010).

O conceito desta economia está associado a práticas de consumo, comercialização, produção e serviços, que defendem a solidariedade, democracia, autogestão, cooperação, promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social, produção e consumo éticos com o intuito de conferir cidadania, trabalho e renda a estas pessoas (MANCE, 2000; SINGER, 2000; 2002; ANDRADE; DUARTE, 2003).

Esta economia aponta também para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos recursos naturais, buscando reverter a lógica do capitalismo ao valorizar o ser humano como sujeito em oposição a exploração do trabalho e dos recursos da natureza (BRASIL, 2010a). Desta forma, a economia solidária representa um conjunto de atividades econômicas e formas de organização com quatro importantes características: cooperação, viabilidade econômica, solidariedade e autogestão, as quais são complementares e não funcionam isoladamente (BRASIL, 2006b).

A cooperação é entendida como interesses e objetivos comuns do grupo, em que ocorre a união coletiva das capacidades e esforços, de forma a compartilhar os resultados e responsabilidades em todas as situações (BRASIL, 2006b).

A viabilidade econômica representa a base de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo (BRASIL, 2006b). Pode ser influenciada pelo funcionamento da organização, e para que haja viabilidade efetiva se faz necessária a presença de fatores como: condições de geração de trabalho e renda para os sócios de forma a permitir segurança em relação à manutenção da vida; administração financeira e contábil organizada, possibilitada através de conhecimento e assessoria e, condições para efetiva participação dos sócios. Se uma cooperativa não gera renda suficiente para todos os sócios, a organização poderá estar em risco (SVARTMAN et al., 2008).

A solidariedade é uma categoria dos tempos modernos, mas que surgiu em meados do século XIX como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial. Em sua concepção pré-moderna é entendida como altruísmo, sendo esta o caminho para uma sociedade solidária onde haja uma associação voluntária das pessoas nas mais diversas formas cooperativadas, podendo revolucionar a ordem econômica (WESTPHAL, 2008). Representa ainda uma “preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes; comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem estar de trabalhadores e consumidores” (BRASIL, 2006b, p. 12).

Estas organizações de economia solidária estimulam a solidariedade por meio da prática de autogestão, que se refere ao poder compartilhado e democracia na tomada de decisões, e praticam a solidariedade com as pessoas mais desfavorecidas (SINGER, 2000).

A autogestão é, antes de tudo, um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, caracterizada como processo em construção do trabalho e da relação entre as pessoas, buscando resgatar o dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem (VERARDO<sup>2</sup>, 2005, p.123 citado por MASCARENHAS, 2008). Constitui-se como exercício de práticas, tomada de decisões sobre estratégias a serem tomadas nos empreendimentos, definindo a direção e a coordenação das ações a serem concretizadas pelos empreendedores (BRASIL, 2006a).

A autogestão representa uma forma de organização em que todos os trabalhadores envolvidos possuem igual direito à voz e voto, garantindo assim a atuação das pessoas nas decisões daquilo que lhes pertence, o que proporciona a responsabilização e a identificação de cada pessoa envolvida em determinada ação (MELLO et al., 2010).

Lechat e Barcelos (2008) apontam também que a autogestão está relacionada a técnicas administrativas e apresenta um caráter multidimensional (social, econômico, político e técnico). A dimensão social está relacionada à aceitação de ações e resultados por todas as pessoas do grupo; a econômica enfatiza as relações sociais de produção de modo a valorizar mais o trabalho do que o capital; a política possibilita a representação de valores, princípios e práticas que favoreçam condições; e o técnico permite a reflexão sobre uma nova forma de organização e divisão do trabalho. Em empreendimentos econômicos solidários a autogestão é definida como a gestão direta e democrática dos trabalhadores e representa exercício efetivo

---

<sup>2</sup> VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S.L. (Org.) **Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

de cidadania. A implantação da autogestão representa um processo com necessidades de condições para sua real efetivação, que pode tanto ter avanços como retrocessos.

### **Economia Solidária no Brasil**

A economia solidária surgiu no Brasil, na década de 1980, no contexto da redemocratização e de uma grave crise econômica que desencadeou, dentre vários problemas, o elevado índice de desemprego que afetava, principalmente, a população de baixa renda. Ocorreu ainda o início do processo de reestruturação produtiva que trouxe consequências negativas para o mercado de trabalho decorrente dos novos padrões organizacionais e tecnológicos. As experiências cooperativistas da economia solidária, mais recentes, foram combinadas com outras iniciativas de desenvolvimento local, como redes sociais de articulação e de comercialização, associações, grupos informais, clubes de trocas e de compras, centros públicos de economia solidária, entre outros (MASCARENHAS, 2010).

Mendes (2007) afirma que as primeiras experiências de economia solidária no Brasil surgiram em 1980 diante da situação de desemprego. Neste cenário, as experiências econômicas estavam baseadas na autogestão, não como resposta à crise, mas como detecção da necessidade de tratar o sistema (MASCARENHAS, 2010).

No Brasil, no final do século XX, a economia solidária passou a ter atenção em diversos espaços, sendo incluída também no sistema socioeconômico das cooperativas autogestionárias e associações de trabalhadores, com o propósito de promover a luta dos trabalhadores contra a exploração do capitalismo e a satisfação de todos os envolvidos (MENDES, 2007).

A economia solidária constitui-se, além de uma reposta organizada à exclusão em uma posição ética, política e ideológica em que os participantes encontram-se excluídos e, juntos, constroem empreendimentos solidários, redes de trocas, apontando para uma sociedade marcada pela solidariedade (SINGER, 2005). Dessa forma se constitui ao mesmo tempo em um fenômeno econômico e um movimento social (CRUZ, 2002).

Esta economia vem se apresentando como alternativa de geração de trabalho e renda e como resposta a favor da inclusão social. Assim, compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas como cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (BRASIL, 2010b).

Este modo de consumo representa uma contribuição para o bem-estar das pessoas, pois possibilita a adoção do hábito de selecionar os produtos oferecidos pelas redes solidárias, exigindo assim uma consciência política, social e ambiental bem maior do que os demais tipos de consumo (ZALULA, 2007).

A década de 90 foi marcada por iniciativas de políticas públicas voltadas a esta economia com o objetivo de gerar trabalho e renda para as pessoas que estavam excluídas do mercado de trabalho. Em seguida surgiu o interesse das Universidades por este campo dando início à sua atuação por meio das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e, posteriormente, com a Rede Unitrabalho, uma rede de universidades para discutir, estudar e desenvolver ações voltadas ao mercado de trabalho (GOMES et al., 2010).

Há diversas iniciativas que demonstram a busca pela construção e efetivação da economia solidária. Algumas entidades e, agora, o governo federal tem criado Centros Públicos de Economia Solidária para que se faça possível o diálogo constante com a comunidade, de forma a se concretizar como política pública (MASCARENHAS, 2010). Capacle (2010) aponta que no estado de São Paulo há apenas três Centros Públicos de Economia Solidária localizados nas cidades de São Carlos, São José do Rio Preto e Osasco.

No Brasil, a trajetória do cooperativismo levou ao surgimento de dois tipos de iniciativas econômicas, além daquelas indicadas como atores principais na economia solidária: a primeira delas, relativa a empreendimentos, que inseridos no que pode ser chamado de grande cooperativismo, na prática, pouco se diferenciam das empresas tradicionais em termos da hierarquização das relações no trabalho; a segunda, as cooperativas fraudulentas, nas quais os trabalhadores aparentemente são donos dos meios de produção e do poder de decisão, e são submetidos a uma condição de precariedade trabalhista, já que como donos legais desses empreendimentos não têm acesso garantido aos direitos trabalhistas (CORTEGOSO, 2007).

Esta autora afirma também que por essas razões fazem parte da economia solidária apenas cooperativas denominadas populares, como indicação não só da população que as compõem, mas também dos compromissos que assumem seus membros com princípios consagrados pelo movimento, podendo a autogestão ser considerada o principal deles.

Desta forma, a busca pela legitimação da economia solidária como política social pública foi desencadeada a partir do I Fórum Social Mundial (FSM) realizado em 2001, na cidade de Porto Alegre, o qual possibilitou a formação do Grupo de Trabalho Brasileiro

(GT) que reivindicou a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) (MENDES, 2007).

Em 2002 foi realizada a I Plenária Nacional de Economia Solidária em São Paulo, na qual tiveram início o debate sobre a criação do Fórum Nacional de Economia Solidária e a construção da Carta de Princípios. Durante o III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2003, realizou-se a II Plenária com o propósito de mobilizar apoiadores da economia solidária em todos os estados brasileiros para a criação do Fórum Nacional (GOMES et al., 2010).

Ainda em 2003 foi realizada a III Plenária Nacional em que se criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) com a finalidade de direcionar a política de economia solidária no Brasil (MENDES, 2007). Neste mesmo momento também criou-se, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a SENAES com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 (BRASIL, 2010c).

A partir do Decreto 5.063, de 08 de maio de 2004, foram estabelecidas as competências da SENAES, dentre elas ressaltam-se:

subsidiar a definição e coordenar as políticas de economia solidária no âmbito do MTE; articular-se com representações da sociedade civil que contribuam para a determinação de diretrizes e prioridades da política de economia solidária; planejar, controlar e avaliar os programas relacionados à economia solidária; estimular a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa, inclusive da economia popular; propor medidas que incentivem o desenvolvimento da economia solidária; apresentar estudos e sugerir adequações na legislação, visando ao fortalecimento dos empreendimentos solidários; [...] supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com outros órgãos do Governo Federal e com órgãos de governos estaduais e municipais; supervisionar e avaliar as parcerias da Secretaria com movimentos sociais, agências de fomento da economia solidária, entidades financeiras solidárias e entidades representativas do cooperativismo (BRASIL, 2010c).

A SENAES ainda desenvolveu o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) que se constitui no sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil. Este sistema é orientado pelos conceitos constantes da Portaria do MTE nº. 30 de 20 de março de 2006, que possui o objetivo de mapear os empreendimentos solidários existentes no Brasil e de ser uma forma de reconhecer e fortalecer experiências de geração de trabalho e renda sob a ótica da economia solidária (BRASIL, 2006b; ZALULA, 2007).

A criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, por meio do Decreto nº 5.811 de 21 de junho de 2006, foi um importante passo para o avanço da economia solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal, visto que se trata de uma instância governamental com representações de diversos ministérios e de vários setores da sociedade civil, dentro da estratégia de democratização do Estado e de criação de instrumentos que permite tanto a participação mais direta da sociedade civil na formulação de políticas públicas como a integração de ações interministeriais (ZALULA, 2007).

Neste sentido, em 2006, na cidade de Brasília, ocorreu a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CNAES) que foi antecedida por 90 pré-conferências locais, regionais e estaduais (ZALULA, 2007; MENDES, 2007). Esta representou um importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil para a afirmação da economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento a partir do debate e proposição de princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento desta economia (BRASIL, 2010b).

A II Conferência Nacional de Economia Solidária ocorreu em junho de 2010, também em Brasília, com o lema “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável” e teve como objetivos

Realizar um balanço dos avanços, limites e desafios da economia solidária e das políticas públicas de economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional; Avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade; Propor prioridades, estratégias e instrumentos efetivos de políticas públicas e programas de economia solidária, com participação e controle social; e Promover o conhecimento mútuo e a articulação dos Poderes Públicos, das organizações e sujeitos que constroem a economia solidária” (BRASIL, 2009, p.3).

A economia solidária, hoje política oficial do MTE, é um movimento organizado de resposta à exclusão por gênero, raça, idade, estilo de vida e instrução, entre outros fatores, das pessoas inseridas no mundo do trabalho. Apresenta como horizonte a instauração da solidariedade como norma social e a construção de empreendimentos coletivos e autogestionários como resposta à exclusão do mercado. O diálogo permanente entre os campos da saúde mental e da economia solidária possibilita o delineamento do Programa de Inclusão Social pelo Trabalho das pessoas com transtornos mentais e transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2005b).

De acordo com ZALULA (2007), a economia solidária precisa ser incubada para gerar forças que se mantenham e se sustentem ao longo do tempo, para isso se faz necessário contar com um sistema de apoio e fomento, além da participação direta dos atores sociais.

As entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento (BRASIL, 2006b). Dentre as entidades que oferecem apoio aos empreendimentos encontram-se: ONGs, órgãos governamentais, universidades, entre outras (BRASIL, 2010d).

Dentro das universidades há as ITCPs que são projetos, cujo surgimento ocorreu em meados da década de 90 para organizar e qualificar os desempregados históricos a fim de possibilitar a entrada desses excluídos no mercado formal de trabalho por meio da construção de cooperativas ou de empresas autogeridas. As incubadoras possuem o papel de assessoria desde o nascer do empreendimento, oferecendo cursos de qualificação, ou seja, viabilizando a troca de saberes entre a universidade e os grupos excluídos da sociedade, além de facilitar o acesso ao crédito e aos recursos materiais, importantes para a formação do empreendimento solidário (ANDRADE; DUARTE, 2003).

No cenário diante do qual as universidades criaram as incubadoras, havia a necessidade de desenvolver alternativas para a promoção de condições mínimas de cidadania. Assim, a criação das incubadoras surgiu como uma das possíveis respostas a esta necessidade, e como mecanismo de aproximação da população excluída, tanto em busca de melhor conhecer suas necessidades e saberes, quanto para promover a transformação do conhecimento produzido dentro das universidades em comportamentos humanos (CORTEGOSO et al., 2008).

As universidades públicas e privadas estão, desde 1990, relacionadas ao apoio aos empreendimentos através das ITCPs, desenvolvendo ações de assessoria a grupos populares com atividades de formação em cooperativismo e economia solidária, além de prestarem apoio técnico e jurídico para a viabilização dos empreendimentos autogestionários (MENDES, 2007).

Em 1999, as ITCPs formaram uma rede que vem desde então aprimorando metodologias de incubação. Portanto, estas ITCPs desenvolvem o papel de fomento aos empreendimentos por meio de uma metodologia de intervenção junto à realidade social (MENDES, 2007).

Atualmente as ITCPs estão presentes em mais de 80 universidades possibilitando o crescimento e desenvolvimento de grande importância para a economia solidária no Brasil (SINGER, 2009).

As ITCPs recebem apoio do PRONINC da SENAES, o qual tem se mostrado uma das experiências de maior sucesso no enfrentamento de realidades extremamente adversas em áreas de grande nível de pobreza e desemprego, pois traz como objetivo o apoio, a consolidação e ampliação das incubadoras e o fomento aos processos de criação e acompanhamento de cooperativas populares (MENDES, 2007; REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010).

Assim, as incubadoras ficam responsáveis pela formação e divulgação do cooperativismo e da economia solidária (MENDES, 2007). E o seu trabalho está vinculado à concepção de cidadania, uma vez que se volta para a capacitação técnica de comunidades de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, com vistas ao desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda (GUIMARÃES; MACIEL; EIDELWEIN, 2007).

Ainda, as incubadoras possuem objetivos de oferecer incentivo à formação de empreendimentos de economia solidária como associações, cooperativas populares urbanas e rurais e empresas autogestionárias (alternativa para a geração de trabalho, renda e redução da exclusão social), produzir, disseminar e transferir conhecimentos sobre economia solidária, de forma transdisciplinar, tornando-os acessíveis à sociedade, capacitar multiplicadores para a disseminação dos conhecimentos produzidos na universidade visando a criação de assessoria aos empreendimentos solidários, assessorar técnica, administrativa e politicamente os empreendimentos solidários visando sua autonomia, incentivar a formação de Redes de Cooperação para que fortaleçam os princípios da economia solidária e contribuir para a formação de novas incubadoras universitárias (EID, 2010).

As incubadoras tecnológicas desenvolvem metodologias de incubação que abrangem ações educativas, jurídicas e técnico-científicas, em que são gerados instrumentos pedagógicos para gestão e controle das cooperativas e/ou empreendimentos solidários (DAGNINO; FONSECA, 2007).

Em 1999 foi criada a Rede Universitária de ITCPs com objetivo de desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da economia solidária. Ela surgiu para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos. A Rede é composta por 42 ITCPs de universidades públicas e privadas (ITCP/COPPE UFRJ, 2010).

Mello et al. (2010) salientam que a Rede possibilita às ITCPs a troca de experiências, contribuindo para a melhora da metodologia de incubação e participação no movimento nacional de economia solidária, visando afirmar a importância do envolvimento da universidade com as experiências de trabalho por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As formas alternativas de geração de renda se constituem na principal motivação das iniciativas de incubadoras.

Como exemplo dessas iniciativas de trabalho, tem-se o projeto de incubação da Rede Solidária da Zona Sul, incubado pela ITCP-USP, que busca o acompanhamento de grupos, de forma a envolvê-los com outras instituições de apoio, permitindo a construção de uma rede de articulação política, econômica e social que contribui de certa forma para a construção de relações solidárias e autogestionárias e também uma rede de apoio e sustentação aos empreendimentos solidários (MELLO et al, 2010).

Após esta pontuação da história da economia solidária no país e da questão da incubação pelas ITCPs, abordaremos a seguir o surgimento dos empreendimentos econômicos solidários na tentativa de resgatar seus conceitos e características.

### **Empreendimentos Econômicos Solidários**

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) têm surgido no Brasil desde a década de 1990, como forma alternativa de geração de trabalho e renda para segmentos excluídos da população. São organizações dentro das quais são esperadas relações humanas muito diversas daquelas promovidas por uma organização social essencialmente competitiva com a presença de relações de igualdade, colaboração e preocupação com o bem-estar do ser humano como valor essencial. E ainda são orientados por um conjunto de princípios tais como: adesão livre e voluntária; participação econômica equitativa dos sócios; controle democrático pelos sócios na definição das políticas do empreendimento e nos processos de tomada de decisão; educação, treinamento e formação para os sócios; intercooperação e preocupação com a comunidade (CORTEGOSO, 2007).

Estes empreendimentos se apresentam como estratégia de enfrentamento do desemprego e da desigualdade social, pois possibilitam a inserção dos grupos em relações de produção e trocas sociais (GUIMARÃES; MACIEL; EILDEWEIN, 2007).

Os EES são compreendidos como organizações que possuem características de organizações coletivas suprafamiliares singulares e complexas tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e

centrais; trabalhadores ou participantes que exercem autogestão; organizações permanentes em funcionamento e em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; diversos graus de formalização podendo dispor ou não de registro legal, prevalecendo à vida real ou regular da organização; realização de atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito, de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (BRASIL, 2006b; ZALULA, 2007).

Estes tomaram força a partir da ação de alguns atores sociais que, na década de 90, intensificaram uma série de atividades, programas e projetos em resposta aos reflexos da crise brasileira, dentre os quais destacamos: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que criou o Programa Integrar, visando a formação e requalificação dos trabalhadores empregados e sem emprego; a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG) constituída em 1994, com o objetivo de congregar associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem sido referência pela vivência de cooperação, organizando diferentes tipos de cooperativas para viabilizar economicamente os assentamentos; a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), que por meio da Cáritas Brasileira criou os Projetos Alternativos Comunitários, com o intuito de otimizar uma intervenção não assistencialista, iniciando um trabalho de assessoria, apoio e capacitação às iniciativas de produção, comercialização, cooperativas, centros comunitários, tendo como base a educação popular; a Unitrabalho – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, com o compromisso de estabelecer uma cooperação permanente das Universidades com entidades sindicais e outras instituições sociais, reunindo uma rede acadêmica nacional (OLIVEIRA, 2002).

Existe grande preocupação por parte de empreendimentos econômicos solidários, de entidades, de organizações da sociedade civil que fomentam e apoiam a economia solidária, de movimentos sociais e populares, bem como representantes do poder público em criar, desenvolver e manter políticas públicas que possam incentivar ações continuadas que perpassem os limites de tempo de cada gestão pública, garantindo apoio aos empreendimentos e formadores, expandindo os efeitos desta política para futuras iniciativas, além de promover possíveis mudanças estruturais da sociedade (ZALULA, 2007).

Ainda de acordo com esta autora os empreendimentos apresentam diferentes formas de organização, mas apresentam as mesmas características: sócios não recebem salários, mas sim retiradas que variam conforme a receita obtida; a decisão em relação se as

retiradas são iguais ou diferentes ou qualquer outra decisão é tomada em assembleias; os cooperados são livres para saírem da cooperativa, mas não devem retirar o fundo indivisível para que se perpetue a economia solidária; não existe relação entre empregador e empregado, já que todos são sócios e possuem o mesmo direito de voto; a destinação das sobras são decididas pela assembleia de sócios; a autogestão possibilita a descentralização do poder e dos interesses e todos os sócios são coresponsáveis pelo funcionamento e dinâmica do empreendimento.

O Atlas de Economia Solidária disponibiliza dados sobre o mapeamento dos EES até o ano de 2007, o qual se encontra registrado no Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES). O total de empreendimentos cadastrados soma 21.859 em todo o Brasil, sendo que, destes, 813 estão presentes no estado de São Paulo. Quanto à forma de organização dos empreendimentos no estado de São Paulo temos que 112 são associações, 175 cooperativas, 514 grupos informais e 10 são outras formas de organização. Em relação a apoio, assessoria e assistência técnica, dos 15.886 empreendimentos que possuem este apoio, 726 estão no estado de São Paulo. Quanto ao tipo de fornecedor de apoio 1.201 são as Universidades, destas, 160 estão no estado de São Paulo (BRASIL, 2010d).

Estes empreendimentos que recebem apoio e fomento das universidades por meio das ITCPs são incubados por meio de uma metodologia de incubação a qual passaremos a apresentar tendo em vista um dos objetivos específicos deste estudo, descrever o processo de incubação do empreendimento Recriart.

### **Metodologia de incubação**

Para compreender a metodologia de incubação precisamos, primeiramente, compreender o que vem a ser incubação/ processo de incubação.

O termo incubagem é proveniente da palavra incubadora que tem como finalidade acompanhar, proteger, subsidiar, sustentar e assessorar. De acordo com Popp<sup>3</sup> (1999) citado por Oliveira (2002), as incubadoras, sejam elas de empresas ou de cooperativas populares, têm como objetivo a criação de mecanismos que estimulem o desenvolvimento de empreendimentos que tenham a possibilidade de gerar trabalho e renda.

A incubação pode ser entendida como o período durante o qual a criação de um empreendimento é feita antes de assumir existência efetiva e visa à transformação do

---

<sup>3</sup> POPP, M.T.B. **Por quê Incubadoras?**.1999. (mimeo).

potencial de um grupo em oportunidade de negócios de forma a gerar trabalho e renda (DAGNINO; FONSECA, 2007).

Este período de incubação inicia-se com a qualificação dos trabalhadores em princípios da economia solidária e representa um processo de construção e desconstrução em que as atividades são feitas, refeitas, revisadas e se busca descobertas na vivência com os grupos. É considerada também como um processo gradativo de assessoria interdisciplinar nas áreas de comunicação, de gestão econômica, educacional, jurídica e social (OLIVEIRA, 2002).

As ITCPs realizam a incubação como forma de estimular a formação e acompanhamento das atividades de cooperativas e outros empreendimentos autogestionários através de uma metodologia de incubação que busca possibilitar a emancipação do indivíduo e a geração de renda. Esta emancipação representa a forma de mudança do indivíduo no sentir e agir, a partir da devolução a ele de algo há muito perdido: o sentido de seu trabalho. Este ganha sentido inclusive maior do que a obtenção da renda, pois traz a realização pessoal, já que não há hierarquização, possibilitando assim a redefinição das relações entre as pessoas que, ao deixarem de agir apenas nos limites das funções exercidas por cada uma, desenvolvem suas habilidades de um modo geral, enriquecendo bastante as relações com os outros (MELLO et al., 2010).

A metodologia de incubação é um processo complexo, uma vez que envolve relações interpessoais cuja interação ocorre em quatro níveis: “a) relações interpessoais entre os membros da equipe da incubadora formada por docentes, técnicos, estudantes de diversas áreas de conhecimento atuando de forma transdisciplinar; b) relações interpessoais entre os trabalhadores do grupo que pretendem organizar um EES; c) relações interpessoais entre os grupos de trabalhadores com empreendimentos já formados; d) relações interpessoais entre a equipe da incubadora e os grupos atendidos” (EID, 2010 p.3).

Para a construção da metodologia são relevantes recursos como as tecnologias que agilizam a comunicação entre os atores (empreendimentos, apoiadores, assessores) e que promovam a capacitação para o trabalho e a participação (LECHAT; BARCELOS, 2008).

Esta metodologia foi desenvolvida por diversas universidades com a finalidade de articular o conhecimento acadêmico às exigências do ambiente econômico, aos princípios da economia solidária e às características dos integrantes dos empreendimentos, construindo conhecimento ligado às demandas da população menos favorecidas de modo a possibilitar a geração de um sistema de saberes (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010). Ainda tem como propósito o oferecimento de ferramentas e suporte para que participantes de

empreendimentos econômicos solidários se tornem sujeitos do seu próprio desenvolvimento econômico, social e político (DAGNINO; FONSECA, 2007).

Um traço marcante no processo de incubação de um EES é o mapeamento sobre o conjunto dos conhecimentos de cada indivíduo, sendo eles os formais, os adquiridos pelas práticas do trabalho, as suas potencialidades profissionais e a cultura do grupo social, de forma que todos os indivíduos sejam responsáveis pelo sucesso do grupo (EID, 2010).

O processo de incubação e de apoio aos empreendimentos solidários é uma metodologia de ensino, aprendizagem e transferência de tecnologia de gestão para assim valorizar a autogestão e inclusão social (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010; EID, 2010).

Oliveira (2002) afirma que para compreender e visualizar os passos da metodologia de incubação pelas incubadoras é necessário considerar que as etapas não são estanques. Estas podem ocorrer em tempos diferentes, variando de acordo com as atividades e propostas das incubadoras. As etapas do processo de incubação consistem na pré-incubação, incubação e desincubação (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010; EID, 2010).

Ressaltamos que estas fases do processo de incubação não são obrigatórias e também não se encontram presentes em todas as incubadoras, uma vez que estas possuem o poder de decidir sobre a melhor metodologia de incubação a ser adotada. No entanto as descreveremos para uma melhor compreensão.

A fase de pré-incubação representa a identificação de grupos com possibilidades de constituição de empreendimentos solidários, podendo esta etapa apresentar uma variação em seu tempo de duração e também a realização dos primeiros contatos com o grupo a ser incubado, de forma a promover a sensibilização em relação ao cooperativismo por meio de visitas realizadas por funcionários da Incubadora às comunidades interessadas em formar uma cooperativa (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010; EID, 2010; ANDRADE; DUARTE, 2003).

Oliveira (2002) salienta que nesta fase a equipe da incubadora se aproxima do grupo com o intuito de desvelar seus interesses, detectar as causas que os levaram a pensar em formar o empreendimento solidário, bem como realizar a apresentação da proposta da incubadora, que se fundamenta em um processo de construção da cooperação.

Ainda nesta etapa a aproximação realizada pela incubadora é feita para avaliar as condições subjetivas de funcionamento do grupo e a viabilidade econômica dos negócios sugeridos, além de trabalhar internamente no grupo em função dos limites e das possibilidades das iniciativas (CRUZ, 2002).

A fase de incubação ocorre por meio da atividade da incubadora em oferecer capacitação aos integrantes dos empreendimentos abordando temas referentes a economia solidária como metodologia participativa; cooperativismo; gestão e autogestão; elaboração de plano de negócios e estudos de mercado; formação do empreendimento; compreensão sobre trabalho associativista em relação ao trabalho assalariado; avaliação de alternativas e decisão sobre atividade econômica; capacitação técnica e administrativa; elaboração do estatuto e regimento interno; início do processo para a formalização do empreendimento. Nesta fase o empreendimento permanece vinculado à incubadora, buscando o momento de atingir a autonomia (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010; EID, 2010; ANDRADE; DUARTE, 2003).

De acordo com Cruz (2002), na incubação ocorre uma estruturação do empreendimento por meio do trabalho de técnicos da incubadora, prestando assessoria nas áreas necessárias à sua regularização e início de funcionamento, e também formação feita através de organização de cursos em áreas de conhecimento envolvidas na incubação pelos técnicos. Estes técnicos que compõem a incubadora podem ser tanto contratados pelo projeto como também por estudantes-estagiários.

A etapa de desincubação, última fase do processo de incubação, consiste na preparação do empreendimento para sua autonomia, sem qualquer vínculo de dependência com a incubadora, buscando a legalização do empreendimento. Ao mesmo tempo, busca-se assessoria para inserção do empreendimento de economia solidária no mercado e conquista da autonomia (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010; EID, 2010).

Cruz (2002) salienta que o processo de desincubação ocorre com o distanciamento dos técnicos paulatinamente do empreendimento, prestando apenas consultorias pontuais, até sua definitiva formalização e condição para o caminhar sozinho.

Todo este processo pode apresentar um período de dois a cinco anos, até a consolidação do grupo e da atividade de produção (REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2010). O processo de desincubação apresenta atividades essenciais como as visitas contínuas aos empreendimentos; reuniões periódicas com os empreendimentos; oferecimento de oportunidades para que os mesmos articulem-se entre si e com a sociedade de forma mais ampla (LECHAT; BARCELOS, 2008).

O trabalho das incubadoras depende de alguns fatores como: implantação e avaliação; ocorrência das etapas da incubação e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados; o intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas

incubadoras e entre os EES de forma a possibilitar a construção de Redes de Economia Solidária (EID, 2010).

Por meio das leituras realizadas observamos que a metodologia de incubação não representa um padrão seguido por todas as incubadoras universitárias e que há diferentes concepções sobre o processo de incubação, uma vez que cada uma adota a sua de acordo com a necessidade dos empreendimentos assessorados, por isso, o período de pré-incubação, incubação e desincubação dependerá dos critérios adotados por cada incubadora.

Ao finalizar a fundamentação das etapas do processo de incubação, apresentaremos a seguir a metodologia de incubação desenvolvida pela INCOOP da UFSCar, uma vez que ela oferece assessoria ao grupo Recriart.

### **Metodologia de Incubação da Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da UFSCar**

A metodologia de incubação proposta pela INCOOP (2010) consiste em acompanhamento sistemático de grupos que desejam se constituir ou se consolidar enquanto empreendimento coletivo e autogestionário em qualquer cadeia produtiva. Há um processo participativo de troca e construção de saberes aplicados à produção econômica e à vida dos agentes envolvidos, visando à geração de trabalho e renda simultaneamente à valorização dos sujeitos como seres capazes de transformar a realidade social.

A INCOOP apresenta como objetivos: incentivar a constituição de empreendimentos de economia solidária e sua integração em rede; produzir, disseminar e transferir conhecimentos sobre cooperativismo, autogestão e economia solidária; capacitar formadores para atuar na incubação de empreendimentos solidários; promover educação, inclusão social e o desenvolvimento humano de populações historicamente excluídas.

Para que se torne possível concretizar e colocar em prática esta metodologia, a INCOOP desenvolve: incubação de empreendimentos em diferentes atividades econômicas; pesquisas e estudos sistemáticos sobre aspectos do processo de incubação, cadeias produtivas, cooperativismo e economia solidária; assessoria e consultoria a outros agentes sociais ligados a economia solidária; formação e capacitação para a economia solidária no ensino de graduação mediante orientações de monografias, estágios curriculares e oferta da disciplina Atividade Curricular Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão (ACIEPE).

A metodologia de incubação da INCOOP não apresenta o processo de incubação com base nas fases da pré-incubação, incubação e desincubação. O trabalho de

intervenção desta se pauta em condições essenciais como: Formação contínua e permanente para o cooperativismo e a autogestão; Caracterização dos envolvidos no processo de incubação (do grupo, condições de renda, cadeia produtiva, parcerias) para definição dos procedimentos de trabalho; Definição da atividade econômica de forma a se preocupar com a viabilidade produtiva e econômica; Capacitação técnica para o serviço/produção ofertado pelo empreendimento e para a autonomia administrativa; Buscar a propriedade dos bens de produção; Promover estatuto e regimento interno de maneira participativa, contemplando princípios da economia solidária e cooperativismo (INCOOP, 2010).

Essas condições são descritas também em forma de classes de comportamentos da incubadora nesse processo que são: 1) Processar demandas de diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários; 2) Identificar população em potencial para formação de empreendimentos solidários; 3) Caracterizar cada um dos atores envolvidos no processo de incubação (grupo em potencial e parceiros); 4) Apresentar a economia solidária como possibilidade de organização coletiva para geração de trabalho e renda e os projetos da INCOOP, sua proposta de trabalho e as condições necessárias para incubação; 5) Apoiar o grupo em sua organização inicial para que possa tomar decisão democraticamente; 6) Assessorar a organização inicial do grupo para tomar decisão de formação ou não do empreendimento; 7) Elaborar proposta de trabalho em conjunto com o grupo a ser incubado; 8) Promover formação contínua e permanente dos membros do grupo para o cooperativismo e para autogestão; 10) Assessorar o grupo na escolha da atividade econômica a partir de estudos de viabilidade e da cadeia produtiva; 11) Promover condições para capacitação técnica do grupo; 12) Assessorar grupo para implantação do empreendimento com inserção inicial no mercado; 13) Promover elaboração de estatuto e regimento interno de forma participativa e coletiva; 14) Assessorar grupo para legalização do empreendimento e para implantação de um sistema contínuo e permanente de monitoramento por meio de indicadores; 15) Assessorar grupo para implementação do empreendimento de forma esporádica; 16) Assessorar grupo para participação em redes de cooperação e de movimento de economia solidária (CORTEGOSO et al., 2008; INCOOP, 2010).

A principal estratégia do método de incubação da INCOOP é o treinamento em serviço, ou seja, inicia-se a partir das demandas apresentadas pelos atores sociais, sensibilizando-os e organizando-os para as práticas cooperativas e para a economia solidária, enfatizando assim a participação ativa do grupo beneficiário em todos os processos de tomada de decisão, respeitando os interesses e potencialidades do grupo (CORTEGOSO et al., 2008)

Para o processo de incubação não é pré-estabelecido ou pré-estipulado prazos para o alcance dos resultados, sendo portanto variável o que se faz necessário, uma vez que o grau de coesão do grupo, a familiaridade das pessoas com a atividade produtiva e com o trabalho coletivo, a capacidade do grupo de articular apoios, dentre outros, interferem neste processo (INCOOP, 2010).

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

Para atingir o objetivo deste estudo elegemos a fundamentação teórico-metodológica inscrita nos pressupostos do método qualitativo de investigação, uma vez que, como afirma Minayo (2007, p.157), “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

### **Cenário do estudo – o processo de incubação do grupo**

Esta pesquisa foi realizada no grupo Recriart, formado por usuários da saúde mental do CAPS de São Carlos, em processo de incubação, criado a partir da parceria entre a INCOOP/UFSCar e o CAPS.

Como este estudo tem como objetivo geral analisar a experiência da equipe no processo de incubação do Grupo Recriart buscaremos, primeiramente, descrever e refletir sobre o processo de incubação do grupo. Para tanto foram utilizadas consulta a documentos produzidos neste processo tais como projetos, relatórios, documentos do empreendimento (atas de reuniões de equipe e de assembleia) e pesquisas divulgadas, além da inserção da pesquisadora na equipe de incubação. Esta inserção se deu através da participação nos vários momentos/atividades do trabalho da equipe como reuniões de equipe que ocorrem semanalmente e no apoio realizado ao grupo no processo de produção e comercialização. Esta inserção iniciou em março de 2009, primeiramente, como parte das atividades da disciplina “Estágio Supervisionado de Capacitação Docente em Enfermagem” (PESCD) realizada na ACIEPE, oferecida pela INCOOP, e cursada no primeiro semestre do mestrado. Nos dois semestres seguintes a pesquisadora continuou, ora participando das reuniões de equipe, ora integrou a equipe apoiando o grupo no processo de produção.

A análise dos documentos consultados ocorreu por meio de uma identificação para cada um deles na qual constou o tipo de documento de que se tratava, a data, o assunto e um resumo para que se fizesse possível conhecer e ter acesso de forma sucinta a todo o material coletado. Após, foi feita uma relação da documentação em que a análise se processou por meio de recortes na totalidade construída por cada documento (LANG, 1992).

Tendo em vista que nem todos os dados necessários para descrever o processo de incubação do grupo encontravam-se nos documentos/relatórios disponíveis, foi necessário

e também possível buscar informações junto a Coordenadora Docente de Projeto de Incubação do grupo.

Essa contextualização do processo de incubação será apresentada no Capítulo II intitulado “A incubação do grupo Recriart – apresentando e refletindo sobre o processo”.

### **Procedimentos Éticos**

Este projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos para análise, aprovado com o Parecer nº. 165/2009 e, somente após sua aprovação, foi iniciada a coleta de dados (ANEXO A).

### **Sujeitos da pesquisa**

Foram considerados sujeitos deste estudo integrantes da equipe de incubação do Recriart que se encontravam desenvolvendo atividades junto ao grupo no período que compreendeu de março de 2009 a dezembro de 2009.

A equipe de incubação sempre foi constituída por trabalhadores do CAPS e integrantes da universidade. No período de coleta de dados, dentre os trabalhadores do CAPS, integravam a equipe: a Coordenadora do serviço, com formação em Terapia Ocupacional, uma psicóloga e quatro auxiliares de enfermagem.

Dos integrantes da universidade a equipe contava com uma professora do Departamento de Enfermagem, Coordenadora Docente de Projeto de Incubação na INCOOP e uma técnica de nível superior que exercia a função de Coordenadora Executiva de Projeto de Incubação da INCOOP contratada através do PRONINC. Dentre os alunos, o grupo contava com dois alunos bolsistas de extensão, com alunos de graduação de vários cursos que realizavam estágios ou atividades de intervenção da disciplina ACIEPE e uma aluna da pós-graduação em enfermagem que realizou pesquisa junto ao grupo. Em relação aos alunos, foram convidados a participar da pesquisa apenas os bolsistas de extensão e a aluna de pós-graduação tendo em vista que foi considerada a atuação dos demais alunos como pontual.

O convite para participação desta pesquisa foi feito em uma das reuniões realizadas com os membros da equipe de incubação, onde foram explicitados os objetivos deste estudo. Assim, dos 12 integrantes que compunham a equipe no período da coleta de dados, 7 aceitaram participar livremente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) obedecendo aos padrões estabelecidos pela Resolução 196/96,

que trata das Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. Três membros da equipe não aceitaram participar e as outras duas pessoas não foram entrevistadas por serem responsáveis por esta pesquisa.

O perfil dos 7 entrevistados foi feito por meio de um roteiro para identificação, sendo um para trabalhadores (APÊNDICE B) e outro para alunos (APÊNDICE C). Todos os técnicos que participaram são do sexo feminino, na faixa etária de 20 a 55 anos. Quanto ao vínculo profissional das trabalhadoras, duas são por meio de concurso público, uma é contratada por tempo determinado e a outra é prestadora de serviço (vinculada a universidade por meio da INCOOP).

Para garantir o sigilo, os nomes dos sujeitos foram substituídos pela letra E e numerados de 1 a 7 de forma aleatória.

### **Instrumento de coleta de dados – as entrevistas**

Tendo em vista o objetivo de analisar a experiência da equipe no processo de incubação do grupo, foram realizadas entrevistas com os integrantes da equipe de incubação do Recriart.

Haguette (1992) define entrevista como um processo de interação entre duas pessoas no qual o entrevistador tem por objetivo obter informações por parte do entrevistado. Para Ludke e André (1986) a entrevista é um instrumento de pesquisa que permite uma interação entre o pesquisador e o informante e a criação de uma atmosfera de influência recíproca entre ambos.

As entrevistas deste estudo foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos integrantes da equipe em horário e local que melhor lhes conviessem. Elas seguiram um roteiro semiestruturado (APÊNDICE D) iniciado com a seguinte questão norteadora: Como tem sido para você a experiência de participar desse processo de incubação junto ao grupo Recriart? À medida que esta questão era respondida, outras eram formuladas com o intuito de aprofundar o tema considerando o objeto de estudo, tais como: Como assim? Há facilidades e dificuldades? Quais? O que você espera do processo de incubação desse grupo?

O período de realização das entrevistas ocorreu de junho a dezembro de 2009. As entrevistas ocorreram no espaço escolhido pelos mesmos. Assim, uma aconteceu no espaço de produção do grupo, ou seja, no Núcleo 3 Rs na UFSCar, três ocorreram no CAPS, duas na residência da pesquisadora e uma na residência da entrevistada, conforme a disponibilidade dos entrevistados. A duração de cada entrevista variou entre 16 a 42 minutos.

As entrevistas foram gravadas com aparelho de áudio MP3 e, posteriormente, transcritas e analisadas.

### **Tratamento e Análise das entrevistas**

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra, numeradas de 1 a 7, e analisadas posteriormente através da análise de conteúdo, categoria temática, descrita por Bardin (2008). Para este tipo de análise que difere da lingüística e da análise documental este autor descreve três etapas básicas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento e interpretação dos dados obtidos.

A pré-análise consiste, como Bardin (2008) afirma, na etapa de organização do material a ser estudado. Nesta etapa foi feita uma primeira leitura de todo o material, denominada leitura “flutuante”, permitindo o surgimento de impressões e orientações que contribuíram para o desenvolvimento de um plano de análise, tornando a leitura mais precisa.

Na segunda fase ocorre a exploração do material a ser estudado consistindo em leituras “mais profundas” das entrevistas, o que nos permitiu estabelecer áreas temáticas e categorias de análise através de operações de desmembramento do texto em unidades, segundo reagrupamentos de conteúdos semelhantes. De acordo com Bardin (2008) a análise temática consiste em descobrir núcleos de sentido cuja presença ou freqüência de aparição pode significar algo para o objetivo analítico escolhido.

Após a codificação, isto é, o processamento dos dados brutos e transformação sistemática dos mesmos em unidades, e compreensão da experiência dos membros da equipe de incubação, as codificações foram agrupadas em categorias temáticas (BARDIN, 2008).

O processo de agrupamento por temas, unidades de significados que emergem do texto que se analisa através de certos critérios relacionados à teoria que serve de guia à leitura, resultou de uma classificação analógica e progressiva dos elementos, sendo o título de cada categoria definido apenas ao final da operação (BARDIN, 2008).

A análise minuciosa dos dados possibilitou a obtenção de quatro categorias temáticas: 1 Considerando a incubação como um processo – aprendendo e encontrando os significados de ser apoio; 2 Apontando facilidades e dificuldades no processo de construção do empreendimento; 3 Visualizando resultados da inclusão pelo trabalho – percebendo a melhora dos usuários; 4 Apontando necessidades de mudanças no processo, esperando uma maior autonomia dos usuários e a formalização do empreendimento.

A última fase consistiu no tratamento dos dados obtidos e na interpretação.

---

## **CAPÍTULO II - A INCUBAÇÃO DO GRUPO RECRIART – APRESENTANDO E REFLETINDO SOBRE O PROCESSO**

---

Com base em nossa experiência ao integrar a equipe de incubação, consulta a várias fontes de dados e, frente ao referencial teórico de processo de incubação de empreendimentos solidários buscaremos apresentar e refletir sobre o processo de incubação do empreendimento Recriart estruturado por nós em dois momentos: o processo de criação do grupo e a assessoria da equipe na consolidação do empreendimento. Para tanto apresentaremos, primeiramente e, de forma sucinta a INCOOP da UFSCar.

### **A Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP) da UFSCar**

A INCOOP da UFSCar é um Programa de Extensão Universitária criado em 1999, diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), embora muitos esforços tenham sido realizados para formalizá-la/instituí-la como Núcleo Multidisciplinar voltado para a produção de conhecimento e intervenção na realidade, por meio da formação de empreendimentos coletivos autogestionários para geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária.

Atualmente cinco empreendimentos solidários são incubados: Cooperlimp, Coosturarte, Madeirarte, Maria Fuxico e Recriart. Além desses, em 2004 foi criado o grupo Consumosol, pois a INCOOP identificou a importância de buscar apoio aos empreendimentos solidários e autogestionários que incubava. Este grupo busca contribuir para a construção de uma nova cultura baseada nos princípios da economia solidária (INCOOP, 2010). Ainda, a partir de 2008, a incubadora passou a ampliar e focar suas ações no projeto de “Desenvolvimento Territorial” que propõe a criação de um sistema integrado de empreendimentos econômicos de economia solidária como condição para o desenvolvimento territorial de dois bairros de populações em situações de risco social no município de São Carlos. Neste processo os empreendimentos incubados são considerados protagonistas e, dentre eles, o ator central é a Cooperlimp (ZANIN, 2007).

A INCOOP integra a Rede Universitária de ITCPs com o objetivo de oferecer espaço de interação e dinâmica entre elas favorecendo a transferência de tecnologias e conhecimentos existentes no âmbito da economia solidária (ZANIN, 2009).

Além disso, busca participar de instâncias políticas, como o Fórum de Economia Solidária de São Carlos, Fórum Paulista de Economia Solidária e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária a fim de debater a economia solidária em nível municipal, estadual e nacional (INCOOP, 2010).

Dentre os resultados esperados pela INCOOP, na incubação de empreendimentos solidários, têm-se: empreendimentos de natureza popular organizados para o trabalho coletivo, de forma a funcionar de maneira autônoma, com capacidade para identificar suas necessidades e providenciar medidas para atendê-las, seguindo assim os princípios do cooperativismo e da economia solidária. Desta forma busca garantir o registro e avaliação das atividades executadas; garantir condições para produção de conhecimento sobre aspectos do processo de incubação e sobre o modo como conduzi-los (CORTEGOSO et al., 2008).

Para garantir o alcance destes resultados a INCOOP propõe como forma de intervenção o atendimento direto a grupos para formação de empreendimentos, proporcionando subsídios e acompanhamento do processo de tomada de decisão e da implementação das atividades, contando com a participação dos responsáveis pela incubação em todas as etapas do processo, inclusive na avaliação dos resultados (CORTEGOSO et al., 2008).

Atualmente a INCOOP está sob a coordenação geral colegiada formada por docentes de três departamentos da Universidade. Os projetos de incubação e de pesquisa desenvolvidos são concretizados por doze equipes constituídas por docentes, técnicos e alunos de várias áreas do conhecimento que atuam em diferentes cadeias produtivas e frentes de trabalho sendo a saúde mental uma delas. Os projetos são viabilizados, principalmente, por financiamentos obtidos de vários órgãos de fomento como: CNPq, FINEP, FAPESP, Fundação Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Real-Universidade Solidária e parcerias com iniciativa privada e governos municipais (INCOOP, 2010).

### **O processo de criação do grupo - da apresentação da demanda ao seu processamento pela INCOOP**

Primeiramente descreveremos o processo de apresentação da demanda à INCOOP de se criar um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental, tendo em vista que esta ação representa uma das classes de comportamento da metodologia de

incubação da incubadora. É neste momento que ocorre o processamento de demandas de diferentes atores sociais para incubação de empreendimentos solidários (INCOOP, 2010).

### **A apresentação da demanda**

Diante da necessidade de enfrentar o desafio de inclusão social pelo trabalho dos usuários do CAPS de São Carlos (SP) e, seguindo as diretrizes apontadas no contexto de construção da atenção em saúde mental no município, atores do campo da saúde mental da cidade de São Carlos (Docente do Departamento de Enfermagem da UFSCar e Coordenadora do CAPS) apresentaram, no segundo semestre de 2005, a demanda aos coordenadores da INCOOP da UFSCar (FILIZOLA et al., 2007).

O CAPS de São Carlos, criado em março de 2002, vem pautando sua prática nas diretrizes do Ministério da Saúde, e desta forma, traz em seu processo de cuidar a questão da inclusão social das pessoas em sofrimento psíquico. Em relação à inclusão pelo trabalho, o CAPS, desde sua criação, apresentou várias iniciativas com a finalidade de efetivar essa diretriz. Dentre elas, ressaltamos: a inclusão de usuários no mercado formal; organização de pequenas frentes de trabalho tais como um brechó, uma de alimentação dentro do CAPS, além da inclusão de uma usuária em uma cooperativa de catadores do município e outra em uma padaria artesanal, ligada a um Centro Comunitário. Através destas experiências que, por várias questões, não apresentaram continuidade, identificou-se a necessidade de ampliar este processo (GOMES; FILIZOLA, 2005; FILIZOLA; BARBÉRIO, 2008).

Segundo informações da Coordenadora Docente de Projeto de Incubação, a INCOOP incubava empreendimentos solidários em várias cadeias produtivas com pessoas desempregadas, tendo como foco de suas ações os excluídos do mercado. Porém nunca havia incubado empreendimentos constituídos por pessoas em sofrimento psíquico. Tal fato representou, naquele momento, uma experiência nova, tornando-se o primeiro empreendimento da saúde mental a ser incubado pela incubadora da UFSCar.

A Coordenadora Docente informou ainda que esta demanda foi acolhida pela INCOOP, mesmo na ausência de um técnico de incubação para o empreendimento, procedimento padrão da incubadora nesse processo, tendo em vista que havia o envolvimento de uma docente da UFSCar e do reconhecimento, pelos coordenadores, desta diretriz como política pública. Desta forma iniciaram-se os passos para a formação/constituição do grupo.

Neste sentido, verificamos que a Coordenadora Docente, juntamente com a equipe da INCOOP, iniciaram a construção de projetos como o Projeto de Extensão/UFSCar, Projeto Universal/CNPq e PROEXT/MEC, em 2005, a serem submetidos a órgãos de fomento

como fonte de financiamento para a viabilização/construção do processo. Dos três projetos submetidos, somente o Projeto de Extensão/UFSCar denominado “Promovendo a inclusão social pelo trabalho de usuários do CAPS na perspectiva da economia solidária” foi aprovado naquele momento.

### **O processamento da demanda pela INCOOP – construindo condições concretas para criação do grupo/ enfrentando preconceitos**

Para dar andamento ao processo foram realizadas várias reuniões entre os Coordenadores da INCOOP, a Docente da UFSCar e a Coordenadora do CAPS. No decorrer dessas reuniões um dos Coordenadores da INCOOP propôs, como uma das estratégias, a sensibilização da equipe do CAPS sobre os princípios da economia solidária e o processo de incubação de empreendimentos solidários tendo em vista ser esta uma das classes de comportamento presentes na metodologia de incubação.

Nesta sensibilização, realizada durante uma das reuniões de equipe do serviço, ainda no segundo semestre de 2005, um dos Coordenadores da INCOOP presente apresentou de forma participativa a Incubadora e o seu papel, enfatizando as diferenças entre cooperativas denominadas populares das outras modalidades de cooperativas, as chamadas “coopergatos”. Estas são cooperativas que não atendem os princípios do cooperativismo (BRASIL, 2010a). Todos os trabalhadores do CAPS foram convidados a integrar o processo sendo informados sobre o princípio da adesão livre, esclarecida e voluntária.

Durante esta etapa e cumprindo os passos da metodologia de incubação da INCOOP também foram analisados/discutidos e **definidos a atividade produtiva e o processo de inclusão dos usuários no empreendimento.**

Em relação à **definição da atividade produtiva**, anteriormente à sua formalização com os usuários, esta havia sido analisada pela equipe da incubadora em uma de suas reuniões gerais, realizadas semanalmente na INCOOP, no segundo semestre de 2005. De acordo com a Coordenadora Docente, nesta reunião, ela foi questionada pela equipe da INCOOP sobre a escolha da atividade, e informou/propôs que seria a reciclagem de papel. Como justificativa desta escolha a Docente esclareceu que a utilização da técnica de reciclagem propiciaria baixos custos econômicos para o processo produtivo, tornando-se um fator facilitador para criação e sustentabilidade do grupo.

Além desta questão, a Docente ainda esclareceu a equipe da INCOOP que a atividade já havia sido analisada e acordada anteriormente com a Coordenadora do CAPS. Nesta época também havia-se cogitado a criação de um empreendimento na cadeia de

alimentação, porém foi desconsiderada devido a inviabilidade econômica, sendo pontuado pela INCOOP também, naquele momento, a já existência de empreendimento solidário na cadeia de alimentos no município, questão esta assinalada na metodologia de incubação. Frente à decisão da atividade produtiva, havia sido possível ainda a aquisição de um equipamento essencial, um liquidificador industrial (através da articulação com a equipe de implantação da Unidade de Saúde Escola da UFSCar, que a princípio pensava ser parceira no processo) o que possibilitaria o início da produção do grupo. Além disso, a INCOOP foi informada da busca de articulação/acordo com a Coordenadora dos Centros Comunitários para viabilização do local de produção a ser concretizado em um dos Centros Comunitários do município, pois havia a determinação clara da equipe do CAPS que a criação de uma nova frente de trabalho não deveria ocorrer no espaço físico do serviço.

A Coordenadora Docente esclareceu ainda à equipe da INCOOP que, na escolha da atividade produtiva, o contexto de criação do empreendimento havia sido considerado. Havia-se constatado que nenhum grupo de artesãos produzia papel reciclado e derivados no município, condição esta também pontuada no processo de incubação como importante elemento a ser considerado na definição da atividade produtiva de qualquer grupo. Ainda, em relação ao contexto, foi considerado que, como havia a possibilidade de forte articulação com a universidade, a matéria prima papel seria de fácil acesso e os produtos a serem produzidos teriam um mercado primeiramente próximo fortalecendo a sustentabilidade econômica do empreendimento. Também se considerou que, com o papel poderia produzir produtos diversificados, com valor agregado e possibilidade de aceitação no mercado. Ainda naquela época acreditava-se que o processo de produção de papel era lúdico, o que o tornaria de grande potencial terapêutico. Além destas questões foi pontuada pela INCOOP, naquele momento, a importância da reciclagem tendo em vista os princípios da economia solidária de desenvolvimento sustentável.

A apresentação/discussão/definição da **atividade produtiva**, produção de papel reciclado, com os usuários foi realizada em diversos momentos. A atividade foi re-discutida e formalizada em uma assembleia dos usuários realizada no início de agosto de 2006 no CAPS. Esta também se constituiu, no processo de incubação deste grupo, como o passo inicial para a inclusão dos primeiros usuários no grupo. Para esta assembleia, a Coordenadora do CAPS fez ampla divulgação sendo todos os usuários inscritos convidados a participar. Neste momento, além das discussões relativas à atividade produtiva, fortaleceu-se o processo de sensibilização dos usuários quanto à formação de um empreendimento coletivo tendo em vista que essa questão já vinha sendo debatida com eles desde o segundo semestre de 2005.

Também se assegurou que a capacitação para a atividade produtiva e o apoio/assessoria para formação do grupo seria realizado por uma equipe de apoio formada por integrantes do CAPS e da universidade.

Em relação ao local/espço de produção, muito embora várias reuniões com a coordenação dos Centros Comunitários e visita ao local tivessem sido realizadas pela Coordenadora do CAPS e Coordenadora Docente no início de 2006, não foi possível concretizá-la tendo em vista a necessidade de pequenas adequações físicas. Assim, foi realizada uma reunião com a representante da Secretaria de Cidadania a qual inviabilizou o processo justificando não ser possível atender esta demanda por ter muitas outras prioridades no município. A secretária também desqualificou e desacreditou na proposta demonstrando claramente que este tipo de ação/atividade não se sustenta havendo ainda o risco de se criar conflito com a população do território tendo em vista a população alvo ser constituída por pessoas com transtornos mentais (FILIZOLA, 2006).

Frente a esta realidade, uma das Coordenadoras da INCOOP em uma de suas reuniões de equipe, no primeiro semestre de 2006, sugeriu e se prontificou a viabilizar o espaço na própria universidade, tendo em vista ser a atividade produtiva do grupo a reciclagem, o que possibilitou sua articulação com o Laboratório de Resíduos denominado 3 Rs cujo objetivo é a pesquisa em reciclagem de resíduos.

Em reunião com a docente responsável na época por este Laboratório, a mesma concordou após ser assegurada pela Coordenadora Docente presente, mediante seu questionamento, que não haveria perigo ter naquele local pessoas com transtornos mentais trabalhando, pois existiria o acompanhamento de uma equipe de apoio. Com o decorrer do tempo, segundo a Docente, a responsável pelo espaço 3 Rs se tornou uma grande incentivadora e apoiadora do grupo. Diante da viabilização do espaço físico há que se apontar a sensibilidade e o reconhecimento da comunidade universitária pela importância da inclusão dessas pessoas em uma atividade econômica demonstrando que, embora se enfrente o preconceito, encontra-se solidariedade.

Frente ao relatado e à constatação de que a atividade produtiva do grupo foi definida anteriormente à sua apresentação/discussão/reflexão com os usuários, não podemos deixar de refletir sobre este fato, pois esta questão, vez por outra, vem sendo questionada. Primeiramente, apontamos que se pode constatar que a atividade foi apresentada somente após terem se assegurado de vários aspectos de sua viabilidade que, segundo informações da Docente envolvida, ocorreu devido à preocupação dos atores da saúde mental com a viabilidade econômica, tendo em vista o não sucesso das experiências anteriores vivenciadas

pelo serviço. Também enfatizamos que os usuários que se inseriram o fizeram de forma livre e esclarecida, portanto, compreende-se que os mesmos apresentaram, naquele momento, interesse pela atividade produtiva tendo sido neste processo respeitado os princípios da economia solidária.

Ainda ressaltamos que o referencial da metodologia de incubação aponta que as classes de comportamentos não precisam necessariamente seguir uma ordem. Portanto, a metodologia de incubação não é rígida e, também, não é obrigatório que todas as classes de comportamento se cumpram, sendo importante não perder de vista aspectos essenciais do processo (CORTEGOSO et al., 2008).

Finalmente, não podemos deixar de assinalar frente aos dados apresentados que, neste processo, enfrentamos o imaginário social da periculosidade da loucura, o que reforça a importância do papel dos técnicos em emprestar poder de contratualidade aos usuários.

### **O processo de inclusão dos usuários e a caracterização da população alvo**

Como previsto na metodologia de incubação da INCOOP, a caracterização da população alvo também se constitui em uma das classes de comportamento a ser concretizada. Neste sentido, a análise dos primeiros projetos elaborados: Projeto de Extensão/UFSCar (2006), PROEXT/MEC (2005) e Universal/CNPq (2005), incluindo o enviado ao Comitê de Ética da UFSCAR (2006), demonstrou que eram previstos vários passos/etapas para inclusão dos usuários. Dentre elas ressaltamos que havia sido planejado convocar todos os usuários do CAPS (intensivos e não intensivos) interessados em trabalhar e, posteriormente, avaliá-los à partir do instrumento de avaliação de habilidades (Inventário de Habilidades de Vida Independente – ILSS-BR) e Escala de atividade física e instrumental da vida diária de “OARS” (avaliação da capacidade funcional). Após estas avaliações e, considerando o interesse, os usuários seriam encaminhados para diferentes oportunidades de trabalho (emprego formal e outras alternativas).

Entretanto, Filizola (2006) salienta que esses procedimentos foram reavaliados pela equipe de apoio do Recriart, no primeiro semestre de 2006 e, após sugestão da Coordenadora do CAPS, decidiu-se pela convocação de uma assembleia, realizada no início de agosto de 2006, com ampla divulgação e participação dos usuários. Nesta foi apresentada apenas a proposta de formação de um empreendimento solidário com atividade produtiva de papel reciclado e derivados. Porém, ressaltamos que na inclusão pelo trabalho neste processo

o princípio da autonomia como sendo uma meta e não um critério de inclusão/exclusão foi mantido.

Deste processo, os relatórios apontam um número variável de 31 a 35 usuários que aderiram de forma livre, voluntária e esclarecida seguindo os princípios da economia solidária. Também, verificamos que o número de vagas foi definido logo no início do processo pelo fato do espaço de produção comportar poucas pessoas, sendo inclusive necessário, a princípio, dividir o grupo em duas turmas de trabalho (uma para trabalhar às segundas e terças-feiras e outra às quartas e quintas-feiras).

Sendo assim, os usuários inseridos no grupo foram caracterizados conforme instrumento elaborado pela equipe, que se constitui na ficha de cadastro do usuário. Esta contém dados de identificação, indicadores sociais e história de trabalho, além da avaliação da capacidade funcional por meio da Escala de OARS e construção do Genograma e Ecomapa com o usuário. Tendo em vista o objetivo de integração entre ensino, pesquisa e extensão, este cadastro vem sendo realizado desde o segundo semestre de 2006. Neste sentido, este instrumento de cadastro foi, juntamente com o projeto, aprovado pelo Comitê de Ética da UFSCar (Parecer nº. 229/2006 - CAAE 1383.0.000.135-6). É neste momento também que os usuários assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (FILIZOLA, 2006).

Assim, o perfil dos integrantes do Recriart vem sendo traçado a partir de dados coletados presentes na ficha de cadastro, a qual é preenchida de forma manual por membros da equipe de incubação e os dados são inseridos em um banco de dados no formato Epi Info versão 3.5.1. Este se encontra armazenado no laboratório do Grupo de Pesquisa “Saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica” e “Saúde e Família” no Departamento de Enfermagem da UFSCar.

Observamos que o grupo, desde o início do processo, conta com um número variável de pessoas, uma vez que há desistências de integrantes e entrada de novos sócios. Sobre esta questão, ressaltamos que, até o final de 2008, a decisão de inserção de novos usuários no grupo era feita por indicação dos trabalhadores do CAPS (MILIONI, 2009). No entanto, esta autora salienta que, após longa discussão na equipe e conforme os princípios da economia solidária, decidiu-se no início de 2009, que a tomada de decisão sobre esta questão deveria ser feita pelos usuários nas assembleias. Ressalta-se ainda que esta prática ainda necessitava ser trabalhada entre a equipe e os sócios. Através de nossa vivência junto ao grupo podemos afirmar que esta decisão vem sendo cumprida e ressaltamos sua relevância para o cumprimento dos princípios da autogestão demonstrando a complexidade da construção de um empreendimento solidário.

Considerando as desistências e as novas inserções, pode-se constatar por meio da análise da planilha de divisão das sobras contida no Livro Ata das Assembleias que, no período de fevereiro a abril de 2010, 23 usuários foram remunerados, o que indica que neste período somente estes se encontravam efetivamente trabalhando no empreendimento.

### **A assessoria ao grupo na consolidação do empreendimento – o trabalho da equipe de incubação - apoiando os usuários na produção, comercialização e inserção em rede**

O início da produção do grupo se deu em agosto de 2006, sendo que a sua consolidação como empreendimento vem se dando ao longo do processo, uma vez que, tanto a produção de papel reciclado e produtos quanto a comercialização, seguindo os princípios da economia solidária, eram novos para os atores envolvidos (equipe de incubação e usuários), sendo a assessoria da equipe da INCOOP fundamental.

Durante todo este processo, a equipe de incubação vem, desde o início e até o atual momento oferecendo apoio ao grupo em todas as atividades, sempre com a assessoria da equipe da INCOOP. Muito embora verifiquemos que as estratégias de apoio/assessoria apontadas nas metodologias de incubação consultadas sejam através de visitas aos grupos, realizadas ora quinzenalmente, ora mensalmente, o apoio da equipe de incubação ao grupo Recriart é realizado diariamente. Portanto, a equipe se encontra presente tanto no processo de produção do grupo, que a partir de 2010, passou a acontecer de segunda à sexta-feira das 14h às 15h30min no Núcleo 3Rs na universidade (até o final de 2009 o grupo trabalhava até quinta-feira), quanto nas assembleias, na comercialização e inserção em rede apoiando-os em sua organização e funcionamento de forma a se pautar nos princípios da economia solidária.

Sendo assim, torna-se importante pontuar, primeiramente, algumas questões sobre a constituição da equipe e apresentar a formação dos atores envolvidos, tendo em vista ser este um dos passos/comportamentos presentes no processo de incubação. Neste sentido, apresentaremos a formação/capacitação dos atores no que se refere à economia solidária, à atividade produtiva e à construção/planejamento de um empreendimento que busca a gestão coletiva. Para tanto, buscaremos apresentá-las relacionando-as à experiência de construção cotidiana do empreendimento, apresentando as articulações, recursos, novas parcerias e financiamentos para consolidação do empreendimento ao longo desses anos.

## **A equipe de incubação e o processo de formação/capacitação dos atores - a capacitação para economia solidária, para a atividade produtiva, para a gestão administrativa do empreendimento**

### **Pontuando algumas questões sobre a constituição da equipe e sua forma de organização**

A equipe de incubação do grupo sempre foi constituída por trabalhadores do CAPS e integrantes da universidade. Dentre os trabalhadores do CAPS, integravam a equipe, durante o período da coleta de dados: duas técnicas de nível superior, a Coordenadora do serviço, com formação em Terapia Ocupacional, que se encontra no processo desde o início em 2005 e uma psicóloga que integrou o grupo em meados de 2006 (ambas contratadas mediante concurso público); e quatro técnicas de nível médio, auxiliares de enfermagem que em sua maioria apoiam o grupo desde o início sendo que uma das auxiliares possui contrato temporário de trabalho encontrando-se presente no início do processo, tendo se afastado e retornado a integrar a equipe.

O grupo também contou com um psicólogo que participou da implantação permanecendo na equipe até o início de 2007, quando se desligou por discordar tanto dos princípios da economia solidária quanto dos que orientam a inclusão dos usuários no grupo. Este fato demonstra que o processo de incubação é permeado por relações e que tanto a adesão quanto o desligamento, também, dos técnicos ora é livre e voluntária, ora se faz necessária devido à rescisão de contratos de trabalho.

Dos integrantes da universidade, a equipe sempre contou com uma professora do Departamento de Enfermagem, Coordenadora Docente de Projeto de Incubação na INCOOP que participa do processo desde o início; uma técnica de nível superior que exerce a função de Coordenadora Executiva de Projeto de Incubação da INCOOP admitida mediante contrato provisório através do PRONINC com carga horária semanal de 20 horas. Em relação à Coordenadora Executiva, o grupo contou com duas: uma que assessorou o grupo no período de fevereiro a dezembro de 2007 (com formação em sociologia) e a atual, com formação na área de saúde mental (psicologia), considerando a decisão dos Coordenadores do processo para a incubação na área que o técnico tenha essa formação em saúde mental. Esta técnica passou a integrar a equipe no final de 2008, tendo em vista que a contratação destes técnicos é viabilizada mediante a complexa tarefa de gerenciar os recursos do PRONINC.

Dentre os alunos, o grupo sempre contou com dois alunos bolsistas de extensão (PROEX - UFSCar) que apresentam carga horária de oito horas semanais e alunos

de graduação de vários cursos que realizam atividades ligadas a estágios curriculares (enfermagem e terapia ocupacional), monografias de curso ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Projetos de Bolsa Atividade (PROGRAD - UFSCar), atividades de intervenção da disciplina ACIEPE e, no período de 2008 a 2010, contou com duas alunas da pós-graduação em enfermagem que, como parte da pesquisa integraram a equipe.

Como estratégia para organização de seu trabalho, a equipe se reúne semanalmente no CAPS, sendo todas as discussões/decisões documentadas em Livro Ata. Muito embora se busque um horário comum para participação de todos os membros na reunião, nem sempre isso é possível, já que os mesmos apresentam compromissos/atividades paralelas, como exemplo: os alunos têm aula, os auxiliares de enfermagem têm a demanda do trabalho no CAPS e a atual Coordenadora Executiva de Projeto de Incubação realiza mestrado além das várias atividades da INCOOP e atuação em outros projetos da Meta de Saúde Mental da qual o Recriart se constitui em um deles.

Quanto ao apoio oferecido pela equipe no processo de produção do grupo, este se faz através de revezamento dos membros nos dias da semana conforme disponibilidade de horário e acordos firmados a cada semestre. Desta forma, de segunda a sexta-feira o grupo conta com, no mínimo, dois integrantes da equipe de incubação no processo de produção sendo uma auxiliar de enfermagem e um técnico de nível superior. Os alunos, sejam bolsistas ou os que realizam estágios e intervenções, também se encontram presentes conforme a disponibilidade de seus horários e atividades propostas/acordadas.

Além do apoio na produção, os membros da equipe também se revezam para o apoio/acompanhamento dos usuários em feiras e eventos, em que o Recriart está presente para comercialização ou articulação, sendo que estes ocorrem, na maioria das vezes, ora aos finais de semana, ora à noite. Nota-se a partir do exposto que a consolidação do grupo demanda muito tempo e acompanhamento diário e persistente da equipe.

### **A capacitação/formação dos atores em economia solidária, para a atividade produtiva, as parcerias construídas e a inserção em rede**

Podemos afirmar, pautadas em nossa vivência e na análise dos documentos que, como previsto na metodologia de incubação, a formação dos atores tanto em relação aos princípios da economia solidária quanto para a atividade produtiva tem se dado no continuum do processo em vários momentos e através de várias estratégias.

Quanto à **formação em economia solidária**, as primeiras sensibilizações para a equipe foram realizadas pelos Coordenadores e equipe da INCOOP que inseriram os atores

da saúde mental em suas atividades e promoveram vários espaços/sensibilizações a todos. Dentre os espaços de formação em economia solidária para a equipe, ressalta-se a ACIEPE, na qual a Coordenadora Docente passou, paulatinamente, a contribuir. Além desta, constituem espaços de formação as reuniões/atividades da incubadora das quais participam a Coordenadora Executiva de Projeto de Incubação e, por vezes, sempre que possível, como parte de suas atividades, a Coordenadora docente e mais no início do processo a Coordenadora do CAPS. Em relação aos alunos, busca-se que todos curse a ACIEPE, sendo este um pré-requisito para seleção dos alunos bolsistas.

Ainda se tentou realizar no início de 2007 uma capacitação para toda a equipe, planejada pelos alunos bolsistas de extensão e Coordenadora Executiva de Projeto da época. A capacitação foi formalizada através de um Projeto de Extensão, sendo realizados alguns encontros que, entretanto, não foi possível ter continuidade devido às dificuldades de implementação no período de trabalho dos trabalhadores do CAPS, que eram por vezes interrompidos ou impedidos de estarem presentes frente às demandas do serviço e pela necessidade de dar continuidade às reuniões de equipe, o que demonstra a dificuldade de concretizar a capacitação dos trabalhadores. Também se decidiu que o melhor espaço de capacitação da equipe é, primeiramente, a ACIEPE, tendo em vista a possibilidade de se conhecer/refletir junto com outros empreendimentos e atores.

Concretizando esta estratégia, a ACIEPE foi cursada no segundo semestre de 2007, pela Coordenadora do CAPS e, somente, parcialmente, por uma auxiliar de enfermagem que esteve presente em alguns encontros. Além da ACIEPE e, com a paulatina integração da equipe nos espaços da economia solidária, integrantes da equipe têm sido estimulados a participarem de eventos na área dando continuidade a sua formação/capacitação.

Dentre os espaços de capacitação da equipe, ressalta-se a participação de cinco membros no curso de “Formação de Multiplicadores em Saúde Mental e Economia Solidária”, no primeiro semestre de 2009, oferecido pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, através do qual além da troca de experiência foi possível a inserção do Recriart na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária formada a partir deste curso.

Quanto à **formação/capacitação dos usuários para a economia solidária**, verifica-se também a utilização de várias estratégias/espacos como também proposto na metodologia de incubação. Os primeiros usuários inseridos no grupo em 2006, juntamente com trabalhadores do CAPS (integrantes da equipe), realizaram uma visita previamente

agendada/acordada à INCOOP, sendo acolhidos por uma das Coordenadoras da incubadora que, cuidadosamente, explicou o que é uma Incubadora, sua finalidade e como se dá a assessoria aos empreendimentos. Nesta época, encontra-se nos registros a participação da Coordenadora docente e de duas usuárias em uma Feira de Economia Solidária realizada em Campinas em novembro de 2006.

Ao longo de 2007 o empreendimento contou com uma Coordenadora Executiva de Projetos que utilizou de várias estratégias durante reuniões e apoio no processo de produção para a capacitação dos usuários. Em face da inserção de novos usuários e da necessidade/demanda de capacitação destes, utilizou-se ainda como estratégia, a capacitação dos mesmos realizada no segundo semestre de 2008 por uma aluna bolsista (Bolsa Treinamento-PROGRAD) do curso de Terapia Ocupacional. Esta foi concretizada por meio da elaboração de Projeto de Bolsa Treinamento, sob orientação da Coordenadora docente. Esta aluna elaborou este projeto de intervenção ao cursar a ACIEPE no primeiro semestre de 2008.

Durante esta capacitação, buscou-se através de metodologias participativas envolver os usuários na discussão dos temas: princípios de economia solidária (cooperação, solidariedade, desenvolvimentos sustentável, autogestão), formação de redes em economia solidária e trabalho em grupo, feira de trocas, atores e marco legal da economia solidária no município de São Carlos (SILVA et al., 2009).

Utilizando-se da estratégia de capacitá-los conforme o contexto e em um continuum, os usuários vêm, através da atuação/articulação da equipe, participando dos eventos de economia solidária. Como exemplo, cinco usuários estiveram presentes na II Conferência Micro-Regional de Economia Solidária, preparatória para a II Conferência Nacional, realizada em São Carlos em 10 e 11 de abril de 2010. Neste evento, duas usuárias se candidataram a serem delegadas para a etapa estadual, o que, entretanto, não foi possível ser concretizado considerando que, como informado pela Coordenadora do CAPS em uma reunião de equipe, uma delas apresentava problemas de saúde física e a outra não aceitou que sua família fosse comunicada.

Através de nossa experiência junto ao grupo, podemos afirmar que a equipe busca, sempre que possível e necessário, retomar os princípios da economia solidária no processo de produção e nas assembleias, sendo tais princípios importantes estratégias para lidar com os conflitos nas relações de trabalho.

**A capacitação da equipe e dos usuários para a atividade produtiva, produção de produtos, comercialização e inserção em rede** como afirmado, vem ocorrendo

ao longo do processo. Como estratégia empregada no início, verifica-se a capacitação **para a produção de papel reciclado** primeiramente da equipe realizada por meio de visita ao Centro de Atenção Integral a Saúde (CAIS) no município de Santa Rita do Passa Quatro (SP) no primeiro semestre de 2006. Nesta visita a equipe aprendeu os primeiros passos da técnica e dos equipamentos viabilizando o início do processo de produção do Recriart (MILIONI; FILIZOLA; TAGLIAFERRO, 2009).

Neste mesmo ano a Coordenadora Docente participou de uma oficina oferecida por um artesão no SESC de São Carlos (SP) e após socializou o conhecimento com os demais membros da equipe e com os usuários, sendo que este aprendizado se constituiu na primeira técnica de produção de papel reciclado utilizada pelo grupo. Em 2007, a Coordenadora do CAPS ainda participou de uma oficina oferecida em outro local da comunidade com este mesmo artesão, com a finalidade de obter/retirar dúvidas e fortalecer o conhecimento sobre esta técnica de produção. Posteriormente a estas oficinas, o grupo e técnicos da equipe realizaram uma visita ao Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) do Hospital Dr. Cândido Ferreira em 2008, na cidade de Campinas (SP) e, no segundo semestre de 2009, ao Instituto Reciclar em São Paulo (MILIONI; FILIZOLA; TAGLIAFERRO, 2009).

Para a **confecção de produtos** foram realizadas várias articulações e estratégias. Em 2005, segundo a Coordenadora Docente, após vislumbrarem a possibilidade da atividade produtiva do grupo vir a ser papel reciclado, duas auxiliares de enfermagem do CAPS foram incentivadas e liberadas pela Coordenadora do CAPS para realizarem um Curso de Confecção de Cartões oferecido em um Centro Comunitário por artesã da área. Este se constituiu no primeiro conhecimento sobre confecção de produto a ser socializado com os usuários no processo de produção do grupo e, também, no principal produto produzido pelo grupo até o final de 2007 (o grupo também produzia bloquinhos e cadernos com encadernação em espiral e marcadores de página).

Diante da necessidade de diversificar os produtos para aumentar a renda, após análise da questão pela equipe de incubação com assessoria/discussão juntamente com a equipe da INCOOP, ao longo do segundo semestre de 2007, a Coordenadora Docente realizou, na cidade de São Paulo, em fevereiro de 2008, um curso de encadernação artesanal. Neste, também pesquisou equipamentos necessários para o avanço da produção de novos produtos (FILIZOLA, 2009a).

Com base nestas pesquisas e capacitação, foi elaborado o Projeto para solicitação da verba do Ministério da Saúde destinada a empreendimentos desta natureza de acordo com a Portaria GM nº. 1169/2005, sendo o Recriart contemplado no final de 2008.

Esta verba, juntamente com uma complementação feita pela Secretaria Municipal de Saúde do município de São Carlos, possibilitou a aquisição de dois equipamentos de importância fundamental para o avanço da produção de novos produtos, sendo eles uma guilhotina semi-industrial e uma furadeira elétrica de um furo (FILIZOLA, 2009a).

Ainda foi necessário e também possível estabelecer/fortalecer parcerias. Dentre elas ressaltamos a parceria com a gráfica da UFSCar, que além de separar aparas de papel, disponibilizou um profissional para capacitação dos usuários e equipe no manuseio e manutenção dos novos equipamentos (TAGLIAFERRO et al., 2009). Diante dessa parceria ressaltamos, mais uma vez, o reconhecimento e sensibilidade de pessoas da comunidade da importância da inclusão social pelo trabalho dos usuários de saúde mental, demonstrando a possibilidade/sensibilidade e envolvimento da comunidade.

Atualmente o grupo conta com recursos financeiros para a compra de novos equipamentos e capacitação/assessoria oriundos de vários órgãos de fomento como FAPESP, FINEP e MEC, uma vez que, o Recriart integra os projetos por meio dos quais a INCOOP foi contemplada, além também dos recursos oriundos do PRONIC. Para a tomada de decisão sobre quais capacitações e equipamentos serão necessários, pode-se constatar por meio da nossa participação no processo e da consulta ao Livro de Atas das Assembleias dos usuários e da equipe, que esta questão encontra-se em pauta atualmente.

Em relação **à capacitação dos atores para a autogestão/gestão administrativa**, em razão de este ser um princípio apresentado pela INCOOP na sensibilização dos atores da saúde mental, constatamos através da análise do Livro de Ata de Assembleias que, estas são espaços de tomada de decisões. Embora conste nesse que a primeira Ata data de 31 de agosto de 2007, encontram-se no primeiro Livro de Atas da Oficina, os relatos das reuniões realizadas com o grupo, sendo a primeira designada como Assembleia Geral datada em 18 de dezembro de 2006. Verifica-se que nesta foi definido o nome do grupo e realizada a primeira divisão das sobras.

As assembleias acontecem mensalmente, sendo que atualmente ocorrem em toda segunda quarta-feira de cada mês no horário das 14h às 16h no Centro Público de Economia Solidária de São Carlos. Elas se realizam neste local desde a sua criação em 2008, sendo a parceria construída com a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda por meio deste. Pode-se afirmar através de nossa experiência junto ao grupo que este espaço vem propiciando o crescimento e desenvolvimento do empreendimento, já que contribui em sua divulgação, inserção em novos espaços e articulação com os atores da economia solidária, o

que vem consolidando a inserção do grupo na rede de economia solidária e na rede de comercialização.

Das primeiras decisões tomadas pelo grupo, verifica-se a divisão das sobras por hora trabalhada e, neste sentido, um dos primeiros instrumentos da organização do funcionamento do grupo foi a Folha de Ponto (ANEXO B). Esta foi elaborada pela equipe e acordada com os usuários para auxiliar na concretização da contagem das horas trabalhadas, viabilizando assim a divisão das sobras, tendo sido reformulada recentemente com vista a facilitar a contagem das horas.

Outro instrumento de organização do funcionamento administrativo do empreendimento foi a Planilha de Cálculo de Horas Trabalhadas (ANEXO C), também criada em 2006 e que no processo vai sendo modificada, considerando as decisões tomadas pelo grupo. Além destes instrumentos, um dos alunos bolsistas criou em 2007 a Planilha de Comercialização (ANEXO D). Esta foi criada para possibilitar/facilitar a organização, participação e capacitação dos usuários para a comercialização em feiras.

Tendo em vista que muitas das atividades administrativas necessitavam do uso do computador foi se tornando claro para a equipe a necessidade de capacitação dos empreendedores para o domínio desta ferramenta. Neste sentido, a Coordenadora Docente direcionou os projetos dos alunos da ACIEPE para desenvolverem a capacitação nesta área, o que despertou o interesse dos usuários por esta importante ferramenta de trabalho. Também foi criado um Curso de Extensão de Inclusão Digital, dirigido aos membros do empreendimento oferecido no final de 2008 e início de 2009 (FILIZOLA, 2009b).

Houve ainda a integração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) através do curso de capacitação em “Gestão de Projetos Sociais”, oferecido em 2009, do qual cinco integrantes do Recriart e um membro da equipe de incubação, aluna bolsista de extensão, participaram (TAGLIAFERRO et al., 2009).

Outra importante ferramenta administrativa proposta pela Coordenadora Docente, no início de 2007, foi a organização em Comissões. Estas foram criadas com o objetivo de organizar o trabalho e concretizar/viabilizar o maior envolvimento/participação dos usuários em todas as atividades de planejamento e de administração. Pode-se afirmar que todas as comissões são compostas por técnicos de incubação e por usuários que as integram conforme o interesse/desejo e novas são criadas de acordo com a necessidade.

Da leitura de vários documentos que fazem referência a estas e, segundo nossa experiência, pode-se afirmar que as primeiras Comissões criadas foram: **Financeira** - responsável pela contagem mensal das horas trabalhadas, cálculo e divisão da sobra mensal e

pela distribuição do dinheiro na assembleia; **de Artes** - busca/pesquisa novos produtos, elaboração de moldes dos produtos de forma a organizar a sua produção e favorecer o aprendizado de todos na confecção dos mesmos; **de Vendas** - responsável por participar das feiras/pontos de venda onde acontece a comercialização, realizando atividades como organização e logística das vendas. Em relação a esta, constata-se que o técnico de incubação que compõe esta comissão possui o papel de articular e inserir o grupo em rede com outros artesãos e atores da economia solidária, participando assim de reuniões juntamente com os usuários; **de Qualidade e Estoque** - se responsabiliza pela qualidade dos produtos confeccionados e pelo controle dos produtos e respectivas quantidades, contribuindo para o processo de organização do processo de produção.

Após estas, constata-se que no ano de 2009 foi criada a **Comissão de Precificação** – que se responsabiliza pela precificação dos produtos e vem construindo as Planilhas de Preço de cada produto, pautada no cálculo do “Preço Justo”. Além desta, em 2010 foram criadas duas novas: a **de Compras** e a **de Manutenção de Equipamentos**, tendo em vista que, foi-se percebendo que também estas tarefas/atividades poderiam/deveriam ser realizadas pelos usuários mediante orientação/organização/apoio da equipe.

Em relação à **Comissão de Compras**, esta é responsável pela compra dos diversos materiais necessários para a produção dos produtos. Quanto à **Comissão de Manutenção de Equipamentos**, espera-se que os usuários se responsabilizem pela manutenção dos equipamentos. Para tanto, a Coordenadora Docente assegurou, em assembleia, que seria elaborado um material contendo todas as informações necessárias, com endereços e telefones de fornecedores e prestadores de serviços para que, diante da necessidade, os usuários tenham iniciativa e responsabilidade de solucionar os problemas.

A partir de nossa vivência no processo podemos afirmar que a participação dos usuários nas comissões e assembleias vem crescendo sendo esta reconhecida também pela equipe, muito embora, por vezes, há queixas do não envolvimento dos usuários. Ainda a equipe vem discutindo a necessidade de melhorar a organização das comissões de forma a criar condições para a efetiva participação/responsabilização dos usuários nas várias atividades de cada uma delas. Nas assembleias, embora a presença dos técnicos seja necessária, podemos afirmar também que a participação dos usuários vem sendo mais efetiva, pois os mesmos têm levado vários pontos de pauta para discussão além do que, em 2010, assumiram a responsabilidade de transcrição das atas.

Outro avanço do grupo, na área administrativa, que consideramos ainda relevante ressaltar refere-se à obtenção da Carteira do Artesão por dois usuários. Esta, sempre

se fez necessária para a concretização de vendas de produtos para eventos e empresas/órgãos que necessitam da emissão de nota fiscal, uma vez que o empreendimento não é formalizado. Porém, após longo período de discussão/incentivo da equipe aos usuários foi concretizada no final do primeiro semestre de 2010 com o apoio de uma técnica de incubação (aluna bolsista de extensão), o que reforça a importância do apoio/presença dos técnicos de incubação nesse processo.

Em relação à utilização desta, constatamos que somente um usuário vem se dispondo a retirar nota fiscal em seu nome, o que ocorreu devido ao medo da perda do benefício que se fez presente no início de 2010. Essa situação tem levado a equipe a buscar orientações legais para o manejo da questão e a participação efetiva nos vários espaços de discussão/reflexão sobre a construção de empreendimentos solidários na saúde mental. Reconhecemos como importante espaço para o avanço desta discussão a I Conferência Temática de Cooperativismo Social realizada em Brasília da qual uma integrante da equipe participou como delegada.

A partir dos aspectos que foram abordados até o momento, podemos constatar que a equipe de incubação tem buscado promover a capacitação/envolvimento/responsabilização dos usuários no planejamento e desenvolvimento das várias atividades/etapas do trabalho do grupo. Neste sentido, a equipe vem ao longo do processo trabalhando para que os usuários assumam as responsabilidades, apoiando-os sempre que necessário a fim de que conquistem a maior autonomia possível e se apropriem cada vez mais do empreendimento.

Entretanto, devemos apontar diante dos passos/comportamentos da metodologia de incubação que, muito embora possamos constatar através do relato e da nossa vivência a existência de normas estabelecidas no empreendimento, não encontramos documentos referentes às suas normas de funcionamento, em especial, ao regimento interno. Este, como salienta Cortegoso (2008), deve ser elaborado o mais precocemente possível e de forma participativa sendo importante para indicar, claramente, comportamentos significativos esperados dos membros e do empreendimento de forma a minimizar conflitos e distorções.

Também Andrade (2008), ao analisar comportamentos do processo de incubação do grupo Recriart, salienta que estas normas podem trazer melhoria para o empreendimento, facilitando a organização do processo de produção e aumentando a probabilidade dos objetivos do processo serem alcançados.

Ainda não há referência nos documentos analisados, como consta na metodologia de incubação, sobre propostas e planos de trabalho elaborados em conjunto que

indiquem e contribuam para a regulação das condutas de todos os participantes e sobre a implantação de sistema de monitoramento por meio de indicadores do funcionamento do empreendimento. Tais indicadores, segundo a metodologia de incubação, são importantes para subsidiar as decisões táticas, estratégicas e do dia a dia do empreendimento (CORTEGOSO et al., 2008), o que nos leva a afirmar que seria importante mais planejamento.

Frente à experiência apresentada reconhecemos a complexidade do trabalho de incubar e reafirmamos a necessidade da ampliação de espaços de capacitação/discussão/reflexão da equipe de incubação. Neste sentido parece prioridade o aprofundamento sobre metodologia de incubação. Ainda ressaltamos a importância da construção de parcerias e, dentre elas, a construída entre o CAPS e a universidade.

---

## CAPÍTULO III - A EXPERIÊNCIA DA EQUIPE DE INCUBAÇÃO DO EMPREENHIMENTO SOLIDÁRIO RECRIART

---

### **Apresentando a experiência**

A análise minuciosa dos dados resultou em quatro Categorias Temáticas que expressam a experiência da equipe do Recriart no processo de incubação. Cada **CATEGORIA TEMÁTICA**, representada por letra maiúscula e em negrito, é composta por **categorias**, em minúsculas e negritadas, e subcategorias, em minúsculas e sublinhadas, que configuram as falas das entrevistadas.

Para facilitar a compreensão da composição desta análise, segue o esquema que representa as Categorias Temáticas, as categorias e as subcategorias.

### **1 CATEGORIA TEMÁTICA: CONSIDERANDO A INCUBAÇÃO COMO UM PROCESSO – APRENDENDO E ENCONTRANDO OS SIGNIFICADOS DE SER APOIO**

#### **1.1 Sendo uma experiência nova – aprendendo no processo de incubação**

#### **1.2 Identificando o papel da equipe junto ao grupo**

1.2.1 Incentivar, não direcionar, orientar e trabalhar de acordo com as necessidades - não fazer por eles, mas com eles

1.2.2 Diferenciar a inclusão pelo trabalho das oficinas terapêuticas com os usuários, com a própria equipe e com a família – colocar-se como apoio e não como terapeuta

1.2.3 Desmitificar a loucura – trabalhar o preconceito

1.2.4 Emprestar poder de contratualidade

1.2.5 Construir independência e autonomia

1.2.6 Buscar a inclusão dos usuários em novos espaços, novas relações

#### **1.3 Apontando todas as atividades das técnicas no apoio aos usuários**

1.3.1 Apoiar na organização da produção

1.3.2 Participar das diversas comissões e da divulgação do grupo

1.3.3 Ensinar a confeccionar produtos e buscar melhorar a qualidade do papel

1.3.4 Lidar com conflitos, apoiar os usuários que têm maior dificuldade e realizar atividades de acordo com o núcleo de sua profissão

1.3.5 Construir parcerias

## **2 CATEGORIA TEMÁTICA: APONTANDO FACILIDADES E DIFICULDADES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

### **2.1 As facilidades**

2.1.1 Trabalho em equipe, composição diversificada de seus integrantes e presença de cooperação

2.1.2 Satisfação no trabalho com usuários abertos a aprenderem, no vínculo e na possibilidade de respeitar o desejo deles

2.1.3 Parceria com a universidade, inserção em rede de economia solidária e apoio do município

2.1.4 Ter encomenda

2.1.5 Usuários terem o próprio dinheiro e vê-los felizes

### **2.2 As dificuldades**

2.2.1 Nos diferentes aspectos da produção – organização e espaço da produção, qualidade do papel/produtos, renda satisfatória e capacitação

2.2.2 Na divulgação e comercialização

2.2.3 Falta de comunicação, poucas pessoas para darem apoio, pouco tempo para produção e rotatividade dos membros da equipe

2.2.4 Na efetivação da autogestão – equipe tomando algumas decisões pelo grupo

2.2.5 Na construção da autonomia e independência dos usuários

2.2.6 Usuários reconhecerem o trabalho no empreendimento como trabalho e não terapia e que o empreendimento é deles

2.2.7 Diferentes pontos de vista entre os membros da equipe, existência de conflitos e dificuldades e dúvidas em como lidar

2.2.8 Reconhecer que o tempo dos usuários é diferente

## **3 CATEGORIA TEMÁTICA: VISUALIZANDO RESULTADOS DA INCLUSÃO PELO TRABALHO – PERCEBENDO A MELHORA DOS USUÁRIOS**

### **3.1 Notando melhora dos usuários na capacidade/habilidades para o trabalho e nas relações**

3.1.1 Tendo mais autonomia, iniciativa e habilidades – produzindo com mais diversidade e qualidade

3.1.2 Necessitando menos da equipe de apoio

3.1.3 Usuários sendo mais críticos e falando mais enquanto grupo

3.1.4 Ver os usuários reconhecerem o empreendimento como trabalho

3.1.5 Usuários saindo para comercializar sozinhos

### **3.2 Visualizando o lado positivo que o trabalho no empreendimento traz para a vida dos usuários**

3.2.1 Usuários assumindo responsabilidades no grupo e se capacitando

3.2.2 Relacionando-se mais com as pessoas e se socializando

3.2.3 Criando novas interações e efetivando a inclusão social

3.2.4 Mudanças de papéis dentro da família

3.2.5 Outros retornos do processo que não a renda – inclusão social e autonomia

3.2.6 Criando vínculo com a equipe e com o próprio grupo

## **4 CATEGORIA TEMÁTICA: APONTANDO NECESSIDADES DE MUDANÇAS NO PROCESSO, ESPERANDO UMA MAIOR AUTONOMIA DOS USUÁRIOS E A FORMALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

### **4.1 Mudanças no processo**

4.1.1 Respeitar o tempo/momento dos usuários

4.1.2 Ter a presença de um profissional fixo e mais membros na equipe de incubação

4.1.3 Grupo tomar decisões sem influência da equipe

4.1.4 Necessidade de capacitação e melhoria na qualidade do papel e dos produtos

4.1.5 Sendo necessário incluir novos usuários no grupo

4.1.6 Melhorar a comunicação, a inserção do grupo em novos espaços, a aquisição de mais encomendas e o aumento da renda

### **4.2 Maior autonomia dos usuários e formalização do empreendimento**

4.2.1 Acreditando no crescimento do empreendimento – divulgando e comercializando mais

4.2.2 Esperando que o grupo necessite de menos apoio – tomando mais decisões (autogestão) e sendo mais independentes

4.2.3 Esperando a formalização do empreendimento

## **1 CATEGORIA TEMÁTICA: CONSIDERANDO A INCUBAÇÃO COMO UM PROCESSO – APRENDENDO E ENCONTRANDO OS SIGNIFICADOS DE SER APOIO**

A primeira categoria temática traz a percepção da equipe de que a incubação é um processo em construção e, como todo processo, há momentos de dificuldades e conflitos na equipe, mas as técnicas referem que estão aprendendo e compreendendo os significados de ser apoio.

No desenvolvimento de seu trabalho como apoio, os membros da equipe de incubação identificam qual o seu papel junto ao grupo e relatam as diversas atividades realizadas por eles. Além disso, apontam como seus papéis a construção da independência, da autonomia e a inclusão dos usuários em novos espaços e em novas relações, e a busca de parcerias para o fortalecimento do grupo.

### **1.1 Sendo uma experiência nova – aprendendo no processo de incubação**

A equipe reconhece que tem sido uma experiência nova e importante enquanto profissionais e também para sua formação, e que esta experiência vem amadurecendo, uma vez que possibilita aprender na prática a ser apoio. Neste processo há conflitos nas relações de equipe, mas os membros relatam que é gratificante, pois favorece o aprendizado, a troca de saberes entre os integrantes da equipe, o vínculo com os usuários e visualizam a evolução deles, sendo este aprendizado tanto profissional como pessoal. Reconhecem que a articulação entre saúde mental e economia solidária é uma proposta nova que vem proporcionando aos técnicos novos conhecimentos, havendo dificuldade em aplicar os princípios teóricos destes campos na construção cotidiana do empreendimento. Nesse processo de aprendizado o profissional se encontra sempre reavaliando sua postura, suas atitudes.

*“Ah, uma experiência...que vem amadurecendo assim aos poucos, né. No começo ‘teve’ estas dificuldades, tivemos processos complicados dentro da equipe de conflito, difícil e...eu acho que ao mesmo tempo é gratificante, porque eu percebo que hoje eu tenho um vínculo muito bom com eles.”(E2)*

*“Olha, pra mim tem sido uma experiência nova, muito interessante, porque tem feito assim, eu pensar em minha própria vida e sobre a vida dos usuários. É uma experiência que eu tenho aprendido muito e eu acredito que os outros aprendam um pouco comigo né, porque é*

*uma equipe e cada um traz uma contribuição. Mas o tema saúde mental e economia solidária é uma coisa muito nova pra mim e tem sido gostoso, eu gosto.”(E5)*

*“Nossa eu gosto muito assim... eu sou muito apaixonada pelo projeto sabe... e tem sido muito bom, ai nossa, eu gosto muito...aprendi bastante coisa na prática, desde saúde mental, os aspectos da economia solidária e dificuldades de enquadrar os aspectos da economia solidária na saúde mental, porque tem algumas coisas que são diferentes assim, que é mais difícil de fazer assim pôr em prática, mas eu acho que tem sido uma vivência muito proveitosa.”(E3)*

*“Ah...eu gosto bastante porque pra mim é uma coisa nova...na prática eu aprendi bastante. E o contato que eu tenho com eles é...sei lá..eu tô há quase dois anos com eles e eu pude ver a evolução deles, o quanto que cada um melhorou, então pra mim é muito gratificante integrar esta equipe.”(E1)*

*“[...] olha é um crescimento enorme enquanto profissional, enquanto pessoa, você tem que tá toda hora assim, se vê reaprendendo né, reconstruindo.”(E4)*

Uma entrevistada ainda salienta que o processo de incubação é algo novo para todos, sendo a inclusão dos usuários pelo trabalho neste empreendimento o caminho privilegiado para o alcance dos objetivos da reabilitação psicossocial demonstrando a importância deste trabalho tanto para o profissional quanto para os usuários.

*“Quando eles começaram, eu tava lá, então, foi toda aquela abertura, foi tudo novo tanto ‘pros’ funcionários, quanto ‘pros’ usuários né [...] Legal, interessante, acho que pra recuperação deles, acho que é o caminho entendeu?!”(E7)*

Outras entrevistadas ressaltam que, no início do processo de incubação, sentiram tanto dificuldades quanto dúvida. As dificuldades se referem ao não saber como lidar com os usuários e o que fazer em razão do empreendimento ser formado por pessoas com transtorno mental severo e da pouca experiência desta trabalhadora com esta população.

*“Eu tive dificuldade assim no início, eu não sabia muito o que fazer com eles né, mesmo porque eles é um grupo especial. Apesar de ter tido uma experiência antes, ali eu percebi que*

*tinha uma gravidade maior, eu tinha um pouco de insegurança de como lidar com eles, o que fazê.”(E2)*

Em relação à dúvida, uma entrevistada aponta o não saber corretamente em que medida os trabalhadores poderiam/deveriam estar presentes, fazendo junto com os usuários, tendo em vista que havia o conhecimento de outras experiências em que os técnicos se retiraram totalmente e o grupo se extinguiu.

*“Eu acho que assim, eu tinha algumas dúvidas né, nesse processo de construção [...] nós, enquanto apoio, temos que também ajudar, não podemos nos...é...nesse momento não podemos assim é...como que eu falo?!...Assim, não deixar de dar totalmente o apoio, apoio, né! Porque assim, a gente vê relatos de experiências que assim, ‘teve’ grupos que o apoio saiu totalmente e o grupo acabou, entendeu?! Então acho que assim, a gente tem que ter essa medida! O duro é saber que medida que é essa!...risos.”(E4)*

## **1.2 Identificando o papel da equipe junto ao grupo**

A equipe vem compreendendo que seu papel dentro do grupo é de apoio, portanto, não é de fazer por eles, mas com eles, de forma a incentivá-los e não direcioná-los, trabalhando conforme as necessidades do grupo. Ainda aponta que é necessário mostrar aos usuários, às próprias técnicas e também aos familiares que o Recriart é um empreendimento, cuja proposta se difere das oficinas terapêuticas oferecidas no serviço de saúde mental.

### 1.2.1 Incentivar, não direcionar, orientar e trabalhar de acordo com as necessidades - não fazer por eles, mas com eles

Alguns membros da equipe referem que identificam seu papel como apoiadores que devem sempre buscar incentivar e estimular, para que os usuários façam, pensem e planejem, tentando contribuir na recuperação da autoestima de forma a não direcionar a execução das atividades.

*“Eu acho que eu devo sempre estimular e incentivar...e não direcionar o grupo, acaba que às vezes a gente cai em armadilha e acaba direcionando e...eu tento não fazer por eles e deixar com que eles façam e, ao mesmo tempo não dar ordens né [...] eu acho que o papel do apoio é fundamental nisso, não fazer por eles, mas incentivar que eles façam, que eles pensem, que eles planejem.”(E2)*

*“[...] Mesmo quando eles estão desanimados, não quer ir, a gente tenta é...pôr sempre alguma coisa assim...de autoestima pra eles, ‘olha vocês vão fazer o bloquinho, já tá quase chegando o dia do pagamento’. Então a gente tenta incentivar eles dessa forma né, acho interessante e legal.”(E7)*

Ainda é relatado por alguns membros da equipe que a sua função/papel é de contribuir/apoiar e orientar em momentos de necessidades do grupo. Neste sentido constata-se em determinado momento que se faz necessário mudar o papel reciclado para melhorar a qualidade, assim irão trabalhar para alcançar este resultado. Por outro lado, se identificam que se faz necessária uma conversa, haverá um espaço para o diálogo.

Verifica-se que o apoio é oferecido, principalmente, nos momentos de maior necessidade dos usuários, ou seja, se é necessário melhorar qualidade do papel, produzir mais para atender a encomenda ou disponibilizar espaço para discussão e conversas, a equipe oferece apoio para atender tais necessidades.

*“[...] no espaço do Recriart a gente tem...na oficina né, participa na oficina né...nesse momento a oficina necessita da gente tá descobrindo a mudança do papel, nesse momento a gente tem uma encomenda, nesse momento a gente tem necessidade de conversar mais do que trabalhar...então assim, muito do que o apoio tem é funcionar de acordo com a necessidade do grupo.”(E4)*

*“Eu procuro apoiar e da forma que... no contexto deles. Então assim, quando eu vejo que um não tá fazendo, tá saindo demais assim, ou senão eles ficam em dúvida, ‘tá bom meu trabalho?’, aí eu falo ‘o que você acha?’, então eu deixo que eles percebam. Eu não fico ‘não, tá errado ou tá certo!’, porque o empreendimento é deles! Tô lá como orientadora, apoio, tô apoiando numa hora que precisa.”(E7)*

### 1.2.2 Diferenciar a inclusão pelo trabalho das oficinas terapêuticas com os usuários, com a própria equipe e com a família – colocar-se como apoio e não como terapeuta

Uma entrevistada reconhece que a participação no processo de incubação do empreendimento tem possibilitado a mudança de postura, se antes agia como terapeuta, pensando nos objetivos das oficinas terapêuticas, hoje busca realizar as atividades como apoio, buscando se colocar como técnica de incubação.

Esta busca para compreender seu papel no grupo é constante, pois entende que deve trabalhar com os usuários e com os próprios integrantes da equipe a diferença do trabalho no Recriart das atividades/oficinas terapêuticas desenvolvidas no serviço de saúde mental. Relata ainda que este trabalho de diferenciação é feito também com as famílias dos usuários.

*“[...] eu acho importante, porque você tem que tá sempre se colocando no papel de apoio e não de terapeuta, essa diferença é muito importante, né? E o que significa você se colocar no papel de apoio e não de terapeuta.? Muda completamente a sua postura, a sua postura na forma de fazer, você tem que deixar...tem que respeitar o tempo do outro, não é o seu tempo né [...].”(E4)*

*“[...] a gente tava querendo...sinalizar algumas diferenças que eram importantes entender, o que é o processo da economia, da geração de renda, de uma oficina terapêutica que acontecia no CAPS. Então eu acho que esse foi o primeiro momento que a gente teve do grupo, diferenciar isso...pausa...aí foi, eu acho que foi um pouco isso né, a gente sentô, conversava e a gente tinha reuniões semanais da equipe, com a equipe de incubação, com eles. E tentou montar um pouco isso, construir, acho que esse primeiro diferencial foi esse, entender que lá (Recriart) era diferente daqui (CAPS)...e que situações que eram diferentes, então começá montar isso né [...] Trabalhar com eles, principalmente com eles, além do com eles, com os próprios integrantes do empreendimento, com os empreendedores, mas também com a equipe...acho que principalmente com a equipe foi mais difícil, por ser as mesmas pessoas que trabalhavam nos dois lugares.”(E4)*

*“A gente fez um semestre todo de reunião com as famílias, até pra família entender isso: o que é essa coisa de gerar renda, o quê que eles iam fazer na federal, porque que é diferente a federal daqui (CAPS). Porque a oficina terapêutica e a geração de renda foi todo um processo de construção com a família, né. E também o quê que a gente fez, tentou mostrar pra eles (familiares) que ‘olha’, esse papel né, esta questão do papel, né.”(E4)*

### 1.2.3 Desmitificar a loucura – trabalhar o preconceito

A equipe vem enfrentando o preconceito existente em relação ao louco e à periculosidade, pois o fato de deixar os usuários sozinhos em espaços de comercialização tem deixado tanto parceiros quanto a população assustados.

*“Então a gente tá nesse momento, que é um momento que pessoas que trabalham com a gente que são os nossos parceiros que também estão um pouco assustados que ‘olha deixa eles sozinhos? Não deixa eles sozinhos?’, ‘Olha você vai junto na feira?, Não vai junto na feira’ entendeu?! Eu acho que é natural né, por causa da história em torno da saúde mental, de pouco esclarecimento, as pessoas ficam um pouco assustadas, né. Então eu acho que a gente tá distorcendo isso...né.”(E4)*

#### 1.2.4 Emprestar poder de contratualidade

Um membro da equipe relata que antes havia a dúvida de saber o quanto poderiam emprestar o poder de contratualidade para que os usuários conseguissem divulgar e comercializar seus produtos, mas compreende que, neste momento, o grupo necessita de apoio maior da equipe para estas atividades.

*“Eu tinha algumas dúvidas com relação: ‘Olha...a gente vai?’. Até quando a gente pode tá emprestando a contratualidade? Até que ponto você não deve emprestar e até que ponto você deve emprestar?[...] o dia que tiver encomenda o grupo deslança, eu acho que um pouco é isso né, e aí entra o nosso papel de apoio, porque aí quem vai poder fazer estas ‘contractuações’ de, nesse momento de pegar encomenda é a gente... né. Antes eu tinha dúvida, antes eu ficava meio receosa. ‘Oh nós que vamos fazer? Nós que vamos conversar?’. Não, eu acho que nesse momento sim, a gente vai emprestar isso pra eles, nós vamos emprestar esse poder de ‘contactuar’ pra eles...no processo que a gente tem de inclusão, de, nesse processo a gente vai ter que tá emprestando isso, nesse momento, depois eles caminham sozinhos, né. Eu acho que é isso.”(E4)*

#### 1.2.5 Construir independência e autonomia

Constatamos por meio da fala das entrevistadas que a construção da autonomia tem sido uma busca constante da equipe de incubação que estimula os usuários a realizarem as atividades sempre que possível sozinhos. Entretanto verificamos que é difícil determinar o quanto a equipe pode fazer pelos usuários.

A equipe refere que a busca da construção da independência e autonomia tem avançado e é significativa, pois percebe mudanças de atitudes e comportamentos dos usuários, que já conseguem realizar algumas atividades.

*“É, a gente tem que ver até que ponto vai e até que ponto não vai...mas eu acho que assim, nós tamos num momento, apesar de...de construção assim de independência, de autonomia na verdade né?!” (E4)*

*“[...] eu tenho tentado promover a autonomia deles né...a autonomia mesmo, começar, ensinar, conseguir fazer sozinho, eu já vou tentando me retirar devargazinho, fazer supervisão né...e acho que essa é minha meta né, de tentar, realmente fortalecer o grupo para que eles possam continuar sozinhos.” (E3)*

*“[...] eu acho que eu tô...ajudando eles a calcularem os preços do produtos, que eu acho que é um passo importante pra autonomia deles, porque...pra eles conseguirem, e eu acho que tá dando certo. Eles colocam os preços que estão vendendo, eu acho que ele estão conseguindo fazer sozinhos.”(E1)*

As técnicas de incubação relatam que estão em um momento de construção para fortalecer o grupo de forma que se consolidem como empreendimento, portanto, buscam direcionar algumas decisões a fim de atingir esta meta.

*“Então essa coisa de...dessa não oportunidade de estar muito próximo, então acho que dá a oportunidade deles...crescerem mais, então ele fala, ‘olha ela vai e faz pra mim’. Então não dá pra eu fazer, ‘então vai faz pra mim’...risos...então acho que isso é uma oportunidade pra eles conseguirem se constituírem enquanto empreendimento, enquanto pessoa, entendeu?!”(E4)*

*“Acho que o meu principal objetivo no Recriart é dá autonomia pra eles, o máximo possível, mesmo que às vezes eu tenho que pegá na mão, pra podê deixá eles andarem sozinhos. Então o meu foco principal é esse. Quero que eles se sintam cada vez mais autônomos e eu tenho sentido que eles têm avançado aos poucos assim com isso, acho que é o principal papel que eu me proponho com o grupo.”(E2)*

#### 1.2.6 Buscando a inclusão dos usuários em novos espaços, novas relações

Acreditam que a inclusão deve ocorrer em novos espaços, novos relacionamentos sociais e de trabalho, mas pensam que esta já está sendo efetiva, pois os usuários têm assumido cada vez mais o papel de empreendedores e estão participando

ativamente da venda dos produtos em eventos como feiras e encontros e também expondo em locais públicos tais como balcão de cidadania (shopping), além de estarem construindo relações com novas pessoas e atores da economia solidária.

*“[...] Então meu foco é assim, que é, vem muito do que eu tenho construído na saúde mental enquanto CAPS, meu objetivo é a inclusão. Então, assim, pra mim é importante eles saírem, ir em feira, fazer relações, construir novas relações, não só relações de trabalho, como também relações sociais, relações de troca, como outras formas de relação.” (E4)*

### **1.3 Apontando todas as atividades das técnicas no apoio aos usuários**

No desenvolvimento de seu trabalho como apoio, as técnicas de incubação realizam diversas atividades como, contribuir na organização da produção, participar das diferentes comissões: a financeira, a de precificação e estoque, de vendas, de qualidade, durante as quais o seu papel é de apoio e de não fazer por eles; divulgar os produtos; participar das reuniões e das assembleias; ensinar a confeccionar produtos e buscar melhorar a qualidade do papel. Ainda têm o papel de lidar com os usuários na tentativa de solucionar os conflitos que surgem no decorrer do processo de trabalho, de oferecer ajuda aos que necessitam de mais suporte tanto técnico quanto emocional e realizar atividades específicas de seu núcleo de profissão.

#### 1.3.1 Apoiar na organização da produção

Inúmeras são as atividades realizadas pela equipe de incubação, mas o principal papel apontado é oferecer apoio nas diversas atividades nas quais os usuários necessitam de suporte.

Relatam que a equipe tem o papel fundamental de direcionar as atividades do grupo, mas sempre se policiando para não realizar por eles, e sim contribuir de forma a ajudá-los.

Alguns membros referem que é difícil listar todas as atividades que apoiam, pois estas não são organizadas e planejadas, a rotina do empreendimento acontece no dia a dia do processo.

Percebem que devem deixar que os usuários executem as atividades, pois se a equipe assume as tarefas, os usuários acabam deixando por conta dos técnicos. Por isso, a equipe tenta apenas apoiar.

*“Olha eu vejo que a equipe tem um papel fundamental junto aos usuários...para a organização do trabalho...de mostrar o caminho que a gente vai seguir, o que a gente vai fazer hoje né.”(E5)*

*“Eu ajudo eles... porque eu tenho que deixá eles fazerem, porque se a gente começa fazê, eles páram, aí não faz, então a gente só apoia. Na semana passada começamos uma arrumação, uma faxina lá, então ‘vamos fazê faxina? Vamos chamá todo mundo? Olha vamos ensacá por cores por que aí acho que fica mais fácil. O que vocês acham?’, ‘ah, eu acho legal’, então nós começamos ensacá os papéis, quando não, ‘ah, vamos colá? Olha vamos procurá cola? O quê que você acha? Ah qué ajuda?’...Eu fico ali, sempre ali apoiando e orientando, ajudo a cortar, a colar, fico ‘o que você acha?’. Então...eu faço o apoio, não posso fazer tudo pra eles, mas também não posso deixá eles sozinhos, então tem sempre que equilibrar né?!”(E7)*

Além dessas atividades, participam também das reuniões de equipe e das assembleias mensais.

*“A gente chega e tem tanta coisa pra fazer que a gente vai ajudando ali no que acontece no dia a dia da oficina, mas além disso tem assim diversas reuniões de equipe, tem as assembleias, sempre assim algum contato assim, a gente entra em contato pelo grupo, são assim diversas atividades, é difícil listar, porque às vezes a gente chega a fazer coisas que a gente não previu.”(E5)*

Uma entrevistada também relata sobre a participação da equipe na organização e negociação do empreendimento.

*“Essa parte de organização e de negociação eu acho que é muito da equipe mesmo, mas eu não sei também né, pode ser opiniões pessoais, mas acho que é isso mesmo né?!” (E3)*

### 1.3.2 Participar das diversas comissões e da divulgação do grupo

A equipe integra as diversas comissões, como a financeira, a de precificação e estoque, de vendas, de qualidade, durante as quais o seu papel é de apoio e de não fazer por eles.

*“[...] também assim, no Recriart existe algumas é...a gente divide a organização do trabalho né e dentro dessas...com algumas...como que é?...existe algumas comissões, quatro comissões, eu fico ligada mais com a comissão de feira e de vendas [...]. Então como meu objetivo é esse (inclusão), então eu fiquei mais com essa comissão (de vendas) né, de tá criando espaço de venda, de tá avaliando se o espaço é positivo ou não.”(E4)*

*“Ah eu já entrei em comissões pra ajudá, pra...meio que pra capacitá, na comissão financeira, fiquei um mês trabalhando intesamente com a X (usuária) pra aprendê como é que faz as contas, porque é difícil, bem difícil. E aí a gente ficou intesamente um mês na comissão e agora eu fico muito na retaguarda [...].” (E2)*

*“Eu tô no apoio, tô na comissão financeira, tô dando um pouco de apoio na comissão financeira, que a gente faz a divisão do dinheiro e no que precisar né...” (E3)*

*“Ah, eu componho a comissão de precificação e de estoque. Então, às vezes também quando a gente não tem nada pra fazer a gente organiza produto [...] eu tô...ajudando eles a calcularem os preços do produtos [...] Então faz produtos, vê o estoque, faz listinha de produtos, olha o armário.” (E1)*

Há uma entrevistada que relata que a equipe contribui ainda para a divulgação do grupo, fazendo os contatos para que, desta forma, seja possível inserí-los em feiras e eventos e refere que esta atividade é fundamental para o caminhar do grupo neste momento.

*“E assim, eu também acho que a gente tem o papel muito grande da divulgação dos produtos e de fazer contato né, de estar ali numa feira, porque conhece não sei quem, de estar vendendo produto lá, porque você divulgou. Então eu vejo que o papel da equipe é fundamental para que este grupo caminhe.” (E5)*

### 1.3.3 Ensinar a confeccionar produtos buscando melhorar a qualidade do papel

Outra atividade da equipe é ensinar a confeccionar produtos, demonstrando as técnicas de produção e o manuseio dos equipamentos. Além disso, neste momento estão focados na melhoria do papel. Desta forma as técnicas afirmam que a equipe busca atender as demandas apresentadas pelo grupo.

*“[...] de ensinar a produção dos produtos, como que faz o caderno, como que faz a trança japonesa, como que mexe na máquina.” (E5)*

*“A equipe ajuda...ensina fazê produto novo, que colabora assim na hora de fazê, alguma dificuldade.” (E6)*

*“Agora como a equipe tá focando a melhoria do papel, então a gente tá trabalhando em cima disso. Demos uma oficina no Congresso (Conaresol) junto com o grupo, pra eles né trocarem experiências, foi muito interessante. São algumas coisas pontuais que aparecem, não tem um foco assim, vou fazer isso, eu acho que depende da época e da demanda do grupo e do que a equipe percebe que é importante trabalhar. A intenção pelo menos é né, ser apoio.”(E2)*

#### 1.3.4 Lidar com conflitos, apoiar os usuários que têm maior dificuldade e realizar atividades de acordo com o núcleo de sua profissão

Algumas integrantes da equipe relatam que possuem o papel de lidar com os usuários em momento de conflitos, buscando ajudá-los durante os desentendimentos que surgem no decorrer do processo de trabalho. Além disso, oferecem ajuda àqueles que apresentam mais dificuldades para as atividades manuais e técnicas, auxiliando-os e tentando ajudá-los a colocar em prática o aprendizado da capacitação realizada.

*“A gente também tem o papel de lidar com eles, de ajudar ali em momentos assim de conflito do grupo né, dos usuários, porque vira e mexe assim alguma coisa aconteceu, algum desentendimento.” (E5)*

*“Eu ajudo quem tem dificuldade né. Eu chego lá eu abro os armários, vejo o quê que vai fazê, eu convidô eles pra lê e fazê ata, eu pego os que têm mais dificuldade pra assiná o livro de presença. Então a importância do auxiliar é isso aí, é ajudá quem tem mais dificuldade. Então eu ajudo eles a assiná o livro e produzí os produtos. Então o papel da equipe, da equipe é auxiliar os que têm mais dificuldade.”(E6)*

*“Durante as atividades que eu vejo que alguém tenha dificuldade de fazer alguma coisa ou eles a tomarem decisão e também colocar em prática o que a gente tá fazendo no SENAC, porque tem vários projetos já que eles fazem, e tentar colocar em prática.” (E3)*

*“Hoje eu entendo que...eu vou acompanhando o grupo, de acordo com que eles demandam, e aí vou fazendo o meu papel, mas no começo foi difícil.”(E2)*

Uma entrevistada ainda identifica que algumas atividades são específicas delas como oferecer lanche e administrar medicamentos, assim como é feito no serviço de saúde mental, relacionando-as ao núcleo de sua profissão e tendo estas sido designadas a ela pela Coordenadora do CAPS. Ainda refere ser de sua responsabilidade: oferecer suporte psicológico/emocional em momento de crise e acompanha os usuários no percurso até o local da produção.

*“A equipe ajuda...colabora assim na hora de fazê (alguma atividade), alguma dificuldade [...] A auxiliar de enfermagem auxilia assim na hora do lanche, tem uns que toma medicamento a tarde na hora do lanche.”(E6)*

*“Olha eu não vou como auxiliar, eu vou sempre como amiga deles. Acompanho eles no ônibus tudo, lá, eu tenho dois que eu tenho que colocar no ônibus, faço integração e coloco eles no ônibus... depois que eu vou pra casa.”(E6)*

*“Que a coordenadora convidô, que nós tinha que ir, que ela falou que isso aí é uma coisa terapêutica e que o CAPS é uma clínica terapêutica e que nós tinha que acompanhá eles, que eles podia ter uma crise dentro do ônibus, lá no Recriart, então tinha que ter uma auxiliar (de enfermagem) junto [...] Nós acompanha eles no ônibus e lá por causa disso. No caso de ocorrer crise que já aconteceu.”(E6)*

### 1.3.5 Construir parcerias

Ao longo do processo de construção do Recriart uma técnica de incubação refere que a equipe tem buscado diversas parcerias a fim de conseguir consolidar e fortalecer o empreendimento. No início foi de extrema importância a parceria realizada entre a Prefeitura Municipal, através do CAPS e a UFSCar, primeiramente com o Departamento de Enfermagem (DEnf), através de uma docente, e em um segundo momento, com a INCOOP e com outras secretarias do município.

*“[...] desde que começou o CAPS, a universidade já trabalhava com a gente né. Naquele momento a gente também já tinha sinalizado essa necessidade, a gente já tinha levado pra*

*algumas pessoas da universidade a nossa necessidade, e eles já estavam pesquisando, pensando, como que a gente podia construir esse projeto. Aí sentô a universidade, sentô o município, a gente sentô, convidamos algumas outras secretarias, naquele momento, né! Não pensando que a gente tinha, entendia, que era uma questão de saúde e não de doença, que não...não se focaria apenas na secretaria de saúde e pensando...e aí construímos isso...a gente tinha bastante relação com o departamento de enfermagem, com uma professora que construiu e assim...juntou nossas necessidade né, e ela levou nossa demanda né?!...ela falou: 'a gente não dá conta sozinho, a gente tem que buscar outras pessoas que pensam isso dentro da universidade', foi daí que a gente buscou a INCOOP, a gente foi lá buscar ajuda. O coordenador contou um pouco como era, quais eram esses princípios, o quê que era economia solidária, o que a gente queria, e eles colocaram que, pra eles, era um grande desafio né, trabalhar com essa demanda, que era uma demanda nova, que era uma demanda da saúde mental." (E4)*

## **2 CATEGORIA TEMÁTICA: APONTANDO FACILIDADES E DIFICULDADES NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

No processo de construção/apoio ao empreendimento a equipe se depara com facilidades e dificuldades. Muito embora apontem algumas facilidades, as entrevistadas enfrentam diversas dificuldades.

### **2.1 As facilidades**

Dentre as facilidades apontadas encontramos o trabalho em equipe que envolve a composição de vários profissionais, portanto, com diversas formações o que proporciona dinamismo e troca de experiências e visões. As entrevistadas apontam conflitos nas relações de equipe, porém também referem que o relacionamento da equipe existente do início do processo até o momento tem melhorado significativamente, os usuários têm criado vínculo com os membros da equipe e também entre eles. Além disso, a parceria com a universidade, um espaço de ensino, pesquisa e extensão, proporciona novas relações e possibilita aos usuários saírem do serviço de saúde mental, contribuindo positivamente no desenvolvimento do grupo. Também referem que a existência de encomenda traz motivação e estímulo para a produção e melhora a autoestima dos usuários.

#### 2.1.1 Trabalho em equipe, composição diversificada de seus integrantes e presença de cooperação

O trabalho em equipe é reconhecido como importante para o processo de incubação do Recriart pelo fato da equipe ser composta por vários profissionais, com diferentes formações e diferentes visões/níveis de compreensão proporcionando dinamismo e possibilitando o aprendizado e a troca de experiência.

Há entrevistados que apontam a presença da cooperação entre os membros da equipe, o que facilita e ajuda o trabalho do grupo.

*“É uma experiência que eu tenho aprendido muito e eu acredito que os outros aprendam um pouco comigo né, porque é uma equipe e cada um traz uma contribuição.” (E5)*

*“Eu acho que, por a gente estar num número grande de equipe, facilita em alguns momentos, porque o que alguma não pode fazer, uma acaba fazendo, se você não tem experiência, um outro tem, se você sentir dificuldade o outro te ajuda, né.” (E5)*

*“A gente se une, quando uma não dá pra í essa semana, a outra vai, entendeu?! Aí não tá dando pra ir a outra vai. (E7)”*

### 2.1.2 Satisfação no trabalho com usuários abertos a aprenderem, no vínculo e na possibilidade de respeitar o desejo deles

Durante o processo de apoio ao grupo alguns membros da equipe apontam como sendo prazeroso trabalhar com usuários que estão abertos a aprender, que buscam melhorar e crescer e também pela possibilidade de respeitar o desejo deles.

Relatam que o relacionamento da equipe com os usuários é um processo em construção ao longo do trabalho e é apontado como positivo, pois tem possibilitado a criação de vínculo, demonstram também a satisfação na percepção da melhora do relacionamento entre os próprios usuários, que é notável pela união e companheirismo existente entre eles.

*“[...] o grupo, é um grupo....é muito gostoso de se trabalhar né, porque tem algumas pessoas que estão ali abertas, estão ali pra aprender, então isso facilita, que às vezes você senta ali e fala vamos fazer assim e a pessoa aprende, gosta e leva isso pra frente né?! [...].”(E5)*

*“Eu gosto muito de trabalhar com eles nossa... a convivência é muito legal, a deixa eu ver...o entrosamento do grupo eu acho que tá melhorando, também acho que é bem legal, então não sei, acho que facilidades têm...de trabalhar com eles, de lidar, eles conhecerem...o vínculo.”(E3)*

*“Eu acho que assim, facilidade é o vínculo que eu consegui criar com eles, isso facilitou muito o meu trabalho com eles, sem isso eu não conseguia fazer nada, eles não me escutavam, não me davam ouvidos, não me respondiam.” (E2)*

*“A gente respeita, começou chover, eles não querem ir a gente respeita, eles têm o livre arbítrio de...(interrupção)...livre arbítrio de ir, é bem claro isso, e olha é assim mesmo, um não quer ir desencadeia todos, e todos não vão, se aquele não vai os outros não vão.”(E7)*

### 2.1.3 Parceria com a universidade, inserção em rede de economia solidária e apoio do município

A possibilidade de estar dentro da universidade vem contribuindo significativamente para o desenvolvimento do grupo, pois a oportunidade de sair do serviço

de saúde mental e estar em um espaço de ensino e pesquisa, com a presença de vários e novos atores, dentre eles, alunos de diversas formações, tem demonstrado ser importante no processo de inclusão social pelo trabalho destas pessoas. Esta parceria ainda amplia os recursos financeiros do grupo favorecendo sua sustentabilidade.

*“[...] eu acho que o empreendimento tem um lado muito positivo para os usuários né, de eles estarem saindo do CAPS indo pra Federal, estar lidando com pessoas diferentes, estar dentro da própria universidade, estar inserido em redes de economia solidária, estar inserido no Centro Público...eu acho que isso já é um fator muito importante para a inclusão social [...]. É muito importante para os usuários né, porque você sai daquela realidade de tratamento, da realidade de serviço de saúde mental, pra vivenciar outros espaços né, a universidade, alunos, professores da universidade, população, comunidade...dele poder estar dentro da comunidade, dentro da sociedade, poder estar vivenciando, vivendo né, é algo que assim, se eles ficassem restritos ao serviço de saúde mental limita né.” (E5)*

*“[...] a gente estar dentro da universidade é uma possibilidade muito grande pra gente poder construir assim este empreendimento, né! Diferente do que se a gente tivesse ainda restrita ao serviço de saúde, porque vamos supor que o CAPS fosse enorme e tivesse uma sala disponível e o Recriart funcionasse lá, então eu acho que...é uma possibilidade muito grande...muito boa a gente estar dentro da universidade né, tanto para eles saírem do CAPS e irem pra lá (universidade), como para a divulgação dos produtos né...o Recriart é inscrito como projeto de extensão na universidade e acaba gerando muito recurso financeiro pro grupo né, porque a maioria dos materiais é...papel, tesoura, cola, pincel vêm...com o recurso de extensão, então né, eu acho que é uma facilidade muito grande, que a universidade disponibiliza.”(E5)*

*“Eu acho que assim, facilidades é...a gente tem a universidade, bastante grande essa coisa de sempre ter muito próximo, a gente ter espaço de liberdade, de colocar as coisas, de questionar, e assim, espaço de crescimento, pesquisando as coisas. Porque a gente tem uma forma de tá pensando, de tá pesquisando, tem outras pessoas que já fizeram, a gente vai tá indo atrás, então isso facilita muito né, isso é uma facilidade enorme eu acho.”(E4)*

Há também a parceria do município que apoia o grupo em diversas iniciativas, como disponibilizar recursos financeiros para que o empreendimento participe de eventos em outras cidades, estimulando assim a inserção dos usuários em rede.

*“Outra facilidade é o que, o município que nos apoia em todas as nossas iniciativas, entendeu?! Ele é a favor da questão da reforma, então assim, se é importante pra consolidar esse empreendimento, apoia totalmente, se é importante pra gente fazer feira em São Paulo, vai fazer feira em São Paulo, entendeu?! Isso...isso ajuda né, ajuda em financiamento, ajuda em...entendeu?! Iniciativas, apoia nossas iniciativas, e isso é importante né, então acho que isso é bom.”(E4)*

#### 2.1.4 Ter encomenda

Alguns membros da equipe reconhecem que a encomenda traz resultados positivos para o grupo. Percebem que há uma diferença notável ao produzir para cumprir prazos e produzir para vender em feiras, onde não há a certeza da venda. Na encomenda o grupo apresenta disposição para produzir além do horário estipulado de trabalho, envolve-se intensamente e produz com mais agilidade. Percebe-se um comportamento diferenciado dos usuários quando há encomenda, uma vez que ela traz motivação e estímulo ao trabalho.

*“[...] a vontade deles...que nem quando eles pegam encomendas, eles ficam bem mais empolgados e quando eles vêem resultados do trabalho deles, eu acho que isso ajuda bastante.” (E1)*

*“[...] o grupo tem uma característica muito diferenciada quando eles têm encomenda, eles trabalham muito, é um outro grupo, é um grupo bastante envolvido, não reclama, trabalha qualquer horário, enquanto eles têm uma...uma relação de entrega eles têm que produzir aquilo que já tá vendido [...] fica ativo (o grupo com encomenda), fica rápido, então eu acho isso bastante interessante, é uma coisa que chama atenção né.”(E4)*

#### 2.1.5 Usuários terem o próprio dinheiro e vê-los felizes

A equipe reconhece a importância dos usuários terem o próprio dinheiro, pois se sentem felizes, e conseguem adquirir bens, mesmo que pequenos, que atendam as suas necessidades, já que antes não tinham a possibilidade de adquirir.

*“Aí eu tento ajudá eles a produzí produto, e eu fico feliz quando eles vêm, quando eles dividem o dinheiro, mesmo que é pouco... eles ficam felizes, pegam o dinheiro compram cigarro. Pra mim, isso aí é uma felicidade, que eu vejo eles felizes.”(E6)*

*“Aí facilidades eu acho que é o fato deles terem o dinheirinho deles. O fato deles tarem fazendo alguma coisa [...] É...eu acho que aumentou bem mais (a renda), porque com a qualidade do produto, eles vendem mais e se vendem mais dá mais dinheiro, e se dá mais dinheiro tem um bom repartimento ali pra eles né, eles tão feliz com isso porque eu acho que a grana tá sendo bem legal pra eles, do objetivo que eles queriam [...] Eles tão felizes, porque vieram todos felizes, porque um comprou uma coisinha o outro o que queria, mas eu achei que foi legal.”(E7)*

## **2.2 As dificuldades**

As dificuldades apontadas se relacionam com diferentes aspectos do processo de produção, renda insatisfatória, a não efetivação da autogestão e falta de capacitação dos usuários e da própria equipe. Em relação aos usuários, as dificuldades se referem a como construir a autonomia e independência e fazer com que eles reconheçam o empreendimento como trabalho e não como terapia. Há também os conflitos existentes dentro da própria equipe de apoio, como os diferentes pontos de vistas que levam a discordâncias e a dúvida do quanto podem estar fazendo pelos usuários, e se isso deve ocorrer.

### 2.2.1 Nos diferentes aspectos da produção – organização e espaço da produção, qualidade do papel/produtos, renda satisfatória e capacitação

Algumas dificuldades são encontradas no processo de produção, como a questão da qualidade dos produtos e a produção de produtos de forma padronizada. A ausência de organização por não haver planejamento e não ter uma rotina no trabalho leva à falta de materiais e de produtos. Os usuários não terem a consciência dos gastos, já que o empreendimento recebe apoio, também é apontada.

*“[...] a gente ainda enfrenta dificuldades na produção né, de alguns produtos assim em relação a qualidade, em como fazer da maneira certa...” (E5)*

*“É, outra dificuldade que a gente tem é a organização do trabalho assim, porque você não sabe exatamente o que vai fazer. Na segunda faltou a cola, aí eles esqueceram de trazer,*

*porque não tinha produto, não tinha cola, então foi...tem um pouquinho dessa organização do trabalho que é um pouco difícil também.”(E3)*

*“Eu acho que tá faltando um pouco da organização da produção, porque às vezes falta produto, então tem que ficar em cima, e mesmo ficando em cima falta alguma coisa, sobra alguma coisa, eu acho que isso é um problema também, porque como tem o projeto que compra as coisas, então tem desperdício e...eles não tem assim, esta consciência.”(E1)*

Outra questão é a percepção da inadequação do espaço de produção. Um membro da equipe considera o espaço de produção pequeno e perigoso para o trabalho dos usuários devido à presença de escadas. Além disso, também o considera distante, o que dificulta a locomoção dos usuários.

*“Oh assim...dificuldades, porque lá o espaço é pequeno...acho que teria que ter um espaço assim maior, menos perigoso, eu acho, na minha opinião, porque eu acho alí em espaço muito perigoso, muita escada, quando chove, não é tão propício...e é longe também pra eles, eles reclamam que é longe tal, que é bem no último bloco da federal, eles reclamam pros orientadores que tão levando eles, a distância pra eles irem.”(E7)*

A renda ainda é considerada insatisfatória pela equipe e devido a isso há o questionamento se o Recriart se constitui em um local de trabalho ou em um espaço para “ocupar o tempo”.

*“A renda é pouca. A renda ainda é muito pouca, é que nem eu falei no começo, tem pouco usuário produzindo e fazendo pouca venda.”(E6)*

*“Porque a renda deles é muito baixa né. Foi uma das coisas que chamou muita atenção no início, que eu falei: ‘é muito baixa, o quê que eles estão fazendo aqui, né?!’”(E2)*

*“Dificuldade para que concretize a questão de geração de renda né, porque às vezes aquilo acaba sendo mais um passatempo do que né, uma própria geração de renda...uma das dificuldades do grupo é eles fazerem esta renda vir a acontecer né, porque ainda o dinheiro é pouco, né?!” (E5)*

Outro aspecto levantado é a falta de capacitação da própria equipe para o apoio aos usuários, pois esta se faz necessária para que o técnico possa orientar o usuário.

*“A dificuldade também é fazer o produto mesmo, tem alguns produtos novos, eu não sei mexer, por exemplo, no furador, a gulihotina eu aprendi meio na prática. Então, às vezes, eles precisam de alguma coisa, e eu também não sei mexer. E tem estes equipamentos que são um pouco mais difíceis.” (E3)*

### 2.2.2 Na divulgação e comercialização

Os membros da equipe apontam que há falhas na divulgação do grupo e dos produtos e também na comercialização dos mesmos, já que é um produto mais artesanal e, portanto, um pouco mais caro, o que leva a falta de um público alvo e de pontos de venda.

*“Eu acho que a divulgação tá meia falha, eu não vejo muita divulgação, eles vão em alguma feira, outra, mas não tem divulgação assim sabe, dos produtos deles que antigamente tinha, agora que os produtos tão melhores podia divulgar mais né.”(E7)*

*“Enfrenta dificuldade em como colocar esse.....esse....produto a venda né.” (E5)*

*“A gente tá com dificuldade nos pontos de venda e no público alvo também, porque é um produto um pouco mais caro, é artesanal, é um pouco mais caro, mas ele tem esse valor agregado, mas nem todo mundo dá esse valor aos produtos né [...] Então a comercialização é uma dificuldade nossa [...].”(E3)*

### 2.2.3 Falta de comunicação, poucas pessoas para darem apoio, pouco tempo para produção e rotatividade dos membros da equipe

Uma entrevistada aponta a falta de comunicação entre os integrantes da equipe, o que dificulta o trabalho, pois inviabiliza a continuidade das atividades. Observamos que o processo de comunicação fica prejudicado devido às dificuldades de registro das informações pelos usuários na produção, bem como nas atividades realizadas no cotidiano do trabalho.

Tais fatos são justificados considerando que a ata feita nas reuniões de equipe fica no serviço de saúde mental, dificultando o acesso e a ata de execução das atividades na produção não é feita pelos usuários ao final de cada dia de trabalho, isto leva à perda de informações discutidas que são importantes para o desenvolvimento do grupo.

O número de pessoas na equipe é considerado como uma dificuldade, pois há usuários que demandam muita atenção dos técnicos, mais cuidados e estímulo tanto para as atividades de produção como para a participação no trabalho das comissões. Além disso, o tempo de trabalho diário é considerado pequeno, tendo em vista que trabalham uma hora e meia por dia.

*“[...] às vezes eu acho que tem alguns problemas de comunicação né, porque acontece alguma coisa, aí um acaba tendo uma posição a respeito disso e acaba, às vezes por algum motivo a gente acaba não sabendo, então fica meio difícil, não sei [...] toda reunião tem ata, ela fica no CAPS, então pra acessar a ata, às vezes eu fico sem saber o que acontece nos outros dias, porque a ata dos usuários...tava difícil de sair...(risos)...às vezes eles não querem escrever né, ou senão eles fazem o resumo, mas é bem sintético, o fulano fez isso, eles gostam da parte prática...fulano fez papel, ciclano fez isso né, então se aconteceu alguma coisa, a gente discutiu alguma coisa, dessas discussões eles costumam não colocar, e eu acho que era a parte mais importante, a parte que...né...pra gente acompanhar, então de vez em quando acho que perde alguma coisinha né...no meio do caminho.”(E3)*

*“Você precisa acompanhar um pouquinho assim o outro, precisa dar uma assistência pra comissão, então é muito pouco tempo, então você tem que se desdobrar muito né, tem poucas pessoas pra acompanhar e alguns deles precisam, um pouco mais assim de estímulo. Então, acho que fica difícil por causa do tempo [...] Mas uma hora e meia por semana é muito curto pra fazer tudo que precisa, dar apoio pra todos, a quantidade de pessoas.”(E3)*

Outro ponto considerado difícil é a rotatividade que ocorre entre os membros da equipe, especialmente alunos da universidade, pois os usuários se acostumam com as pessoas e, após um tempo, acontece a troca.

*“Ai eu acho que a equipe foi sempre bom, o único problema que eu acho é a troca de bolsistas. Eles sentiram muito a saída do X (aluno) e Y (aluno), tanto que eles sempre falam, porque agora que eles estão acostumando comigo e com Z (aluno), então se o ano que vem trocar, é uma dificuldade pra eles.”(E1)*

#### 2.2.4 Na efetivação da autogestão – equipe tomando algumas decisões pelo grupo

As técnicas relatam que a autogestão é considerada complexa, pois a decisão está ainda muito centrada na equipe e acreditam que, neste momento, é importante este apoio para que o empreendimento possa ir se desenvolvendo. Isso ocorre, porque determinadas decisões apresentam urgência, então a equipe, por apresentar mais facilidade, decide e depois leva para o grupo.

*“Então a autogestão eu acho que é muito complicada, pra algumas coisas eles ajudam a decidir, mas eu acho que a decisão principal não fica no grupo e não sei porque...eles têm essa dificuldade mesmo, a gente fala o que, que a gente faz...eles não resolvem né, então eu acho que eles precisam um pouco mais de apoio nessa área.”(E3)*

*“Tem um espaço, tem as assembleias né, proposto pra eles, mas a gente argumenta ‘olha e se isso for assim? Isso pode ser legal’, e tenta incentivar, que incentivando eles vão, mas eu acho que tem um pouco de empurrãozinho pra tomar as decisões [...] Então acho que não sei, na saúde mental, acho que isso acontece, mas tem muito a tentativa de passar pra eles, mas eu acho que tem...tem um pouco de interferência...e acho que precisa ter, senão as coisas acabam não acontecendo [...] Eu acho que a opinião da equipe de apoio é muito levada em conta sabe...tipo eles reclamam sabe, tipo ‘não tô gostando, não tá vendendo nada’, mas a decisão de parar e conversar sobre isso geralmente é da equipe de apoio.”(E3)*

*“Já aconteceu de a equipe...de ser meio urgente e a equipe decidir ‘a eles vão conseguir, então vamos pegar’, mas geralmente é em assembleia ou então na própria oficina. Eu acho que falta um pouco de autogestão.”(E1)*

*“[...] eu acho que...a maioria das coisas eles acabam decidindo né, mas nem sempre...nem sempre, porque tem coisas que tem que ser decidido rápido ou às vezes a gente prefere decidir porque é mais fácil pra gente, porque a gente tem mais acesso, se tem que ligar pra não sei quem já é mais fácil pegar o telefone e já ligar, porque já conhece tal pessoa.”(E5)*

*“Se alguém vai fazer encomenda alguma coisa ou alguma coisa relacionada, ela fala comigo, sendo que tem várias pessoas do grupo, às vezes uma pessoa vai fazer encomenda não procura uma pessoa do grupo pra fazer, a pessoa procura um apoiador. Aí o apoiador traz pro grupo tudo, mas é ele que negocia né, que...é diferente né...eu acho que é mais do que um apoio...essa parte de negociação, de...sei lá...encomenda assim você pode ver, não foi*

*diretamente com eles, é difícil pôr um usuário, acaba, talvez não sei, até pelos contatos que a gente tem, que seja diferente. Essa parte de organização e de negociação eu acho que é muito da equipe mesmo.”(E3)*

*“Eu fico me policiando assim, porque se deixá eu acabo...é acho que todo mundo acaba direcionando, porque eles são muito dependentes, tem a história de perguntar o que eu faço, como que eu faço e se a gente deixá acaba direcionando mesmo e eu acho que não é o nosso papel, só que às vezes na correria a gente acaba fazendo isso e eu fico um pouco angustiada com isso.”(E2)*

#### 2.2.5 Na construção da autonomia e independência dos usuários

A equipe relata que dificuldades são encontradas durante o processo de construção do empreendimento como a construção de autonomia, pois há muitas coisas a serem feitas, e o não saber por onde começar leva a equipe a fazer, pela demora dos usuários, em vez de ensiná-los.

*“[...] esse negócio de a gente construir a autonomia dos usuários é uma dificuldade muito grande né, porque eles têm dificuldades com muitas coisas e a gente teve este papel de ajudar eles com as dificuldades, porque têm muitas coisas pra serem feitas e você não sabe nem por onde começar, e às vezes a gente acaba fazendo coisas que eles deveriam fazer né, em vez de passá, ensiná...acaba fazendo alguma coisa ali pra não deixar eles fazerem, porque vai demorar mais né.” (E5)*

*“[...] às vezes eu vejo que é tão difícil esta construção dos empreendimentos, da autonomia dos usuários que a gente empaca, que a gente fala ‘meu Deus a gente não vai conseguir sair dessa!’ ”(E5)*

*“Eu acho que eles ainda têm bastante dependência, mas eles estão caminhando [...] Tem umas coisas que eles falam, mas tem outras que eles são bem dependentes ainda [...] tem mais dificuldade um pouco, por eles terem um pouco dessa dependência é...é meio difícil eles fazerem né, às vezes sim, às vezes não né, mas tem dias que eles não querem saber...tem dias que eles começam e querem parar logo, não todos né, mas muito deles. Então a dificuldade é mais esta dependência deles.”(E1)*

*“Agora dificuldade é que eles ficam muito na dependência e eles têm capacidade pra serem mais independentes. Apesar deles terem evoluído eles ainda ficam muito...naquela...muito sem iniciativa, isso me incomoda né, eu acho que eles precisavam ter um pouco mais.”(E2)*

Há também a dependência dos usuários com a equipe de apoio, como, por exemplo, serem acompanhados até o espaço de produção e em feiras para a comercialização dos produtos.

*“[...] eu vejo que tem uma dependência muito grande assim dos usuários com a equipe de apoio, por exemplo, tem usuário que, pra chegar até lá na universidade, precisa ser acompanhado de uma auxiliar de enfermagem. Na venda dos produtos, quando tem que ir numa feira também o pessoal da equipe tem que acompanhar também, levar, como todo mundo, os usuários, depende de ônibus, então o profissional tem que levar de carro os produtos, que é muita coisa, precisa estar ali nos primeiros dias, porque depois eles passam a dar continuidade, tentam caminhar sozinho.”(E5)*

#### 2.2.6 Usuários reconhecerem o trabalho no empreendimento como trabalho e não terapia e que o empreendimento é deles

Na percepção de algumas entrevistadas os usuários não reconhecem o empreendimento como trabalho, mas como uma terapia, ou seja, enxergam as atividades do Recriart como uma oficina terapêutica realizada no serviço de saúde mental.

*“[...] eu acho que é no sentido terapêutico. Eles vêem o Recriart muito como uma terapia. Eu acho que muito deles acabam vendo mais como terapia do que como trabalho. Tanto que quando têm algumas dificuldades, eles não vão, como hoje que choveu, eles não foram. Então não tem aquele compromisso de trabalho.”(E1)*

*“[...] têm alguns que não entendem que lá (Recriart) é diferente daqui (CAPS), então assim a gente tem diversos níveis de compreensão.”(E4)*

Os membros da equipe relatam que os usuários sentem também dificuldades em assumirem as responsabilidades de produzir mesmo quando não há encomenda, de comunicar quando não for possível comparecer no empreendimento, de enxergá-lo como um

trabalho que exige e requer compromisso. E ainda de reconhecer que o empreendimento é deles.

*“Agora quando não, como não tem (encomenda), não tá assim certo que eles vão vender, então não tá certo que eles vão produzir...risos...é tudo light...não tem como vender, então não tem como produzir. Então acho que fica um pouco isso, eu não sei como trabalhar essa relação, não sei como que é isso. Eu não sei se isso acontece em outros processo de trabalho, como que é isso pra outras relações de trabalho, se outros grupos também têm isso, entendeu?! Que é um pouco do que a gente vivencia, porque senão a gente pode, fica claro que têm dois grupos, o grupo com encomenda e o grupo sem encomenda...risos...fica ativo, fica rápido, então eu acho isso bastante interessante, é uma coisa que chama atenção né.”(E4)*

*“[...] eu sinto que às vezes falta um pouco de responsabilidade deles mesmo né, porque às vezes a gente tem que fazer produto que vai vender num fim de semana então às vezes o usuário não vem, acaba não avisando e a gente fica com aquele déficit no grupo, de que têm menos pessoas pra fazer produto no fim de semana. Então eu acho assim, que têm muitas variações deles assim né. Então assim, hoje eu vou, amanhã eu já não vou, hoje tá tudo bem, amanhã tá todo mundo desanimado né, e é muito difícil passar por cima disso assim né, no trabalho.”(E4)*

*“Ai dificuldades...eu tenho, tenho algumas assim...com eles assim, a gente combina aí chega na hora assim, teve dias que a gente ía apresentar o projeto, chega na hora tava tudo combinado, todo mundo sabia, eu não pude vir no dia e aí ninguém apresentou, e aí ‘como é que foi?’... ‘ah não foi’, ‘por que vocês não falaram?’, eles estavam prontos pra falar, então eu não sei....mas às vezes eu não sei...é uma dificuldade da própria patologia né.”(E3)*

*“[...] Sente dificuldades em fazer eles assumirem as responsabilidades, a autonomia né, da produção do produto, da questão de construir o empreendimento [...] Tem uns usuários que têm certas dificuldades em assumir algumas coisas como trabalho mesmo né...Eu acho que faltam algumas coisas pra que eles passem a encarar isso como trabalho mesmo assim, de fato.”(E5)*

2.2.7 Diferentes pontos de vista entre os membros da equipe, existência de conflitos e dificuldades e dúvidas em como lidar

As dificuldades estão presentes também no trabalho em equipe. Há um membro que relata alguns conflitos existentes dentro da própria equipe, sendo decorrentes de diferentes pontos de vista.

*“[...] eu acho que tem conflitos assim, que nessa equipe são dificuldades que são diferentes pontos de vista, que nem tem certa categoria profissional que pensa de um jeito determinada coisa e outra categoria profissional pensa de outro jeito, e isso gera muitos conflitos...Então tem esta questão da equipe, diferentes olhares.”(E5)*

Uma técnica considera que a expectativa de gerar renda acaba sendo mais da equipe do que dos próprios usuários. Outra relata que o grupo encontra-se com poucos usuários no trabalho, o que dificulta a produção, a divulgação e comercialização dos produtos, levando à baixa renda.

*“[...] num primeiro momento, nós (equipe) tínhamos expectativa de gerar renda, eu acho que assim a expectativa de gerar renda é muito do apoio, eu acho que é até mais importante gerar renda pro apoio do que pra eles né, nesse primeiro momento, a gente falava ‘nossa, mas não produz nada, como que dá pra manter o grupo?’”(E4)*

*“Eu sempre achei o grupo pequeno, pouca, pouco usuário.” (E6)*

Há ainda a fala de uma entrevistada que aponta o conflito da equipe quando a dificuldade é saber o melhor jeito para falar com os usuários sobre o erro na produção dos produtos, de forma a não desestimulá-los.

*“Acho que é o cuidado que a gente tem que ter o jeito de falar e de ajudar assim, porque se você fala de um jeito que parece...que faz com a pessoa se sintam assim ‘aí fiz tudo errado, não sei fazer nada’, eles caem muito nessa queixa, muito fácil escorregar com eles. Esse é o cuidado que a gente tem que ter. É muito complicada esta questão que a gente já discutiu muito assim, de...o quê que é bonito, né? É bonito pra eles, mas não é bonito pro cliente, não é bonito pra mim. Quando tem encomenda, que tem uma coisa mais padronizada, tem que ser assim, assado, eu fico meio supervisionando, porque é encomenda, a pessoa, o cliente penso*

*que quer assim, assim, assado, e a gente tá vendendo pro cliente, então tem que agradar. Mas quando é feito ali um produto, que nem um caderno, uma coisa assim, eu tento deixar mais livre assim, lógico que saem falhas, daí eu tento ‘você não acha que tem que melhorar aqui?’ Mas a arte em si tem que ficar por conta deles né, porque eu acho que é isso que dá a cara do Recriart, que é um produto deles.”(E2)*

#### 2.2.8 Reconhecer que o tempo dos usuários é diferente

Há técnicas que fazem referência à necessidade da equipe reconhecer que o processo de construção deste empreendimento da saúde mental ocorre em longo prazo, pois o tempo/momento dos usuários é diferente.

*“Eu às vezes penso que eles teriam que decidir mais as coisas, mas é um processo muito difícil pra eles também é lento...sabe, porque a facilidade que a gente tem de resolver as coisas eles já não têm né, então talvez a gente teria que esperar um pouco mais, ir com mais calma, mas assim...a vida é uma coisa tão rápida que às vezes...”(E5)*

*“Agora não sei se na prática efetiva eu tô conseguindo atingir meu objetivo, porque na saúde mental eu acho que as coisas são mais a longo prazo, mas...é um pouco mais difícil se vê... ‘ai esqueci’, às vezes eles querem que você fique por perto pra dar mais segurança, mas eu tento dar menos opinião, às vezes pergunto mais [...] ‘e você o que acha?’. Eu tenho tentado fazer.”(E3)*

*“A gente tem diversas dificuldades, outra dificuldade que eu acho que a gente tem é assim respeitar que eles têm um tempo diferente...né, a construção desse projeto também é uma construção de trabalho normal, uma cooperativa.”(E4)*

### **3 CATEGORIA TEMÁTICA: VISUALIZANDO RESULTADOS DA INCLUSÃO PELO TRABALHO – PERCEBENDO A MELHORA DOS USUÁRIOS**

A equipe aponta que a inclusão social pelo trabalho no Recriart tem possibilitado a melhora da capacidade e habilidades para o trabalho, que tem sido percebida pela maior autonomia e iniciativa demonstrada pelos usuários.

Ainda refere que o trabalho no Recriart tem possibilitado mudanças positivas na postura e na vida dos usuários.

#### **3.1 Notando melhora dos usuários na capacidade/ habilidades para o trabalho**

A equipe aponta que tem observado uma melhora na capacidade e habilidades dos usuários tanto para o trabalho quanto para as relações. Além disso, eles têm se tornado mais críticos, estão falando enquanto grupo, estão envolvidos, cobrando mais daqueles que vão ao espaço de produção e que não produzem. Reconhecem a participação no Recriart como trabalho e acabam internalizando que o empreendimento é deles, o que leva a necessitar de menos apoio da equipe.

As técnicas relatam uma melhora também no relacionamento dos usuários com as pessoas, pois estão mais comunicativos, o que contribui para a capacidade de saírem para comercializar os produtos sozinhos, sem que a equipe os apoie.

##### 3.1.1 Tendo mais autonomia, iniciativa e habilidades – produzindo com mais diversidade e qualidade

Algumas entrevistadas, principalmente aquelas que acompanham o grupo desde o início do processo de produção, relatam que os usuários têm avançado na autonomia, pois estão conseguindo melhorar enquanto um grupo de produção, adquirindo mais habilidades para a confecção do papel e dos produtos, além da diversificação dos produtos. Referem que os usuários estão tendo mais iniciativa em buscar aprender novos produtos e em executar algumas atividades como a colocação de peças para serem comercializados. Ainda estão apresentando mais criatividade e restabelecendo a coordenação motora, o que leva a produzir com mais qualidade.

*“ [...] percebo melhora no grupo como um grupo de produção assim, desde quando eu entrei até hoje eu percebi uma melhora muito grande de fabricação de produtos, de habilidades para a produção, sabe, porque quando eu entrei no começo de 2008, a gente...a gente não, porque eu não fazia parte, mas...o grupo trabalhava mais só com bloco, bloquinhos e cartões.*

*Hoje não, hoje a gente tem uma variedade muito grande assim [...] eu percebo que o grupo conseguiu adquirir uma habilidade muito grande pra estar fazendo esses produtos [...].” (E5)*

*“Tem essa parte de coordenação motora, que alguns melhoraram bastante, a parte artesanal, de criatividade, nossa...têm alguns que desenham assim muito bem e tem esse espaço, então eu acho que diversos assim, se colocar cada um, dá pra colocar várias coisas assim, mas eu acho que ajuda bastante [...] Eles colocam os preços que estão vendendo, eu acho que eles estão conseguindo fazer sozinhos [...] Ah...eu acho que a autonomia deles melhorou bastante, antes tinha pouquíssimos produtos, a qualidade melhorou muito e eu acho que isso tem a ver com a melhora da autonomia deles. Eles desenvolvem os produtos, tem usuário que...que vai atrás, vê o que pode fazer, e faz e aí a gente vai incluindo nossos produtos e isso aí que eu pude ver que melhorou [...]. (E3)”*

*“Eu fiquei 2007 todo, 2008 eu fiquei fora né, fiquei em outro serviço tal, agora...mesmo eu estando fora eu acompanhava eles em feira [...] então eu acompanhei os produtos, o progresso, porém o grupo diminuiu, mas o grupo diminuiu e a qualidade aumentou né...a qualidade, o produto...nossa eu fiquei espantada assim, porque o papel reforçou, as idéias, os objetivos do grupo tavam crescendo né, agora eu tô acompanhando eles, mas assim há uma diferença grande de quando eles começaram e agora.”(E7)*

*“O empreendimento é deles, então eles mesmo começa a ver quando um deles não tá trabalhando, então agora eles têm essa autonomia deles, porque sempre o objetivo era esse, deles, então um dia vocês vão ter autonomia de ver que é uma cooperativa de vocês, querendo ou não, então eles já tão nessa autonomia.”(E7)*

*“Eu vejo melhora neles quando eles têm interesse em aprendê. Que eu vejo o que tem dificuldade pra fazê uma oficina terapêutica e lá eles pegam um produto pra fazê, faz e se vê feliz com aquilo, eles conseguem, eles têm capacidade pra fazê.”(E6)*

### 3.1.2 Necessitando menos da equipe de apoio

Alguns membros da equipe reconhecem que os usuários estão necessitando de menos apoio da equipe, estão menos dependentes e se apropriando cada vez mais da tomada de decisão.

*“[...] eles tão precisando bem menos da gente, eles necessitam bem menos da gente, que nem por exemplo, foi um avanço eles irem de segunda-feira sozinhos, e eles tão indo, tão dando conta, eles mesmos lancham.”(E7)*

*“Eles ficavam muito na dependência dos apoiadores, assembleia comandada pelos apoiadores, isso sempre me incomodou bastante, mas nos últimos tempos a gente tem percebido que eles têm se apropriado da tomada de decisão cada vez mais.”(E2)*

Nesta categoria nota-se que, apesar da equipe ainda estar muito envolvida no processo de tomada de decisão e da autogestão e que estes são aspectos que necessitam de melhora, os usuários estão começando a se apropriar de algumas atividades, participando mais ativamente das decisões.

### 3.1.3 Usuários sendo mais críticos e falando mais enquanto grupo

A equipe relata que tem notado mudanças no grupo. Que eles têm se tornado mais críticos, estão cobrando mais daqueles que frequentam o espaço do Recriart e dos que não produzem, não é uma relação de patrão-empregado, mas é uma cobrança solidária, no sentido de estimular a produção e aumentar a renda. Além de estarem se conscientizando da questão de desperdício de materiais.

Alguns membros da equipe relatam que os usuários estão demonstrando grande envolvimento e falando mais enquanto grupo, não esperando que a equipe se posicione.

*“...assim eles tão conseguindo é, ser mais críticos, tão conseguindo falar não por eles enquanto grupo, não necessariamente é...esperando que o apoio se posicione, eu acho que isso são, são crescimentos que o grupo se constituiu [...] Então tem uns que estão avançados, que já sabem, que cobram, entendeu?! Que antes não cobravam, então nós tamos num momento muito positivo do grupo, os que tão mais envolvidos, mais dentro da relação, de construção deste empreendimento tão cobrando daqueles...tão se posicionando e cobrando, cobrando assim, não é uma forma de cobrança, uma cobrança assim ‘olha’, cobrando mais com comprometimento, diferente da cobrança de relação patrão-empregado, mais é uma cobrança assim mais tranquila, mais solidária, é uma cobrança solidária ‘olha você tem que levar mais a sério, aqui é o nosso espaço’, né, então acho que isso tem começado a acontecer, e acho que isso já tá acontecendo.”(E4)*

*“Teve algumas situações que eu presenciei agora que assim ‘olha você vem aqui então...ou não reclama ou não vem, ou você trabalha ou você não precisa vim se for pra reclamar’. Entendeu?! ‘ou não estraga material’, são coisas que eles não percebiam antes, já tão despertando a questão de desperdício de material, a questão do custo, ‘isso tem um custo’, então assim, são processos que eles tão internalizando aos poucos, não é no nosso tempo, que a gente esperava.”(E4)*

*“Olha eles estão vendo que quem trabalha pouco não tá produzindo, e eles que tão trabalhando bastante, produzindo, então não é justo, entendeu?! E isso tá vindo deles mesmo [...] a geração de renda tá sendo um objetivo que eles queriam, porque é eles mesmo. Então quando eles querem fazer uma feira, quando querem aprender artesanato, eles mesmo tão se cobrando [...] Eles sabem o que querem, sabem cobra, eles aprenderam isso entre eles mesmo, então quando eles acham que aquela pessoa não tá dando, então eles chegam e reclamam, então eu acho que isso eles aprenderam [...] Então eles íam muito no SESC, então agora diminuiu e eles cobram isso ‘ai a gente não faz oficina, a gente não muda mais’, não tem mais.”(E7)*

*“O grupo mesmo tá, exclui quem não qué trabalha, eles próprios.”(E6)*

#### 3.1.4 Ver os usuários reconhecerem o empreendimento como trabalho/profissão

As técnicas relatam que o grupo possui pessoas com grande envolvimento, que internalizaram que o empreendimento é deles e o reconhecem como trabalho/profissão. Este fato tem ocasionado mudanças na postura e atitudes dos usuários.

*“Dentro do grupo existem pessoas que têm um grande envolvimento, já tão muito envolvidos, já entenderam, não é que entenderam, já internalizaram (que o empreendimento é deles). Tem pessoas que estão mais envolvidas e tem que chamar os outros pra ter mais envolvimento e esse chamamento tá vindo deles, não do apoio.”(E4)*

*“Na semana passada a X (usuária) e Y (usuária) (disseram), ‘porque se a gente vem sozinho de segunda, um dia, a gente pode vir os outros sozinhos, o empreendimento é nosso, a gente pode ir, abrir e fechar lá. E realmente é um avanço né.’(E7)*

*“Eles falam ‘eu vô porque senão eu perco minha profissão’ [...] É...eles vêm pro Recriart como uma profissão na vida deles entendeu?! Mas ele vão todo dia assim. Que nem ontem foi uma coisa linda, o X (usuário) chegô lá e já foi enchê o filtro, ele viu...isso é porque ele viu outras pessoas fazê, então ontem ele chegô, sei lá o que ele penso, chegô e foi enchendo o filtro. Isso pra nós é um prazer, uma alegria, o pessoal já chegô contando isso pra nós hoje, ficamos tudo feliz com isso.”(E6)*

Nestas falas nota-se a importância presente no fato dos usuários estarem visualizando o Recriart como trabalho, demonstrando que possuem compromisso e responsabilidades com o empreendimento.

### 3.1.5 Usuários saindo para comercializar sozinhos

A equipe relata que perceberam uma melhora significativa no grupo, pois os usuários estão saindo sozinhos para vender/comercializar os produtos. Além de apresentarem capacidade para frequentar feiras, vender os produtos e também lidar com o dinheiro.

*“[...] uma coisa, uma coisa importante, eu acho que eles estarem, nesse momento, conseguindo sair sozinho, vender sozinho.”(E4)*

*“[...] eles que vão (em feiras), porque agora eles estão mais soltos, então eles têm capacidade agora de ir fazer uma feira sem a gente, que no começo a gente auxiliava eles, agora eles têm capacidade e eles fazem sozinhos, eles sabem vender direitinho, eles sabem troco [...] eles estão bem soltos assim, eles dão conta direitinho.”(E7)*

## **3.2 Visualizando o lado positivo que o trabalho no empreendimento traz para a vida dos usuários**

O Recriart tem possibilitado que os usuários assumam mais responsabilidades. A equipe observa a criação de novas relações, facilitando a socialização com outros atores e empreendimentos da economia solidária e aponta as mudanças de papéis dentro da família, pois estão assumindo responsabilidades e estão deixando de serem vistos como doentes e passando a ser reconhecidos como trabalhadores.

Há técnicas que consideram também que a renda não representa o único ganho do empreendimento, mas a inclusão e autonomia são outros retornos deste processo.

A criação de vínculo entre a equipe e os usuários também é considerada um aspecto importante que tem avançado ao longo do processo de incubação.

### 3.2.1 Usuários assumindo responsabilidades no grupo e se capacitando

A equipe percebe mudança de comportamento dos usuários que vêm, ao longo do processo, assumindo mais responsabilidades no empreendimento. Isso têm se concretizado de várias formas como no fato de ao menos uma vez na semana os usuários irem ao trabalho sem serem acompanhados pelos trabalhadores do CAPS; por participarem mais ativamente nas assembleias e decidirem de quais feiras irão participar, tomarem conta do dinheiro das vendas e também serem responsáveis pelo cálculo das sobras e sua divisão.

*“[...] Caminhar sozinho...eles tão caminhando sozinho de segunda-feira, a gente já começou assim, depois que começamos fazer reunião de equipe aqui de segunda-feira, eles próprios, grupo, achou que podia ir pra Federal sozinho sem uma auxiliar (de enfermagem) e tão indo muito bem, até agora não teve nenhum problema.”(E6)*

*“O fato deles tomarem conta do dinheiro, decidirem se vão ou não vão em tal feira, vai funcionar de tal dia a tal dia, vai tirar férias, vai, eles já assimilam isso, já se colocam, pessoas que antes não falavam em assembleia começaram a falar.”(E2)*

*“Até pela possibilidade de falar! ‘Eu trabalho!’ Eu....acho que chega perto da normalidade, já que eles são tão excluídos socialmente e acho que chegar pra sociedade e falar eu trabalho, eu produzo, eu faço isso, isso, no Recriart.”(E2)*

Uma técnica relata que há ainda usuários que buscaram capacitação realizando curso para que pudessem trazer melhorias para o grupo.

*“[...] a gente tá fazendo um curso no SENAC, porque tem vários projetos já que eles fazem e tentar colocar em prática. [...] E a gente já fez projetos, então tem o apoio pra colocar em prática...que nem eles fizeram computação, quiseram fazer e-mail pra se integrar mais.”(E3)*

### 3.2.2 Relacionando-se mais com as pessoas e se socializando

Algumas entrevistadas relatam que os usuários não conversavam e não se relacionavam com a equipe no início do processo de incubação, mas com o passar do tempo

foram evoluindo e, hoje, referem que o relacionamento é melhor, conversam mais, perguntam e opinam. Este fato é marcante em alguns usuários.

*“Eu vejo uma evolução muito grande é...da fabricação e de usuários... antes não conversava muito com a equipe e hoje já desenvolve super bem, já pega já vai fazer não sei o que, já chega, já pega o material que precisa, já começa, já conversa com a equipe sabe, já dá risada [...].”(E5)*

*“No começo tinha alguns que não falavam, ficavam quietinhos, não conversavam muito comigo, mas hoje em dia o que eu perguntar, eles chegam, respondem. Do X (usuário,) dele não falar, chega aqui ele fala, a primeira vez que ele falou numa né...assembleia tava todo mundo discutindo, e ele sempre muito quietinho, ele pegou e deu a opinião dele assim, então você vê o desenvolvimento maior assim que é importante.”(E3)*

Outro aspecto levantando por uma técnica de incubação foi a socialização, que tem possibilitado o relacionamento com novas pessoas, promovendo a inclusão social.

*“Ai eu acho que o que mais tem me chamado a atenção e, principalmente, pelo curso do SENAC, que a gente passa bastante tempo junto e fora é a socialização. Nossa a socialização, eu achei que...no começo eles ficavam quietinhos, hoje eles falam, levantam, dão opinião na aula, conversam com as outras pessoas sabe...até aqueles que eram mais quietinhos assim, eles estão se socializando bem mais sabe, acho que este aspecto da inclusão é bem legal [...].” (E3)*

### 3.2.3 Criando novas interações e efetivando a inclusão social

A equipe observa que os usuários têm criado novas interações, pois o círculo de contatos e o relacionamento com outras pessoas são maiores do que quando começaram no grupo. Além disso, estão frequentando lugares que antes não frequentavam, como shopping e cursos, e participam de eventos públicos, como feiras, encontros, reuniões do Centro Público, o que aumenta a socialização com outros atores e empreendimentos de economia solidária.

*“O X (usuário), ele ficava em casa, não tinha nenhum contato, aqui ele vem falou um pouquinho, conversa, se perguntar ele responde, ele tá começando a ter um contato a mais com as outras pessoas, com o curso também que eles estão indo no SENAC, eles*

*participam.....de poder pegar o ônibus ir pra lá, vir pra cá, eu acho que é muito legal...a venda, nem todos gostam, é uma dificuldade pessoal mesmo, eles participam, eles conversando com as outras pessoas, participando, dando curso sobre o que eles fazem.”(E3)*

*“A inserção em novos lugares também, vai tipo...na feira, vai no shopping, aí vai lá dá uma volta né, conhece, eu acho que... essa parte da inclusão mesmo tem chamado bastante atenção entre eles assim, até...algumas partes assim.”(E3)*

*“Ai...percebo pelo que eles falam assim, eles sentem muito orgulho que eles fazem parte do Recriart! Conversam com as pessoas e falam, poderem participar das feiras, eu acho que...contar as atividades deles, eu acho que quando vê o resultado do produto deles, bonito, as pessoas elogiam.”(E1)*

Além disso, o fato de estarem inseridos dentro da universidade possibilita uma aproximação com a comunidade acadêmica, com alunos, professores e funcionários, promovendo inclusão social.

*“Eu acho que o Recriart possibilita isso (inclusão) o tempo todo assim, primeiro porque eles estão dentro da universidade produzindo em contato com a comunidade acadêmica, e tem as feiras também que fazem que eles...também é uma inclusão importante, social, porque eles estão em contato com os outros empreendimentos, então estão participando de atividades culturais né, tão praticando comércio solidário, então eu acho que isso é fundamental. Participam de reuniões no Centro Público, na assembleia, aprender a trabalhar com o coletivo. Acho que tudo isso é inclusão sabe, porque ir no Centro Público, participar do Fórum de Economia Solidária, conseguir colocar eles, mas eles conseguem. Eu acho que tudo isso é fundamental assim, que é mais importante do que a renda que eles têm, uma oportunidade única que eles têm, que não seria de outra maneira se...da economia solidária, que se fosse o mercado formal, eu acredito que isso não aconteceria.”(E2)*

#### 3.2.4 Mudanças de papéis dentro da família

A inclusão tem sido marcante dentro do próprio convívio familiar, pois assumem responsabilidades por determinadas atividades das quais eram excluídos anteriormente.

A equipe relata que a mudança de papéis dentro da família tem trazido melhoras significativas para eles e para a própria família. Aponta aumento na confiança da família, o que tem levado a mesma a responsabilizá-los por atividades que antes tinham medo, como pagar contas, cuidar de crianças, ficar com a chave da casa. Estas mudanças têm demonstrado que os usuários deixaram de ser reconhecidos como “doentes” e passaram a serem vistos como trabalhadores que podem assumir responsabilidades.

*“Na reunião de família que a gente fez, a mãe do X (usuário), não, a irmã né falou... ‘não ele pode receber 5 reais, mas metade do dinheiro que ele recebe ele dá pra mãe, contribui com uma despesa da casa’.”(E3)*

*“Ele (usuário) tá exercendo outras funções, outros papéis na família que ele não exercia antes. Então ele já vai indo na padaria sozinho, já indo fazer compra, já indo pagar conta (enfática), então dá dinheiro da luz, do mês, dá dinheiro...então ele já tá tendo, então ele já tá tendo um ganho de papel, não é mais o doente que não pode fazer nada [...] Então depois que eles começaram a participar do Recriart eles começaram a ter um outro valor, hoje eles têm...a família delega pra eles mais responsabilidades, coisa que não acontecia antes, então se ele tem responsabilidade de ficar com a chave e com o dinheiro, ele tem responsabilidade de olhar as crianças em casa, ele tem, entendeu?!” (E4)*

*“[...]como eles tão tendo essa autoridade do empreendimento deles, eles tão levando isso pra dentro da casa deles, eu acho que isso é um avanço, um avanço social, então eles já podem fazer o mercado, eles já podem pagar uma conta pra mãe, ele já pode ter responsabilidade de cuidá de um sobrinho [...]A mudança do papel deles, então quer dizer, eles tão passando de doente pra família né, você tá entendendo?! De doente mental pra uma pessoa responsável, pra uma pessoa normal, como a família queria deles, porque eles vão em feira, podem viajar, vão numa bienal, eles têm condições pra isso.”(E7)*

*“[...] o quê que simboliza você produzir...esse retorno né pra...pra sua família, enquanto um trabalhador, enquanto uma pessoa que vai levar uma renda, então isso tem um papel, a mudança do papel, do papel social dele dentro da família é significativo, então essa mudança que é o mais importante assim, que a gente já construiu, esse papel ele já conseguiu [...] então esse processo de mudança desse papel, que hoje ele é um trabalhador que tá doente,*

*não é mais um usuário que trabalha viu, então eu acho que é um processo que a gente tá tentando construir isso com as famílias.”(E4)*

*“...o fato deles tarem fazendo alguma coisa, muito deles levou isso pra dentro de casa, a família fala, que tá ajudando a família, não com o dinheiro, mas tá ajudando assim a levantar a autoestima deles, eles começaram a ter, entendeu?!...(interrupção)...então eles...é...começaram a levar isso pra dentro da casa deles, ajuda a mãe, ajuda os irmãos, a oportunidade de estar ficando com os sobrinhos deles, porque a irmã trabalha, então a irmã confia neles, porque poxa ele tem aquele trabalho, então muito deles, a X (usuária) começou a pagar conta pra mãe dela, porque a mãe dela confia nela, ela tem um trabalho, então isso que eu acho legal.”(E7)*

### 3.2.5 Outros retornos do processo, não somente a renda – inclusão social e autonomia

Ao longo do processo alguns membros da equipe têm considerado que o ganho dos usuários no retorno ao trabalho não se trata apenas do financeiro, mas possui um valor mais simbólico, e às vezes outros aspectos acabam sendo mais importantes para a vida deles. Os outros ganhos relatados são a inclusão social, que tem sido possível pelas oportunidades de novas relações com várias pessoas e pela autonomia adquirida.

*“Eu acho que a inclusão tem tido, porque agora a renda eu acho que a gente tá um pouco longe de alcançar, que a gente precisava, mas o aspecto da inclusão tem sido mais importante, mais do que a renda [...] Você vê o desenvolvimento de cada um, até a inclusão deles aqui, de começar conversar, às vezes eles estão muito fechados, então começa conversar, ter contato com outras pessoas. As pessoas verem eles vendendo é muito legal [...] então às vezes até a renda mesmo a gente achando que é pouquinho...pra eles têm um significado, tem um valor, nem que for simbólico, mas tem muito grande.”(E3)*

*“[...] a geração de renda não tem que ter necessariamente renda...dinheiro, e lá tem que ter renda, a renda que a gente tá construindo é a autonomia, a autogestão, é um processo né. Hoje a gente já tem uma média de 15-20 reais por mês pra cada um e eu acho que é uma renda assim...bem...pra um salário é pouco, mas assim o valor simbólico disso é muito grande.” (E4)*

### 3.2.6 Criando vínculo com a equipe e com o próprio grupo

Ao longo do processo de construção do empreendimento, a equipe tem percebido melhora na criação do vínculo entre ela e os usuários, ou seja, tem se concretizado, eles estão mais comunicativos, solicitam ajuda, dão opiniões. Conseguiu-se criar uma relação de confiança, o que facilita o trabalho. O vínculo existente entre os próprios usuários está sendo efetivo também, apresentam-se mais unidos, o que possibilita mais facilidade no processo de produção.

*“[...] eu tenho um vínculo muito bom com eles, sempre me chamam, antes eles nem conversavam comigo, eu perguntava as coisas ninguém respondia, hoje não. Hoje tem um vínculo melhor, me respondem, me chamam, me solicitam, pedem opinião, me tem um pouco como referência também, eu acho que foi melhorando cada vez mais, eu acho que eu consegui conquistar uma relação de confiança com eles, isso é bem legal.”(E2)*

*“Em relação...ao trabalho deles, acho que eles se uniram mais, eles se uniram mais.”(E7)*

Esta criação de vínculo é considerada um aspecto muito importante para uma das técnicas, já que este processo representa grande dificuldade para usuários da saúde mental.

*“Hoje em dia eles já, eu falo eles escutam, dão opiniões, respondem. Isso com a maioria, não todos, porque é difícil mesmo criar vínculo com eles [...] Ah eu acredito que...é...que eles tem ali primeiro um vínculo com o grupo, que eu acho que é um vínculo muito interessante. Tem muita gente que vai no Recriart e conhece outros empreendimentos e ficam impressionados como eles são solidários, é próprio pela particularidade deles, da patologia e tal. E eu acho que esse vínculo que eles conseguiram criar entre eles e com o apoio é muito importante, porque isso tem um sentido pra eles, porque eles têm dificuldades de formar esse vínculo, né.”(E2)*

#### **4 CATEGORIA TEMÁTICA: APONTANDO NECESSIDADES DE MUDANÇAS NO PROCESSO, ESPERANDO UMA MAIOR AUTONOMIA DOS USUÁRIOS E A FORMALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

A experiência de incubar este empreendimento vem possibilitando à equipe visualizar e identificar necessidades de mudanças no processo de construção do Recriart.

A equipe acredita na autonomia dos usuários, na capacidade deles trabalharem sozinhos e também na formalização do Recriart enquanto empreendimento, ou seja, a formação de uma cooperativa ou associação.

##### **4.1 Mudanças no processo**

A equipe aponta que mudanças no processo de incubação são necessárias como respeitar o tempo/momento dos usuários; a presença de um profissional que seja fixo e diário; a equipe deixar as decisões mais por conta dos empreendedores para que a autogestão se efetive; ter mais capacitação para motivar a produção de novos produtos; melhorar a comunicação durante o processo e a qualidade do papel e dos produtos; espaços para divulgação e comercialização; a inserção de novos usuários no grupo e a aquisição de mais encomendas.

###### 4.1.1 Respeitar o tempo/momento dos usuários

Uma entrevistada reconhece que há a necessidade de promover mudanças no comportamento de toda a equipe no sentido de respeitar o tempo e o momento dos usuários, pois os técnicos acabam tomando algumas decisões devido à necessidade de agilidade que o processo impõe, sendo este considerado um desafio para a equipe. Considera ainda que, por isso, é importante respeitar o processo de autogestão e de construção do empreendimento para os usuários e não para os membros da equipe. Aponta ainda a existência de comparação do ritmo de trabalho dos usuários no empreendimento com o de qualquer trabalhador e a necessidade de policiamento da equipe que deve ser constante, afinal o tempo deles é diferente.

Identifica que é importante os usuários internalizarem que o empreendimento é deles, o que se faz possível pelas tomadas de decisões.

Reconhece ainda a dificuldade da dinâmica do trabalho com usuários de saúde mental, pessoas com transtorno mental severo, uma vez que cada usuário apresenta um tempo e entendimento diferente.

*“O objetivo é você respeitar o tempo deles e fazer com que eles internalizem que o empreendimento é deles e não nosso, a gente é só apoio né [...] esse é o nosso grande desafio, procurar respeitar o momento do grupo que é diferente do nosso. Você tem que se policiar o tempo todo né...deixá...(risos)...de ficar assim oh, é mais fácil a gente ir e fazer, mas não, tem que esperar, então acho que é um pouco isso. [...] Então respeitar esse tempo, e esse tempo...e respeitar que essa é nova reconstrução...partiu deles...entendeu?! Respeitar, olha, o processo de autogestão, o processo de construção das regras, do processo de como isso vai tá determinando...é eles, não adianta falar ‘olha eles podiam’...não fazem nada, você acha uma hora e meia, olha? Olha não sei que’, entendeu?! Então assim isso é uma coisa também, se é autogestão, é eles. Então todo tempo tem que tá falando ‘de quem é o projeto? O que você tá fazendo lá? Você é o que? Você é apoio?’. Apoio apoia, não decide.”(E4)*

*“Porque ainda tá muito vinculado à questão de relação de trabalho deles (equipe), então ‘eu trabalho 8 horas por dia, não sei que, como que eles trabalham só uma hora e meia, ainda ficam cansados’, então essa fala a gente tem que tá sempre se policiando pra...pra voltando pra isso.”(E4)*

#### 4.1.2 Ter a presença de um profissional fixo e mais membros na equipe de incubação

Uma técnica de incubação acredita que há a necessidade de um profissional que acompanhe diariamente o processo de trabalho para que se tenha uma continuidade na produção.

*“[...] eu acho que a gente precisa de um profissional que esteja mais diretamente ligado a eles né diariamente, um profissional não sei...que esteja ali diariamente ali com eles...então hoje eu vou, amanhã outra pessoa vai e isso eu acho que acaba quebrando a rotina do trabalho assim né, porque ontem eu fui e a gente começou fazer isso, amanhã vai outra pessoa e começa a fazer outra coisa, então acho que falta uma pessoa pra estar ali, dar continuidade né.”(E5)*

Uma entrevistada aponta a necessidade da inclusão de mais pessoas para compor a equipe de incubação devido a grande demanda exigida pelos usuários, pois há muitos que ainda precisam de um maior acompanhamento e mais suporte para realizar as atividades.

*“Eu acho que podia ter mais profissionais pra acompanhar, porque tem algum...se você ficar junto incentivando, eles fazem, às vezes você não precisa nem ajudar em nada, mas tem que ficar ali incentivando. Então com todos que tem, às vezes é mais um que precisa de incentivo, tudo, precisa de auxílio em alguma coisa, então eu acho que é pouco né. Se tivesse mais gente talvez, pudesse melhorar [...] se tivesse mais pessoas, eu acho que seria um pouco mais fácil, até ter uma continuidade, ter uma pessoa vindo todos os dias da semana [...] talvez mais pessoas pra dar apoio, eu acho que ajudaria.”(E3)*

#### 4.1.3 Grupo tomar decisões sem influência da equipe

A equipe sente que há a necessidade de desenvolver as metas do grupo e não a da equipe. Acredita que o Recriart pode atingir a autogestão, de forma que os usuários passem a tomar as decisões e tomem consciência dos gastos.

*“Eu acho que precisava sentar e tentar desenvolver com eles, junto com eles o planejamento estratégico, porque tem as metas da equipe, mas tem que ver as metas do grupo também sabe: ‘E vocês o que vocês querem? Como que a gente pode fazer pra atingir?’.”(E3)*

Alguns membros demonstram a esperança de que os usuários, com o tempo, sejam os responsáveis por todas as decisões. As técnicas reconhecem que é um processo em construção e acreditam que, ao chegar nesta fase, a equipe já estará pronta para incubar outro empreendimento.

*“Eu acredito muito que com o tempo eles vão conseguir chegar na autogestão, sem o auxílio da equipe, eu acho que o que falta melhorar é com o tempo mesmo, que é que vai conseguir melhorar [...] que as decisões sejam pra eles decidirem...que eles façam as contas pra terem consciência dos gastos que tem.”(E1)*

*“[...] que o empreendimento é deles e que a gente tem só esse papel de apoio né...que vocês (usuários) vão comunicar as coisas pra gente, que a gente chegue aqui e eles vão comunicar o que foi a decisão pra gente entendeu?! [...] Quando a gente chegar nisso, acho que a gente já tá pronto pra incubar outro grupo...(risos)...quando a gente receber as comunicações ‘a gente vai, a gente não vai’, eu acho que é um processo de construção mesmo.”(E4)*

A equipe reconhece que muitas decisões ainda são tomadas por ela, o que necessita mudar para que assim os usuários consigam atingir a autogestão reconhecendo, que há avanços neste aspecto também. Desta forma, os membros da equipe assumiriam o papel apenas de apoiar, sendo necessário se policiar, buscando incluí-los nas decisões.

*“Eu acho que tem que avançar, nós temos que trabalhar em cima disso (tomada de decisão) [...] Eu acho que tá evoluindo, não tá no processo ideal, mas eu acredito que vai, que vai avançar [...] É, eu acho que a gente ficar mais no apoio mesmo, ficar na retaguarda e não fazendo por eles.”(E2)*

*“Então sempre que eu me policio, eu sempre jogo pra eles, se eles me perguntarem o que você acha que eu faço, eu sempre jogo, ‘o que você acha que você tem que fazê?’, pra eles começarem a se apropriar do que é deles, que o grupo é eles e não a gente né.”(E2)*

*“[...] incluir nas decisões, agora quando eu recebo e-mail, encomenda, tudo...eu tento passar pra eles também, tudo sobre o projeto, sei lá...tentar incluir o máximo possível em tudo [...].” (E3)*

#### 4.1.4 Necessitando de capacitação e melhoria na qualidade do papel e dos produtos

Alguns membros da equipe apontam a necessidade de capacitação dos usuários para que eles se sintam mais motivados a trabalhar e produzir novos produtos.

*“Eu acho que precisava de mais assim, oficina de artesanato, pessoal de fora viesse oferecer [...] Eu espero essa inovação de conhecimento pra eles mesmo, de oficinas terapêuticas pra eles mesmos ou oficinas abertas que o SESC oferece de artesanato. Eu acho que, se eles fizerem mais oficina sabe, diferente, eles vão trazer idéia diferente, vão produzir produtos diferentes, melhores, que já tá numa qualidade boa.”(E7)*

*“Eles até buscavam (fazer outros produtos), mas não tem oficina pra isso né, porque antigamente chegava e vamos supor, falava ‘quem quer ir fazê atividade no SESC, olha eu vou pagar pra duas pessoas’, então eles mesmos faziam a votação de quem ía, e eles íam e eles faziam. Até tem o material, mas eles não têm a idéia, e não é a gente profissional que tem que í, é eles, é eles que têm que í, é eles que têm que trazer a idéia, então eu sinto um pouco isso, tá um pouco vago isso.”(E7)*

A melhora na qualidade do papel e dos produtos é um aspecto abordado por alguns membros da equipe, pois relatam que alguns usuários se queixam que estão cansados de produzir os mesmos produtos por tanto tempo, e que gostariam de produzir novos e diferentes.

*“É...poder divulgar mais o serviço, eles têm que melhorar mais no papel, tinha que ter mais, no meu ponto de vista, tinha que ter um oficinairo ali para ensiná mesmo, pra dar aula pra gente, tanto pra nós (equipe) como pra eles (usuários).”(E6)*

*“Eu acho que podia melhorar um pouco mais o papel, porque eles mesmo reclamam, melhorar um pouco mais o papel e eles fazerem um outro produto com o papel também, porque eles falam ‘não aguento mais só fazê pasta, a gente queria fazê agenda, queria fazê’, o que eles falaram que queriam fazer? Sem ser bloquinho também, eles queriam fazer outros tipos de cartões, eles querem fazer outras coisas.”(E7)*

#### 4.1.5 Sendo necessário incluir novos usuários no grupo

Alguns membros da equipe apontam que na percepção deles o número de usuários no grupo está diminuindo e também há outros que não decidem se desejam continuar. Frente a isso, se faz necessária a inclusão de novos usuários, já que há uma lista de espera de pessoas que querem fazer parte. Afirmam ainda que o número pequeno de usuários acaba por sobrecarregar alguns, uma vez que nem todos se dispõem a comercializar.

*“[...] infelizmente o grupo tá diminuindo, então acho assim que deveria vir mais convite entre eles, tem uma lista de espera grande, porque tem bastante gente que começa a ir, não vai e outra, a meu ver, eu acho que deveria estar sendo feita uma outra reunião, ver realmente quem quer ficar, quem não quiser ficar saí pra poder deixar o pessoal da lista de espera entrar.”(E7)*

*“[...] hoje o espaço dá, podia pôr mais gente, porque têm dois espaços pro Recriart, tem a parte de baixo e a parte de cima né...e eu acho que podia pôr mais gente, porque na hora de feira, hora de feira é difícil, é poucos que querem vender, tem uns que é tímido, têm medo, não gosta de sair de casa e tá com dificuldade assim de fazer feira [...]Não sei, eu acho que cada um que sai já deveria colocar próximo da fila.”(E6)*

#### 4.1.6 Melhorar a comunicação, a inserção do grupo em novos espaços, a aquisição de mais encomendas e o aumento da renda

Uma entrevistada aponta que há a necessidade de melhorar a comunicação da equipe, de forma a favorecer a organização e o direcionamento do trabalho do técnico no processo de produção do grupo. Há relatos também sobre a necessidade de oferecer oportunidades aos usuários para conhecerem novos projetos, serem inseridos em mais lugares, participarem de novas feiras e eventos para que tenham contato com novos atores e tomem conhecimento de novos produtos. Um membro da equipe considera que tanto a participação em oficinas de capacitação e inserção em novos espaços poderiam favorecer a confecção de novos produtos, melhorar a divulgação e comercialização e, conseqüentemente, aumentar a renda.

*“Acho que essa comunicação não sei, criar um método extraordinário que eu ainda não sei como, de a gente conseguir se comunicar melhor, a organização do trabalho, porque às vezes eu acho que fica perdido né, você não veio, não sabe o que tem que dar continuidade, a gente sempre pergunta pra eles ‘mas o que é que precisa fazer?’.”(E3)*

*“[...] eu achava que eles deviam viajar mais, conhecer outros projetos né, outros...é...outras feiras, né, de...outras pessoas, não precisa ser exatamente de saúde mental, outras feiras, vamos levá-los pra vender sabe, é vamos...outros produtos, começa aprender outros produtos, não só esses, que esses aqui eles mesmos cansam de fazê, pastas, caixa de vinho, eu acho que deveria expandir outro lado, fazê outra coisa.”(E7)*

*“Acho que é o que tá faltando, faltando eles aparecerem mais nos lugares, tá faltando eles fazê algumas coisas mais pra eles assim, entendeu?!”(E7)*

Para algumas a aquisição de maior número de encomendas possibilitaria a estabilização do grupo e maior motivação aos usuários. Desta forma, eles se sentiriam mais comprometidos com o trabalho, o que contribuiria para a efetivação e consolidação do grupo enquanto empreendimento.

*“Olha eu acho que assim oh, se eles têm maior facilidade né, e o nosso produto tem maior facilidade em encomenda do que em venda avulsa, que a gente consiga, se a gente conseguir muitas encomendas estabiliza o grupo, eles ficam felizes, eles trabalham mais e também tem*

*uma renda maior, então eu acho que o grupo efetiva enquanto grupo, se consolida enquanto grupo, porque se tem encomenda, eles têm um outro, um outro vínculo de trabalho, eles adoram, eles gostam, entendeu?! E tem maior compromisso, então eu acho que o dia que tiver encomenda o grupo deslança, eu acho que um pouco é isso né.”(E4)*

Há ainda a reflexão/dúvida da necessidade ou não de melhorar a renda do grupo tendo em vista que alguns possuem alguma renda, mas a conclusão para uma entrevistada é clara: se é trabalho tem que gerar renda.

*“O importante não era a renda, muitos dali nem precisam, têm aposentadoria, têm benefício, a família ajuda, mas alguns precisam. Então eu acho que tem que melhorar, trabalho tem que gerar renda mesmo né, algo concreto, mas...eu acho que...é...não acho que é o mais importante, mas acredito que tem que melhorar, melhorar sim.”(E2)*

#### **4.2 Maior autonomia dos usuários e formalização do empreendimento**

As entrevistadas acreditam que os usuários possuem a possibilidade de caminhar sozinhos, pois estão conquistando maior autonomia. Esperam que o grupo passe a tomar as decisões necessitando menos de apoio e se tornem cada vez mais independentes, para que se faça possível a formalização do empreendimento.

##### 4.2.1 Acreditando no crescimento do empreendimento – divulgando e comercializando mais

A equipe percebe os usuários como um grupo forte, mesmo considerando um número pequeno de pessoas, e que neste momento apresentam a possibilidade de caminhar sozinhos. Espera ainda que o trabalho de apoio junto ao grupo concretize a divulgação e comercialização dos produtos para que assim o Recriart se consolide e cresça como empreendimento.

*“Eu acredito no grupo, eu acredito já no grupo, eles são em poucos, mas são forte [...] Então do meu ponto de vista, eu já acho que tão...já podem voar sozinho né, porque já faz 3 ou 4 anos a gente sempre foi, agora de segunda eles vão lá, eles abrem, eles fecham, eles tomam lanche sozinhos, vão embora, pegam ônibus, tudo sozinho, até esses dois que eu coloco no ônibus pro Aracy, se vira sozinho de segunda-feira.”(E6)*

*“[...] espero que a gente possa concretizar isso, fazer com que o empreendimento aumente, com que a gente consiga divulgar mais os produtos, principalmente dentro da universidade, que é um lugar...que é um campo muito fértil pra isso, pra fazer pastas pra evento, brindes pra fim de ano, cartão, enfim espero que a gente consiga dar um...caminhar ainda...crescer mais neste empreendimento.”(E5)*

#### 4.2.2 Esperando que o grupo necessite de menos apoio – tomando mais decisões (autogestão) e sendo mais independentes

Algumas técnicas de incubação esperam que o grupo necessite cada vez menos de apoio, que passem a ter mais iniciativa a fim de buscar melhorias para o grupo, tomem decisões sem necessitar tanto da equipe de apoio para que assim gerem mais renda e se tornem independentes. Desta forma as técnicas poderão incubar um novo empreendimento.

*“Espero que eles caminhem com um menos possível de apoio, porque como TO (terapeuta ocupacional) o principal objetivo é a autonomia né, de estar contribuindo hoje...eu gostaria que continuasse, que fosse cada vez melhor e não tivesse dependendo tanto de apoio [...] Eu acho que vai demorar um pouquinho, mas eu queria ver a autogestão mesmo sabe, eles decidindo sozinhos, que a equipe ficasse mais, olhando mesmo, que eles tivessem mais iniciativa, que a gente conseguisse atingir esse objetivo da renda, que bem ou mal também é importante, além da inclusão social.”(E3)*

*“Olha, que a gente consiga assim né, que a gente consiga que eles fiquem o mais independente possível né [...] Eu espero que eles fiquem o mais independente possível, que eles consigam ter uma renda razoável né e também que eles consigam assim, que esse fundo né...que for construindo pra que eles tenham um espaço, pra que eles fiquem independentes, para que a gente possa incubar outro grupo, começar em outros empreendimentos.”(E4)*

*“Então vai chegar um tempo que eles não vão mais precisar da gente.”(E7)*

Há uma entrevistada que relata que há um avanço em relação aos usuários, pois estes já vêm demonstrando uma dependência menor em relação ao apoio e estão mais confiantes e mais seguros em suas atividades e decisões.

*“É um pouco mais a equipe (que busca pontos de venda), não é tanto eles, mas...futuramente chega, porque do jeito que tá indo, eles tão bem soltos, bem mais confiante, mais seguro, eles têm a responsabilidade na mão.”(E7)*

Uma técnica de incubação espera que os usuários não necessitem tanto do apoio da equipe, uma vez que reconhece que a independência total é uma utopia. Ainda sugere a inserção de novas pessoas que não sejam da saúde mental, pois na visão dele, isso facilitaria este processo de independência em relação à equipe de apoio e à incubadora.

*“Ah, eu espero que avance, que eles...é...que eles se apropriem cada vez mais do que é deles né, que eles avancem em relação a isso e que...eu acho que é meio irreal, meio utópico, eu acho que...eu espero que um dia eles não dependam tanto do apoio assim [...] É...acho que mais independência da incubadora né, e eu acredito que...integrar pessoas que não estejam tão comprometidas em relação à saúde mental pode também ajudar o grupo, desde que seja trabalhada a questão da subordinação e eu acho que...eu aposto nisso, pode ser utópico, mas é o que eu desejo para o grupo né, pra que outros grupos possam ser formados, além do Recriart.”(E2)*

Outro membro acredita ainda que se faz necessário arriscar mais, deixando que os usuários se apropriarem mais do empreendimento, de modo que a equipe fique apenas na retaguarda para o caso de precisar intervir em alguma situação.

*“Então assim, começar a arriscar mesmo, vamos tirar mais um dia do CAPS, ir aos poucos, gradualmente e aí eles irem né...e aí eu acho que quanto mais o apoio ficar na retaguarda, ficar mais de fora, mais o grupo vai se apropriar, porque se tem alguém que faça por eles, eles não vão ter que fazer...Então acho que a gente tem que continuar com este trabalho de arriscar mesmo, se tiver problema a gente tenta resolver, mas se não tiver ótimo, é sinal de que o grupo tá avançando.”(E2)*

#### 4.2.3 Esperando a formalização do empreendimento

Neste momento do processo de incubação a equipe espera ainda que o Recriart se torne uma cooperativa ou uma associação para que os usuários possam seguir sozinhos, sem contar com o apoio constante de uma equipe, e que ainda sejam mais organizados e consigam atingir a independência.

*“[...] queria ver eles funcionando mais como uma cooperativa que necessitasse menos de apoio sabe, que o apoio fosse uma coisa só de apoio mesmo. Eu queria ver eles assim como cooperativa formada mesmo, mais organizada.”(E3)*

*“[...] a questão de mercado, deles conseguirem concretizar como empreendimento, eu acredito que eles vão conseguir sim. Ah...eu espero que eles consigam formar uma cooperativa ou uma associação né, que a maioria dos empreendimentos aqui de São Carlos são associação [...] Eu acho que a formalização...eu acho que vai acontecer em breve, espero que aconteça...Ah é isso assim..que eles consigam independência e...acho que é isso.” (E1)*

*“Eu acho que vão se tornar uma boa cooperativa...que eles têm assim essa vontade, que eles buscam, isso que é interessante.”(E7)*

## DISCUSSÃO DA EXPERIÊNCIA DA EQUIPE À LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO E DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar a experiência da equipe de incubação do grupo Recriart, tendo como pano de fundo os referenciais da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária. Assim, iniciamos esta pesquisa com o questionamento de como tem sido para a equipe a experiência de participar do processo de incubação de um empreendimento solidário formado por usuários de saúde mental.

Da análise minuciosa dos relatos obtidos nas entrevistas com os integrantes da equipe de incubação desse grupo apreendemos quatro categorias temáticas: “Considerando a incubação como um processo: aprendendo e encontrando os significados de ser apoio”; “Apontando facilidades e dificuldades no processo de construção do empreendimento”; “Visualizando resultados da inclusão pelo trabalho: percebendo a melhora dos usuários”; “Apontando necessidades de mudanças no processo, esperando uma maior autonomia dos usuários e a formalização do empreendimento”.

Na **primeira categoria temática** as entrevistadas trazem que a incubação é um processo novo, gratificante, em que afirmam estarem aprendendo na prática o **papel de ser apoio** apontando ainda as várias atividades que o compreendem. Mesmo frente a dúvidas e conflitos, as entrevistadas referem que esta experiência vem possibilitando aprendizado tanto para a vida profissional quanto pessoal e que, como é um trabalho em equipe, proporciona a troca de saberes entre seus integrantes.

Pesquisa realizada com profissionais de uma incubadora do Rio Grande do Sul também aponta que a construção de um empreendimento na economia solidária possibilita crescimento mútuo devido às constantes trocas de saberes com respeito às práticas, visões ou concepções dos componentes do grupo de organização e condução das ações (LECHAT, BARCELOS, 2008).

Muito embora haja aprendizado, também há dúvidas e conflitos. Em relação à dúvida, apresentada por uma entrevistada, presente no início do processo de incubação, não podemos deixar de analisá-la. Esta se refere ao não saber o quanto as técnicas deveriam ou não estar presentes, fazendo junto com os usuários, ou seja, a dificuldade de se determinar com clareza a medida correta da presença das técnicas, uma vez que este processo/trabalho era novo para todos. Apontamos e enfatizamos a necessidade e importância da presença dos técnicos neste processo entendendo que este apoio/proteção representa tutela no sentido de

direito à saúde, ou seja, na busca pela emancipação do usuário para que este conquiste ou recupere sua autonomia e responsabilidade.

Ballan (2010) salienta que os empreendimentos solidários da saúde mental necessitam de suporte para organização, concepção, planejamento e execução, sendo necessário o apoio e financiamento inicial para sua instalação e consolidação. Desta forma identificamos que é de extrema importância a presença das técnicas apoiando e contribuindo para que o grupo se desenvolva.

Ainda consideramos que os profissionais que trabalham em empreendimentos solidários necessitam compreender, assim como afirmado por Torre e Amarante (2001) que, a nova forma de lidar e cuidar de usuários da saúde mental, requer a construção de uma relação de contrato com o sujeito que substitua a relação de tutela instaurada pela psiquiatra.

Nesta categoria, as técnicas também identificam o seu papel junto ao grupo que se constitui em apoiar os usuários, nas mais diversas atividades do processo de produção, divulgação e comercialização. Desta forma, definem que o papel do técnico é o de buscar **não fazer por** eles, mas **com** eles, orientando-os, incentivando-os e não direcionando o trabalho realizado por eles, o que aponta para um papel de educador/facilitador.

Estes achados vêm ao encontro do que Cançado e Cançado (2009, p.200) apontam como papel dos técnicos de incubação quando salientam que “as ações destes devem ser feitas **com** os cooperados e **não** para eles, para que haja valorização dos saberes e ocorra a efetiva participação de todos os cooperados na tomada de decisão” (grifos dos autores). Portanto, compreendemos que o papel do técnico é o de facilitador, de mediador do processo, enquanto que o cooperado é o protagonista. Desta forma o técnico não decide sozinho a condução do planejamento do empreendimento, mas facilita junto com os cooperados.

Assim, como possuem o papel de educador, concordamos com Cançado e Cançado (2009) quando assinalam que os técnicos necessitam de uma busca constante por capacitação antes de passarem a utilizar a metodologia para que possam aprimorar aspectos técnicos e também subjetivos como a sensibilidade, compreensão, intuição e tato, que devem ser usados em todos os momentos. Frente à recomendação da capacitação dos técnicos em metodologia de incubação não podemos deixar de assinalar que, no contexto estudado, além da constatação de que nem todos os integrantes da equipe de incubação tenham cursado a ACIEPE oferecida pela INCOOP identificamos a necessidade do aprofundamento, pela equipe, da própria metodologia.

Ainda há relatos das entrevistadas considerando como sendo papel do técnico a desmistificação da loucura, ou seja, a necessidade de trabalhar o preconceito; a diferenciação

das oficinas terapêuticas realizadas no CAPS do processo de inclusão pelo trabalho dos usuários; emprestar poder de contratualidade; a construção da independência e autonomia dos usuários e a constante busca pela inclusão dos usuários em novos espaços.

Em relação à desmitificação da loucura, Jorge e Beserra (2004) em estudo realizado com profissionais de um CAPS encontraram a preocupação desses em relação ao temor do outro em face da doença mental, mostrando o medo que há frente àquilo que não se conhece. Os autores enfatizam que há a persistência da questão da periculosidade do “louco” que deve ficar isolado da sociedade cujas concepções encontram-se ainda fortemente presentes no imaginário coletivo.

Amarante (2007, p.73) salienta que se faz importante envolver a sociedade para discutir a dimensão sociocultural com o “objetivo de provocar o imaginário social a refletir sobre o tema da loucura, da doença mental, dos hospitais psiquiátricos, a partir da própria produção cultural e artística dos atores sociais (usuários, familiares, técnicos)”. A discussão sobre esta dimensão é possibilitada pela transformação das pessoas na forma de se relacionar com os sujeitos em sofrimento psíquico, se dirigindo a eles e não às doenças, pois assim será possível a construção de um novo imaginário social em relação à loucura e aos sujeitos em sofrimento, que não seja de rejeição ou tolerância, mas de reciprocidade e soliedariedade.

Verificamos assim que o preconceito em relação à loucura não está presente apenas no contexto onde se insere o empreendimento Recriart, mas é uma realidade existente em torno da saúde mental, sendo esta questão abordada em vários estudos que apontam ser este ainda um problema muito presente em nossa sociedade (HIRDES, 2009; RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2010; ZANON; CAMPOS, 2009).

Além do preconceito constata-se ao longo da história em torno da loucura que o doente mental tem seu poder contratual reduzido pelas próprias dificuldades que a doença e o tratamento impõem (MOTA; BARROS, 2008).

De acordo com Kinoshita (1996), o poder contratual é uma pré-condição para qualquer processo de intercâmbio, de trocas que abrangem três dimensões fundamentais: trocas de bens, de mensagens e de afetos. Quando a pessoa é rotulada como doente mental, seu valor pressuposto é negativo, seu poder de contrato é anulado e qualquer possibilidade de trocas mostra-se impossibilitada, uma vez que seus bens são considerados suspeitos, suas mensagens incompreensíveis e seus afetos desnaturados.

Desta forma, entendemos que ao inserí-los no “mundo” do trabalho, há a necessidade da equipe envolvida no apoio emprestar poder de contratualidade que, como bem

define Kinoshita (1996), significa utilizar do prestígio, da delegação social, do saber reconhecido pela sociedade aos profissionais, para possibilitar relações e experiências renovadas aos usuários. Assim, há a possibilidade de proporcionar retorno do sujeito com respeito, ou seja, garantir os direitos como cidadãos.

A construção da independência e autonomia dos usuários também é apontada pelas técnicas como uma busca constante no processo de apoio, diante da qual se torna necessário analisar e refletir sobre estes conceitos.

Pereira (2007) assinala ao analisar o trabalho de profissionais envolvidos na assistência à pessoa em sofrimento psíquico que o conceito de autonomia deve ser elaborado pelo próprio profissional envolvido, pois pode representar significados como independência e auto-organização. Andrade (2008), ao analisar/refletir sobre alguns comportamentos do processo de incubação do grupo Recriart, também aponta a necessidade de definição pelos profissionais/mediadores do que seja autonomia neste contexto.

Kinoshita (1996) ao analisar estes conceitos, aponta a autonomia como sendo uma condição mais ampla, que significa a pessoa gerar normas, ordens para a própria vida, de acordo com as situações a serem enfrentadas, sem entender esta como autossuficiência e independência, uma vez que todos têm dependências. Esse autor ainda considera que o problema dos usuários é, na realidade, a dependência excessiva de apenas poucas relações/coisas.

Muito embora o objetivo desta pesquisa não compreenda a análise dessa questão, os relatos das entrevistadas nos levam a afirmar que, estas utilizam os conceitos de autonomia e independência como sinônimos. Por outro lado, constatamos que neste contexto, as técnicas consideram autonomia como a possibilidade/expectativa dos usuários saberem fazer ou executarem todas as atividades que envolvem a produção e comercialização sozinhos, portanto, sem a ajuda/apoio das técnicas, participando e sendo responsáveis por todas as etapas do processo.

Além destes significados, Rodrigues, Marinho e Amorim (2010) salientam que em estudo realizado com profissionais envolvidos no trabalho com usuários de saúde mental, os sentidos de trabalho relacionam-se à conquista de independência e autonomia, enquanto possibilidade de independência econômica e moral da família.

As entrevistadas apontam ainda, nesta categoria, várias das atividades que constituem o seu trabalho, embora considerem difícil reconhecer/listar todas elas. Ressaltam que as mesmas vão surgindo no decorrer do processo e da rotina do trabalho, o que, a nosso ver, denota a dificuldade de se definir com clareza e planejamento as responsabilidades de

cada técnica no processo de incubação. Dentre as descritas encontram-se: contribuir na organização da produção; ajudar os usuários a lidar com conflitos; participar das diversas comissões e do processo de divulgação; participar das reuniões e assembleias do grupo; construir parcerias para consolidar e fortalecer o empreendimento; ensinar a confeccionar produtos, apoiando os que têm maior dificuldade em habilidades motora e técnica de forma a buscar melhorar a qualidade.

Além destas identificamos que, dentre as entrevistadas, há ainda aquelas que reconhecem como suas, algumas atividades atribuídas pela coordenadora do CAPS, que se relacionam ao núcleo de sua profissão/ocupação, sendo elas: oferecer medicação e lanche, suporte emocional em momento de crise e acompanhar os usuários no percurso até o local da produção.

Estes dados reforçam os achados de Andrade (2008), que também aponta, no estudo realizado no Recriart, a dificuldade em relação à falta de conhecimento sistematizado e estabelecido sobre os papéis e funções de cada técnico de incubação. Este autor ainda ressalta que o papel de cada técnico deve ser definido no processo para que não haja dúvida da responsabilidade de cada um e que tais definições evitam possíveis conflitos no trabalho em equipe, que podem acarretar prejuízos sobre os resultados esperados. Concordamos ainda com a sugestão deste autor quando aponta que garantir a identificação das funções de cada técnico, com linguagem clara e de modo completo, pode ajudar a equipe a compartilhar a compreensão dos seus papéis no processo.

Finalmente, em relação ao papel das técnicas, chama nossa atenção o fato dos mesmos apontarem como sendo suas atividades somente aspectos relacionados ao apoio oferecido aos usuários no processo de construção cotidiana do empreendimento e a ausência de referência à produção de conhecimento, uma vez que se tem a universidade como parceira nesta construção e espera-se a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Este fato reforça a necessidade de definição clara dos papéis dos diferentes técnicos da equipe de incubação.

Na **segunda categoria temática** as entrevistadas trazem as facilidades e dificuldades enfrentadas no processo de incubação do grupo. Dentre as **facilidades**, identificamos o próprio trabalho em equipe multiprofissional, formado por profissionais com diferentes formações e visões. Este é apontado ora como um fator facilitador, pois possibilita o aprendizado, a troca de saberes havendo ainda a referência de cooperação entre os integrantes da equipe, ora como dificultador do processo, uma vez que implica na existência de conflitos.

Fortuna et al. (2005) afirmam que trabalho em equipe em saúde se apresenta como uma rede de relações entre pessoas, relações de poderes, saberes, afetos e desejos. Trabalhar em equipe significa se relacionar, desenvolvendo tarefas em conjunto, tendo essas que ser maiores do que a soma das parcelas do trabalho de cada um.

A equipe de incubação da Incubadora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) reconhece a importância, na atuação profissional, da integração dos conhecimentos. Aponta que nesta constituição se deve trabalhar de forma integrada com foco no fortalecimento do coletivo em todas as etapas do processo (LECHAT; BARCELOS, 2008).

Estudo realizado por Filizola, Milioni e Pavarini (2008) sobre o trabalho em equipe de um CAPS frente à nova organização do trabalho em saúde mental mostrou que os profissionais consideram o trabalho em equipe como uma experiência nova e muito boa, que proporciona aprendizado devido à troca de experiência e conhecimento que cada profissional traz para compartilhar. Também afirmam que o trabalho em equipe naquele serviço possibilitava colaboração, divisão de responsabilidades, busca de entendimento diante das diferentes visões, respeito pelo outro, amizade, capacidade de ouvir, companheirismo, união e tomada de decisão conjunta.

As técnicas relataram que há satisfação no trabalho de apoio realizado ao grupo, pois além do aprendizado que ele vem proporcionando há a possibilidade de criação de vínculo e relacionamento próximo aos usuários. Tais dados corroboram com os de Filizola, Milioni e Pavarini (2008), as quais salientam que o trabalho em equipe favorece o vínculo com os usuários de um CAPS e, desta forma, possibilita a melhora dos mesmos, portanto, atingindo um dos resultados esperados pelo trabalho.

As entrevistadas também apontam como um fator facilitador do processo a parceria construída entre o CAPS e a universidade e, o apoio do município. Ainda para um melhor resultado do trabalho no Recriart, principalmente, por ser um empreendimento solidário em processo de incubação, verificamos que para seu o desenvolvimento e fortalecimento é importante a busca constante por novas parcerias para assim conseguir atender a várias necessidades/demandas do processo. Dentre elas as técnicas ressaltam as parcerias construídas para a capacitação na atividade produtiva, da gestão do empreendimento, disponibilização do acompanhamento técnico permanente até que se possa produzir capacidade de suprir este acompanhamento e recursos para investimento. Também, Rech (2003) enfatiza que as parcerias possibilitam a busca da construção de novas relações “extramercado”.

Conforme apontado em documento do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005a) as iniciativas de geração de renda de uma forma geral e, não apenas aquelas voltadas à saúde mental, necessitam de parcerias. Assim, é importante que haja apoio não só da saúde mental e da economia solidária, mas de outros Ministérios, outras Secretarias e outros parceiros. Cruz (2002) também enfatiza que a universidade é uma grande parceira destas iniciativas, uma vez que pode aliar pesquisa e educação de forma a possibilitar apoio e contribuição para o crescimento dos empreendimentos solidários.

Para contribuir ainda no fortalecimento do grupo, as entrevistadas apontam que a presença de encomendas possibilita resultados positivos. As técnicas referem que, frente a encomenda, os usuários se sentem mais empenhados/motivados em produzir e relatam a diferença presente no ritmo de trabalho, compromisso, organização e responsabilidade com a entrega. Em pesquisa realizada em um empreendimento solidário, não especificamente da saúde mental, os próprios sócios reconhecem também que o tempo e o ritmo de trabalho aumentam quando há mais encomendas, com menor prazo para a entrega (BARFKNECHT; MERLO; NARDI, 2006).

Constata-se assim a importância de se contar com encomendas para que o grupo caminhe com mais motivação, rendimento e compromisso com o trabalho. De acordo com Ballan (2010), em trabalho realizado em empreendimento solidário da saúde mental, o fato de terem um contrato para prestação de serviço permite aos trabalhadores planejar, criar estratégias de produção e regularidade, possibilitando superação e aprimoramento da organização do trabalho e aumentando de forma significativa a renda mensal dos usuários.

Em uma experiência desenvolvida em Porto Alegre (RS), encontrou-se em entrevista concedida para reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo (2007) que: "em fim de ano, quando temos encomendas grandes, ou quando vamos participar de alguma feira, ganhamos bem mais" (MENDES, 2007, p.122). O que se assemelha ao Recriart que, na presença de encomenda, há mais trabalho e vislumbra-se um maior retorno financeiro.

Ainda como fator facilitador, há o reconhecimento claro das entrevistadas que percebem que a inclusão pelo trabalho possibilita aos usuários terem seu próprio dinheiro, o que concretiza, segundo Saraceno (1999), o processo de articulação no campo dos interesses, das necessidades e dos desejos, uma vez que permite a eles adquirirem bens que antes não era possível. As técnicas também identificam que este empreendimento representa um lugar que possibilita aos usuários experimentarem "itinerários de produção de emancipação, da ampliação da contratualidade social" (NICÁCIO, 2005, p.78), onde, ao decidir o que fazer com o dinheiro do seu trabalho, o usuário passa a ser uma pessoa com direitos e com valor.

Entretanto, para além das facilidades apresentadas, o processo de incubação também apresenta muitas **dificuldades**. Estas se relacionam a aspectos da produção, tais como falta de organização, não havendo planejamento e rotina nas atividades, o que leva à falta de materiais e produtos; inadequação do espaço de produção, por ser pequeno, ter presença de escadas e por ser um local distante, dificultando a locomoção dos usuários; confecção de produtos com qualidade; renda insatisfatória; falta de capacitação constatada pela dificuldade da equipe em manusear equipamentos.

Além dessas, há dificuldades referentes à comercialização e divulgação; à falta de comunicação e rotatividade de membros da equipe; à efetivação da autogestão; à construção da autonomia dos usuários; ao reconhecimento por parte dos usuários do Recriart em relação ao trabalho e em saber que o empreendimento é deles. Há dificuldades e conflitos na equipe em saber lidar ou falar com o usuário frente ao erro, à qualidade e ao que, se considera bonito na produção dos produtos, sem desestimulá-los. E ainda em reconhecer que o tempo dos usuários para realizar e concluir as atividades (trabalho) é diferente.

Em relação à renda, a equipe a considera como sendo insatisfatória e, frente a este limite, questiona se o empreendimento se constitui realmente em trabalho ou, na ausência de uma renda efetiva, ele não se caracterizaria mais como uma atividade de “ocupação do tempo ocioso”. Zambroni-de-Souza (2006) salienta que as iniciativas de trabalho formadas por pessoas com transtorno mental, além de serem incipientes, são pouco lucrativas.

Salientamos que a baixa renda gerada pelo Recriart não é uma situação específica deste grupo solidário e, muito menos somente dos empreendimentos constituídos por usuários de saúde mental. Esta problemática também se encontra presente, como apontado por Adriano (2010), em outros empreendimentos solidários da economia solidária. Segundo esta autora, os empreendimentos solidários nascidos da crise e desenvolvendo-se, em sua maioria, de forma periférica ao capitalismo, em geral, possuem ainda bastantes dificuldades para sobreviver economicamente.

De acordo com documento do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005a) embora os serviços de saúde mental permitam e fomentam a criação de oficinas de geração de renda, estas experiências mesmo que com bons resultados, caracterizam-se ainda por sua fragilidade de sustentação tanto institucional quanto financeira.

Capacle (2010) afirma que alguns obstáculos são encontrados para a efetiva geração de renda, sendo estes relacionados à baixa inserção dos produtos no mercado, pouca divulgação e pouco conhecimento dos produtos e dos serviços do EES, baixa qualidade dos produtos ou serviços do EES, produção em baixa escala, entre outros. Desta forma

constatamos que estas dificuldades estão presentes de uma maneira geral na maioria dos empreendimentos da economia solidária e que se faz necessária a busca por estratégias para superá-las.

Ballan (2010) aponta que em estudo realizado em um empreendimento da saúde mental constatou-se que o aumento da renda está relacionado ao aperfeiçoamento do produto, além também do reconhecimento, por parte do mercado, da qualidade do mesmo.

A divulgação e comercialização também foram apontadas como dificuldades pelas técnicas, pois tais problemas afetam diretamente a renda. Rech (2003) salienta que um dos aspectos agravantes para as dificuldades na comercialização dos empreendimentos solidários é a disponibilidade de produtos com qualidade e quantidade a serem inseridos no mercado. Estes apresentam uma pequena produção e ainda não conseguem superar os custos nem manter a regularidade da oferta no mercado capitalista.

No Recriart a questão da comercialização está ainda vinculada a um preço mais elevado por ser um produto artesanal com valor agregado, que acaba por restringir o público alvo pois, como afirma Rech (2003), a produção artesanal ou a baixa produção tornam os produtos mais caros, afastando assim o público que se espera alcançar com a economia solidária.

Devido a essas dificuldades e, como estratégia de superação tem-se apontado a importância de construção de redes de comercialização de economia solidária. O Caderno Temático, da Conferência Temática de Cooperativismo Social (BRASIL, 2010a) aponta a necessidade de constituir redes de proteção sociais voltadas às iniciativas do cooperativismo social por meio da articulação intersetorial.

Dal Magro e Coutinho (2008) afirmam que esta inserção em rede se faz necessária uma vez que estas iniciativas geralmente são frágeis economicamente e empreendidas por sujeitos marginalizados da sociedade, o que pode levar a sérios riscos, tais como falência financeira ou adequação aos moldes capitalistas quando têm que enfrentar a concorrência ou situações políticas desfavoráveis.

As entrevistadas mencionaram também dificuldades relacionadas à falta de comunicação e a rotatividade entre os membros da equipe, o que conduz à busca de estratégias de enfrentamento. A dificuldade de comunicação da equipe prejudica a continuidade nas atividades e leva à perda de informações discutidas durante o processo de produção e, por isso, tem-se buscado saná-la mediante a criação de grupo de e-mail da equipe, muito embora nem todos consigam acessá-lo, além da continuidade das reuniões de equipe.

Em relação à rotatividade dos membros da equipe, as entrevistadas apontam o prejuízo, já que os usuários criam vínculo com as técnicas e, após um período, ocorre troca. Podemos constatar que a rotatividade na equipe refere-se tanto aos trabalhadores do CAPS (há uma auxiliar de enfermagem integrante da equipe com contrato temporário de trabalho) quanto aos integrantes da universidade (há rotatividade de alunos e da técnica de incubação, que possui contrato temporário). Frente à presença de contratos temporários de trabalho salientamos a questão da precarização do trabalho da equipe tanto na universidade quanto na saúde, sendo esta última apontada em alguns estudos (MILHOMEN; OLIVEIRA, 2009; FILIZOLA; MILIONI; PAVARINI, 2008).

Quanto à rotatividade dos alunos, entretanto, há que se trabalhar melhor as saídas destes com os usuários tendo em vista que esta é uma característica da natureza do trabalho na universidade.

Além das dificuldades apontadas até o momento, há a relevante questão dos limites para se concretizar a autogestão, uma vez que as técnicas reconhecem que a decisão ainda se concentra, por vezes, na equipe. Considerando essa problemática assinalamos, primeiramente, que esta é uma dificuldade encontrada também em outros empreendimentos da economia solidária, não sendo especificamente da saúde mental e deste processo de incubação. Reconhecemos que a busca pela autogestão é importante uma vez que possibilitará aos usuários se tornarem responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho tomando todas as decisões relativas ao empreendimento. Rech (2003) salienta que a falta efetiva de envolvimento nas decisões, a não participação e não exercício de poder e responsabilidade de todos os sócios nos empreendimentos causam prejuízos à organização, assim como interferem nos aspectos organizativos vinculados à solidariedade e à participação democrática.

Entretanto, para que a autogestão seja efetiva Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) apontam que é necessária a busca permanente de capacitação e de assessoria para assim constituir e desenvolver a gestão solidária. Lechat e Barcelos (2008) afirmam que muitos projetos são solidários, cooperativos, mas não chegam a ser autogestionários.

A autogestão é associada a uma nova concepção de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania. Ainda não basta querer que a autogestão seja implantada, mas é preciso criar condições para sua efetivação, e segundo Lechat e Barcelos (2008), este é um processo lento, difícil e que requer paciência dos envolvidos, pois a autogestão necessita de um tempo de aprendizado que promova a transformação da heteronomia para a autonomia e da heterogestão para a autogestão. Para educar os sócios para autogestão,

consequentemente, estaremos promovendo autonomia e a inteligência coletiva dos trabalhadores (ADRIANO, 2010).

A construção da autonomia é considerada pelos entrevistados como uma tarefa difícil, pois em alguns momentos, a equipe necessita realizar algumas atividades ou tomar decisões pelos usuários e não com eles, devido à urgência do tempo e da necessidade imposta pela realidade. Diante dessa dificuldade há uma entrevistada que questiona se a autonomia plena e total não é uma utopia. As técnicas apontam que os usuários ainda são muito dependentes da equipe nas várias atividades executadas pelo grupo, muito embora em outros momentos também apontem melhora na independência e autonomia dos mesmos. Kinoshita (1996, p.57) afirma que a dependência dos usuários é antes de mais nada quantitativa, pois há dependência excessiva de poucas relações/coisas, sendo esta situação de dependência restrita/restritiva a responsável pela diminuição da autonomia. “Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas coisas pudermos ser, pois isto amplia as nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida”.

O trajeto que compreende a saída da condição de sujeito até a transformação em um usuário que luta para produzir cidadania para si e seu grupo passa necessariamente pelo aspecto central da autonomia. Em invés da cura, busca-se a autonomia. A cura cede espaço à emancipação, mudando a natureza do ato terapêutico para a produção da autonomia, cidadania ativa, desconstruindo a relação de tutela e o lugar de objeto que captura a possibilidade de ser sujeito (TORRE; AMARANTE, 2001).

Desta forma podemos afirmar que a dificuldade de construção da autonomia está muito relacionada com a capacitação dos usuários para o trabalho e também com as atitudes/comportamentos das técnicas de incubação envolvidas no apoio aos usuários no empreendimento, pois são estes aspectos que contribuirão para o maior ou menor avanço da autonomia dos usuários.

Além das dificuldades apresentadas, os relatos apontam ainda o fato dos usuários não reconhecerem o Recriart como trabalho, mas como terapia, o que contradiz claramente os achados de pesquisa realizada com os sócios deste empreendimento. De acordo com Milioni (2009), os integrantes do Recriart o consideram como trabalho e ainda o diferenciam de experiências profissionais anteriores, apontando vários aspectos positivos por estarem inseridos nesse empreendimento, incluindo o reconhecimento da diferença em não ter padrão, ou seja, de ter o poder de decisão.

As técnicas apontaram também a dificuldade dos usuários visualizarem o empreendimento como sendo algo seu. Saraceno (1999) salienta que há dificuldade em fazer

com que os usuários consigam se tornar empreendedores com respeito a si mesmos. Entretanto, esta não é uma questão presente apenas neste contexto, ou seja, um empreendimento formado por usuários de saúde mental, mas também de outros da economia solidária. De acordo com Adriano (2010, p. 129) há “dificuldade dos trabalhadores de empreendimentos solidários combinarem, subjetivamente e objetivamente, a posse individual com a posse coletiva do empreendimento”.

Esta autora ressalta ainda que o duplo papel de sócio/trabalhador é de difícil compreensão, pois há questionamentos como: “Qual o momento de exigir os direitos? Qual o momento de assumir os deveres e responsabilidades? O que significa ser dono do negócio? Deve haver hierarquia ou não? Como fica a coordenação dos processos e funções?” (ADRIANO, 2010, p.129). Segundo esta autora, estas são perguntas que permeiam as concepções de trabalho dos sócios dos empreendimentos solidários e de empresas de autogestão. Neste sentido podemos também compreender a queixa das técnicas em relação aos usuários por não terem consciência dos custos efetivos do empreendimento.

Rech (2003) contribui para a reflexão dessa problemática ao apontar que o empreendimento solidário representa afirmação da autonomia dos indivíduos em uma perspectiva de se reconhecerem como sujeitos de direitos e com capacidade criativa e, não apenas, mero executores de atividades.

Há ainda o conflito presente na equipe no que se refere à dificuldade em lidar ou falar com os usuários frente ao erro, à qualidade e o que se considera bonito na produção dos produtos, sem desestimulá-los. A este respeito, concordamos com Andrade (2008) ao refletir sobre alguns comportamentos dos mediadores no processo de incubação deste grupo quando aponta a necessidade de definição precisa pela equipe de como lidar com estas questões evitando assim conflitos nas relações.

Na **terceira categoria temática** a equipe apresenta sua percepção sobre a melhora e evolução dos usuários no que se refere tanto às habilidades para o trabalho quanto para a produção de vida. Este reconhecimento é apontado, principalmente, pelas técnicas que acompanham o grupo desde seu início. Apesar de todas as dificuldades mencionadas há de se reconhecer o avanço conquistado pelo grupo. Sendo assim, Hirdes (2009) afirma que apostar nas pessoas, portanto inserí-las no trabalho, remete a acreditar na potencialidade dessas para a mudança de padrões e comportamentos e na aquisição de habilidades que lhes permitem viver em sociedade.

Os depoimentos salientam o reconhecimento de ganho/avanço na autonomia e apontam que os usuários estão apresentando mais iniciativa e habilidades técnicas para o

desenvolvimento das atividades no Recriart, o que resultou na melhora considerável da qualidade dos produtos. De acordo com Saraceno (1999), ao alcançar a qualidade do produto, a autoestima do produtor se qualifica, resultando em mudanças positivas na vida e no trabalho dos usuários. Ballan (2010) salienta também que os empreendimentos solidários contribuem para o desenvolvimento de habilidades dos usuários, contribuindo para auto-estima e identidade na relação de cooperação e solidariedade.

Mendes (2007) encontrou em um empreendimento solidário da saúde mental que as atividades têm favorecido a aquisição e treinamento de habilidades para o trabalho manual e cognitivo, para as trocas afetivas e sociais, principalmente, daqueles participantes mais ativos e interessados.

As técnicas de incubação ainda referem que os avanços têm possibilitado que os usuários se vejam como um coletivo, em que cada um deve fazer a sua parte para o bem do grupo, além também de se relacionarem/socializarem com os colegas. Dejours<sup>4</sup> (1999) citado por Barfknecht, Merlo e Nardi (2006) afirma que trabalhar não é apenas exercer atividades produtivas, mas conviver com os colegas de trabalho para chegar a uma composição, aprender, opinar, dar parecer e deliberar coletivamente.

Outro resultado positivo encontrado nas falas das entrevistadas é a mudança de papel dos usuários dentro da família. Teixeira e Filizola (2008) apontaram, em estudo realizado com familiares dos usuários do Recriart, que a família reconhece a importância do trabalho e também a melhora que este traz para a vida de seus familiares. Mesmo que o ganho financeiro seja pequeno, os familiares reconhecem que os usuários se sentem valorizados e têm uma melhora na autoestima, sendo, portanto, o trabalho no grupo, um gerador de sentido existencial, o que evidencia o seu caráter emancipatório.

Dal Magro e Coutinho (2008) afirmam que esta emancipação pode ser promovida por meio do trabalho nas cooperativas, uma vez que seu potencial emancipador ocorre na medida em que há mudanças nas condições de vida das pessoas inseridas nos empreendimentos. Salientam também que o processo emancipatório vai além da esfera econômica e não envolve somente um modo de produção, distribuição e consumo, mas a constituição de sentidos que permitem a reorganização das atividades humanas propostas por estas práticas alternativas. Desta forma constata-se que nesses empreendimentos há a possibilidade de produzir novos sentidos aos processos de trabalho e também aos sujeitos neles inseridos.

---

<sup>4</sup> Dejours, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Entendemos que esses sentidos se relacionam também com a proposta de desinstitucionalização, que ao buscar a produção de vida e a reprodução social promove a reconstrução de sentidos, de produção de valor, reingresso no corpo social, consumo, trocas e novos papéis (ROTELLI, 1990). Dessa maneira, esses novos sentidos ocorrem na medida em que os usuários são reinseridos no trabalho e reconhecidos como sujeitos trabalhadores.

Assim, as entrevistadas afirmam que, se antes os usuários eram vistos e tratados como “doentes”, após começarem a trabalhar no empreendimento passaram a assumir algumas funções/responsabilidades na dinâmica familiar. Também são considerados, perante seus familiares e sociedade de maneira geral, como trabalhadores, portanto seres capazes e úteis, restituindo-lhes o poder contratual e cumprindo o alcance da reabilitação psicossocial.

Este fator é extremamente importante, pois como afirmam Rodrigues, Marinho e Amorim (2010) quando os usuários possuem a possibilidade de contribuir financeiramente para com as despesas domésticas, expressam o sentimento de ser útil. E estes movimentos de mudanças podem indicar reais possibilidades de transformações e superações a serem conquistadas pelas pessoas em sofrimento psíquico (SARACENO, 1999).

Além dessa mudança de papel dentro da família, uma técnica identificou que a criação de vínculo é um aspecto muito importante, pois a população usuária de saúde mental enfrenta dificuldade no que diz respeito a este aspecto, mas os usuários do Recriart ao longo de todo este processo têm evoluído, criando vínculo e uma relação de confiança com a equipe, o que facilita o processo de trabalho no empreendimento.

Também como encontrado no Bar BiBiTanTã, empreendimento solidário da saúde mental, o Recriart representa um instrumento para reconstrução da autonomia, protagonismo e ampliação do poder contratual, bem como de aquisição de lugares sociais reais na vida dos usuários, portanto, de ter trabalho, dinheiro, amigos, reconhecimento social/pessoal, de ter/enfrentar dificuldades, o que é possível com a organização participativa e solidária do trabalho (BALLAN; ARANHA E SILVA<sup>5</sup>, 2007 citado por BALLAN, 2010).

Em estudo realizado com os usuários do Recriart, os dados apontaram que eles vêem a experiência de participar do grupo como sendo algo inovador, importante e útil para suas vidas, possibilitando aprendizado, novas relações, ganho financeiro, oportunidade de trabalho e, ainda, promoção da saúde mental, representando então resultados e significados positivos para suas vidas (MILIONI, 2009).

---

<sup>5</sup> Ballan, C.; ARANHA E SILVA, A.L. Um projeto peripatético: o caminho d'O Bar BiBiTanTã. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso.

Na **quarta e última categoria temática** as entrevistadas trazem as diferentes mudanças que se fazem necessárias para o melhor desenvolvimento do grupo e, também apontam a expectativa para que os usuários conquistem maior autonomia e o grupo se formalize enquanto uma cooperativa ou associação.

Uma mudança apontada pelos membros da equipe refere-se à necessidade de respeitar o tempo/momento e ritmo dos usuários. Hirdes (2009) salienta que estudos demonstram os problemas que confrontam as pessoas com prolongadas desordens psiquiátricas e a dificuldade delas para entrar no mercado de trabalho, como por exemplo: déficits de ego que desempenham um papel crítico na inabilidade do indivíduo para aspectos funcionais laborais e, conseqüentemente, a manutenção do emprego; falta de autoestima e autoconfiança; inabilidade para tolerar frustração, temor de falhar manifestado como baixa motivação, ansiedade elevada e a inabilidade de ir junto com outros. Estes dados demonstram, a nosso ver, uma possível diferença necessária em relação à velocidade do processo quando comparado a outros empreendimentos da economia solidária.

Cançado e Cançado (2009) afirmam ainda que cada empreendimento apresenta uma dinâmica, velocidade e ritmo específicos, e assim, o técnico de incubação deve respeitar e reconhecer as diferenças existentes em cada grupo, de forma a respeitar sua autonomia.

Dentre as outras mudanças apontadas nos relatos, além da questão já refletida sobre o aumento da renda, têm-se as necessidades de: um profissional fixo para acompanhar/apoiar o grupo diariamente e assim contribuir para o desenvolvimento do empreendimento; o grupo tomar decisões sem influência da equipe, ou seja, ser responsável pelas escolhas de forma a concretizar a autogestão; capacitação para a melhoria da qualidade do papel e dos produtos e, ainda, inserir novos usuários no grupo.

A presença de um profissional/técnico fixo na equipe de incubação é apontada por alguns entrevistados como sendo importante. Em relação a esta questão salientamos que no Núcleo de Oficina e Trabalho (NOT) do Serviço de Saúde Mental Dr. Cândido Ferreira pode-se constatar a presença de doze oficinas existentes, sendo que todas são coordenadas por um profissional da saúde mental (psicólogo, terapeuta ocupacional, assistente social, enfermeiro, nutricionista). Além destes profissionais há os monitores que são os profissionais do ofício, responsáveis pela produção e qualificação dos usuários em determinada atividade (ALCÂNTARA, 2006). Diante dessa sugestão e das dificuldades de comunicação e rotatividade de integrantes da equipe parece-nos que a presença de técnicos específicos para o apoio ao grupo poderia favorecer o desenvolvimento e crescimento do grupo.

Em relação à necessidade de capacitação apontada pelas técnicas, identificamos que esta, como previsto na metodologia de incubação, deve ocorrer e vem ocorrendo de forma contínua, atendendo às necessidades do grupo. Como apresentado no processo de incubação do Recriart, foram criadas várias oportunidades/espços de capacitação tanto para a equipe quanto para os usuários e, que há mais recursos financeiros para novas capacitações/assessorias e compra de equipamentos que se encontram em processo de ampla discussão/definição das necessidades/desejos do grupo. Adriano (2010, p.131) também salienta que é preciso um “processo lento de educação, de formação, qualificação e capacitação, tendo, necessariamente, que ser permanente e integral, para que ocorra o desenvolvimento da economia solidária e dos seus princípios”.

Uma entrevistada aponta a necessidade de inserir novos usuários no grupo, o que reafirma a importância de aprofundar este debate com a equipe, pois, como apresentado no processo de incubação, esta é uma decisão que, após longo tempo de discussão foi definida como sendo de responsabilidade dos usuários, tendo em vista se tratar do processo de incubação de um empreendimento solidário pautado nos princípios do cooperativismo, e que portanto busca a autogestão. Por outro lado, em outros momentos, há a referência pelas entrevistadas de uma “fila de espera”, o que sugere haver, neste contexto, mais demanda por espaços de inclusão para usuários do CAPS reforçando a necessidade de reflexão desta questão entre a equipe e desta com o serviço.

A questão da formalização do empreendimento também apontada como expectativa da equipe ainda é um ponto crítico, uma vez que a atual legislação sobre cooperativismo social não dá respaldo para os empreendimentos nesta área. Desta forma, se faz necessário, primeiramente, mudar/alterar a legislação atual, questão esta que vem sendo amplamente debatida, sendo objeto da II Conferência Nacional de Economia Solidária e da I Conferência Temática de Cooperativismo Social.

Os debates e reflexões nesta área têm apontado que a legislação não respalda e não garante os objetivos de cidadania dos usuários, uma vez que pessoas com transtorno mental são induzidas a abrir mão de seu direito civil sem saber o que isso representa. Por meio de curatelas e tutelas, para, paradoxalmente, ter acesso a um direito social, os usuários acabam não assumindo o papel de trabalhadores efetivamente, com medo de perderem os benefícios que lhe são de direito (RODRIGUES; MARINHO; AMORIM, 2010).

Assim, a nova lei deve integrar todas as pessoas que se encontram em desvantagem; promover integração de políticas públicas intersetoriais de apoio e fomento aos empreendimentos que se organizam nos moldes cooperativistas e ainda garantir os direitos

das pessoas para que possam ser cooperativadas, sem perder os benefícios previdenciários no teto de até cinco salários mínimos (BRASL, 2010a).

Caçado e Caçado (2009) afirmam que as condições necessárias para o caminhar do grupo/cooperativa no futuro, sem o apoio do técnico de incubação, consistem em não diminuir a autonomia do grupo e respeitar a velocidade de realização da incubação, a veracidade dos diagnósticos e o *feedback* ao grupo incubado. Salientam que, assim se faz possível romper o assistencialismo e alcançar o objetivo da incubação.

Ao considerarem esta autonomia, os técnicos buscam a emancipação e o respeito aos usuários, sendo este último considerado por Caçado e Caçado (2009), o respeito aos valores emancipatórios, como por exemplo, autonomia e autenticidade do grupo. Tais valores darão suporte para que a cooperativa no futuro aprenda a caminhar sozinha, ou seja, sem o apoio técnico.

Finalmente, frente às reflexões que nos foram possíveis mediante a complexidade da experiência da equipe de incubação, reafirmamos a importância da presença dos técnicos nesse processo. Neste sentido como apontado, consideramos este apoio como tutela no sentido de direito à saúde, ou seja, na busca pela emancipação para que o usuário conquiste ou recupere autonomia, responsabilidade e independência. Também devemos considerar que, como o próprio nome indica e como assinalado, este é um processo. E, ainda, como apontado, há que se respeitar o tempo e o ritmo do grupo, portanto, necessita-se ter paciência e perseverança.

---

## CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil vem ao longo dos anos possibilitando transformações na forma de cuidar das pessoas em sofrimento psíquico, na luta pela conquista de um novo estatuto para essas pessoas, o de cidadão, trazendo à tona a questão da inclusão social pelo trabalho. Em relação a esta, a política nacional de saúde mental avança recentemente na efetivação da reabilitação psicossocial mediante a estratégia da articulação entre os campos da saúde mental e economia solidária.

Tal articulação foi possível já que ambos possuem o objetivo de lutar pelos direitos de pessoas que se encontram em desvantagem em nossa sociedade, buscando a inclusão de todos e a construção de uma sociedade mais solidária. Diante dessa diretriz, foi criado, em 2006, um empreendimento solidário, o Recriart, um grupo informal, em processo de incubação, entre a parceria do CAPS e da INCOOP/UFSCar, cuja experiência buscamos analisar neste estudo.

Ao apresentarmos e refletirmos sobre o processo de incubação deste grupo constatamos que esta experiência tem sido muito nova para todos os atores envolvidos havendo ainda escassez de estudos nesta área. Diante disso, esperamos que sua apresentação frente ao referencial de metodologia de incubação possa, além de contribuir para a reflexão do próprio processo, contribua também para outras experiências e para o conhecimento sobre metodologia de incubação na saúde mental.

Na apresentação desse processo, dividida por nós em dois momentos, constatamos que além da complexidade da incubação, o grupo apresenta vários avanços e conquistas. Deste processo salientamos a relevância da construção de parcerias e dentre elas, da construída entre a universidade e o CAPS que, além de viabilizar sua criação/constituição, tem garantido sua sustentabilidade e consolidação seguindo os princípios da economia solidária. Este fato reforça a diretriz do Ministério da Saúde sobre a importância da intersetorialidade no processo de inclusão social pelo trabalho de usuários de saúde mental.

Ao apreendermos a experiência da equipe envolvida no processo de incubação desse grupo, objeto de estudo desta pesquisa, evidenciamos o quão importante é, para seus integrantes, participar dessa construção que possibilita a conquista de novos sentidos para a vida dos usuários, portanto, do seu poder de emancipação. Há, entre todas as entrevistadas, o reconhecimento claro da relevância dessa diretriz para a efetivação da reabilitação

psicossocial e dos avanços conquistados pelos usuários ao longo do processo relacionados à autonomia, às habilidades para o trabalho, de ocuparem um novo lugar na família e da ampliação/criação de novas relações, novos espaços. Mesmo que haja tal reconhecimento a equipe se pergunta, por vezes, se tais avanços não seriam mais importantes do que propriamente uma renda satisfatória, o que contradiz as diretrizes da área.

Mesmo perante as dúvidas em não saber lidar com os usuários e conflitos na equipe, as técnicas relataram que essa experiência é algo novo e gratificante, pois vem possibilitando aprendizado tanto pessoal como profissional, demonstrando que a incubação é um processo por meio do qual estão aprendendo e encontrando, na prática, o significado de ser apoio. Há ainda muita satisfação/prazer neste trabalho gerado pela troca de saberes entre a equipe, pela presença de cooperação entre seus integrantes, pela possibilidade da criação de vínculo com os usuários e por visualizarem resultados positivos apontados como facilidades neste processo.

Ao analisarmos o significado de ser apoio encontramos que o papel do técnico é o de facilitador/educador, quando participa de todas as atividades de produção e comercialização fazendo junto com os usuários e não por eles. Porém há a referência do não saber determinar, com clareza, a medida certa dessa presença em razão da qual reafirmamos a importância do apoio dos técnicos entendendo-o como tutela no sentido de direito à saúde. Ainda, dentre os seus papéis, consideram o de emprestar poder de contratualidade aos usuários e desmistificar o preconceito. Nesse sentido enfatizamos a relevância da inclusão pelo trabalho na construção de um novo imaginário social em relação à loucura.

As técnicas também referem que é no processo de apoio que buscam construir autonomia. Entendida, nesse contexto, como a expectativa de que os usuários consigam realizar todas as etapas do processo de produção e comercialização sozinhos, portanto, sem o apoio da equipe. Entretanto reconhecem que este é um processo difícil e se questionam se a autonomia plena e total não é uma utopia. Também constatamos por meio dos relatos que há a necessidade de uma definição clara deste conceito pelas técnicas uma vez que, por vezes, ela aparece como sinônimo de independência.

Ao refletirmos com as técnicas sobre as várias atividades que realizam no apoio aos usuários, identificamos a necessidade de um maior planejamento e da definição clara das responsabilidades de cada integrante da equipe de incubação, incluindo a reflexão sobre a produção de conhecimento tendo em vista a parceria com a universidade. Face a estas questões e à clareza do papel de facilitador/educador do técnico sugerimos a ampliação de

espaços de reflexão/capacitação da equipe na temática com ênfase em metodologia de incubação.

Entretanto, para além do reconhecimento da importância deste trabalho e da visualização de resultados positivos para a vida dos usuários, as entrevistadas apontam muitas dificuldades, limites e desafios nesse processo. Dentre eles ressaltamos, primeiramente, a baixa renda gerada pelo empreendimento, o que leva algumas técnicas a se perguntarem, por vezes, se o Recriart é mais uma “ocupação do tempo ocioso” do que um trabalho de fato. Porém, identificamos que a baixa renda produzida se relaciona as várias e outras dificuldades/desafios desse processo, além de esta questão não se constituir em uma dificuldade inerente apenas deste grupo solidário ou de empreendimentos de usuários de saúde mental, mas também dos empreendimentos da economia solidária. Desta forma, reforçamos as várias estratégias que os atores destes campos têm apontado para o seu enfrentamento e, dentre elas, a diretriz da construção de redes de comercialização de economia solidária.

Outra dificuldade encontrada, também inerente a empreendimentos de economia solidária, relaciona-se à relevante questão e desafio de se concretizar a autogestão, entendida como a gestão direta e democrática dos sócios nas funções de planejamento, direção e execução das atividades do empreendimento. Enfatizamos que a construção da gestão solidária se constitui em um processo lento, difícil e que requer paciência, uma vez que para sua garantia é preciso criar condições para sua efetivação.

Frente às dificuldades e reconhecendo os desafios da equipe concordamos com as entrevistadas quando apontam a necessidade da presença/contratação de um profissional fixo/específico para integrar a equipe. Este possibilitaria, além da continuidade no processo de produção e comercialização, reforços em todas as atividades que compreendem o processo de incubação, acelerando assim o desenvolvimento do grupo. Tal recomendação se justifica também, pois como apontado, há nesse contexto a precarização do trabalho tanto de trabalhadores do CAPS quanto da universidade.

As técnicas ainda apontam a expectativa de formalização do Recriart enquanto uma cooperativa ou associação, questão esta que vem sendo amplamente discutida entre os atores da saúde mental e da economia solidária. O marco desta discussão foi a recém realizada Conferência Temática de Cooperativismo Social, visto que a legislação atual não dá respaldo para empreendimentos nesta área, dificultando sua formalização e desenvolvimento. Neste sentido as diretrizes apontadas no eixo jurídico dessa Conferência assinalam, dentre outras, a necessidade de mudança na atual legislação de cooperativismo social de forma a abranger

questões relacionadas à garantia de benefícios aos usuários, mesmo que estes sejam sócios de empreendimentos solidários.

Enfatizamos ainda que o desenvolvimento/crescimento/sustentação não apenas do Recriart, mas de todas as experiências que atualmente se multiplicam pelo país estão diretamente relacionadas ao avanço/concretização da lei do cooperativismo social. E também, como bem aponta o Relatório Final desta Conferência, da implantação e fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que fomentam e incentivam iniciativas desta natureza. Neste sentido, consideramos as perspectivas desta construção, no atual momento, amplas.

---

## REFERÊNCIAS

---

ADRIANO, P.L. Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios. In: DAL RI, N.M. **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Marília: Cultura Acadêmica, 2010. p. 119-35.

ALCÂNTARA, L.C. Experiências de Geração de Renda e Trabalho em saúde mental e agências de apoio e fomento. In BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. p.34-38.

ALVERGA, A. R.; DIMENSTEIN, M. Psychiatric reform and the challenges posed by deinstitutionalization. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** v.10, n.20, p. 299-316, jul/dez 2006.

AMARANTE, P. Asilos, alienados, alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil. In: AMARANTE, P. (Org). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1994. p.73-84.

AMARANTE, P. Loucura e ação cultural: desinstitucionalização e reforma psiquiátrica no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 49, 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 1997. p. 289-308.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 120p.

ANDRADE, T.S.C. **Economia Solidária e Saúde Mental**: comportamentos de mediadores de processos de incubação de empreendimentos solidários para a inclusão social e econômica de pessoas com transtornos mentais. São Carlos:UFSCar, 2008. 80p. Trabalho de Conclusão de Curso.

ANDRADE, E.P; DUARTE, M.D. **Incubadora de cooperativas populares**: gerando emprego e renda e fazendo solidária a economia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 23, 2003, Ouro Preto, 2003. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003\\_TR0113\\_1144.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0113_1144.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010.

ARANHA E SILVA, A.L. **O Projeto Copiadora do CAPS**: do trabalho de reproduzir coisas à produção de vida, 1997. 161p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Coletiva) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ASSUMPÇÃO, S.S.F. **Benefício de prestação continuada**: uma estratégia para autonomia?, 2004. 117p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2004.

BALLAN, C. **O livro das receitas d'O Bar Bibitantã**: conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no Município de São Paulo, 2010. 195p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Portugal : Edições 70, 2008. 281p.

BARFKNECHT, K.; MERLO, A.R.C.; NARDI, H.C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.2, p.54-61, 2006.

BARROS, D.D. Cidadania *versus* periculosidade social: a desinstitucionalização como desconstrução de um saber. In: AMARANTE, P. (Org). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 171-195.

BASAGLIA, F.O. **Mário Tommasini**: vidas e feitos de um democrata radical. São Paulo : Hucitec, 1993. 105p.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.867 de 10 de novembro de 1999**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9867.htm>>. Acesso em: 24 maio 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **III Conferência Nacional de Saúde Mental**: Caderno Informativo. 1.ed. Brasília Ministério da Saúde, 2001. 68 (Série D. Reuniões e Conferências; n. 15).

BRASIL. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da III CNSM. CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL, 3. 2001. **Relatório Final...** Brasília: Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde, 2002. 213p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária**: inclusão social pelo trabalho. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005a. 134p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e**

**política de saúde mental no Brasil.** Brasília: OPAS, 2005b. 56p. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Grupo de Trabalho, Saúde Mental e Economia Solidária, Instituído pela Portaria Interministerial nº 353, de 7 de março de 2005. 2006a. **Relatório Final...** Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL\\_GT1.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/REL_GT1.pdf)>. Acesso em: 13 mar 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.** 2006b. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2. 2009. **Regulamento Geral...** Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/regulamento\\_II\\_conaes.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/regulamento_II_conaes.pdf)>. Acesso em: 19 nov 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego. CONFERÊNCIA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO SOCIAL, 1. 2010a. **Caderno Temático...** Brasília. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cadtema\\_coopera.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/cadtema_coopera.pdf)>. Acesso em: 19 nov 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Economia Solidária.** 2010b. Brasília. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>>. Acesso em: 30 mar 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Brasília: MTE, SENAES, 2010c. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp)>. Acesso em: 05 out 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007 – Versão Web.** 2010d. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlases/>>. Acesso em: 30 mar 2010.

CANÇADO, A.C.; CANÇADO, A.C.M.G. **Incubação de Cooperativas Populares:** metodologia dos indicadores de desempenho. 2 ed. Palmas : Futura, 2009. 206p.

CAPACLE, C. **A Política Social de Economia Solidária:** um estudo de caso do município de São Carlos. 2010. 236p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro : Graal, 1978. 329p.

CORTEGOSO, A.L. Identificação e descrição de relações comportamentais na economia solidária. **Psicologia: ciência e profissão**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.246-265, 2007.

CORTEGOSO, A.L.; PORTO, V.C.F.C. Comportamento humano e normas de conduta em economia solidária: relato de experiência. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v.23, n.4, p. 449-456, 2007.

CORTEGOSO, A.L. et al. Comportamentos ao incubar empreendimentos solidários: a descrição do fazer coletivo como referencial para o fazer de cada um. In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. **Psicologia e economia solidária** – interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 117-136.

CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. Campinas. Universidade Estadual de Campinas, 2002. Disponível em: <[http://www.itcp.unicamp.br/downloads/itcp\\_doc1.doc](http://www.itcp.unicamp.br/downloads/itcp_doc1.doc)>. Acesso em: 14 abr 2010.

DAGNINO, R. FONSECA, R. Economia Solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papeis. **Revista Trimestral de Debate da FASE**. Pará. p.16-24, 2007. Disponível em: <[http://www.acompanhamentoproninc.org.br/proposta/proposta\\_112/renato.pdf](http://www.acompanhamentoproninc.org.br/proposta/proposta_112/renato.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010.

DAL MAGRO, M.L.P.; COUTINHO, M.C. Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 13, n. 4, dez, p.703-11, 2008.

DELGADO, P.G.G. Economia Solidária e Saúde Mental. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 134p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

DOMITTI, A.C.P.; CARNEVALLI, M.E.C.; BIANCHINI, V.A.S. **Núcleo de oficina e trabalho**. [on line] jan 2001. Disponível em: <[http://www.candido.org.br/component/option,com\\_docman/task,cat\\_view/gid,23/dir,DESC/order,name/Itemid,62/limit,8/limitstart,24/](http://www.candido.org.br/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,23/dir,DESC/order,name/Itemid,62/limit,8/limitstart,24/)>. Acesso em: 09 mar 2010.

EID, F. **Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária.** Disponível em: <[http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/LIA\\_IRACY\\_2004.pdf](http://www.unitrabalho.org.br/imagens/artigos/set05/LIA_IRACY_2004.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010.

FILIZOLA, C.L.A. **O trabalho em um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) do município de Santos (SP):** resgatando desejos, reconstruindo projetos de vida em um tempo sem milagres. 1999. 220p. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 1999.

FILIZOLA, C.L.A.; MILIONI, D.B.; PAVARINI, S.C.I. A vivência dos trabalhadores de um CAPS diante da nova organização do trabalho em equipe. **Revista Eletrônica Enfermagem.** [Internet], 2008, v.10, n.2, p.491-503. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n2/v10n2a20.htm>>. Acesso em: 20 set 2010.

FILIZOLA, C.L.A. **Promovendo a inclusão social pelo trabalho de usuários do CAPS de São Carlos na perspectiva da Economia Solidária.** Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2006. Relatório de Atividade de Extensão.

FILIZOLA, C.L.A. et al. A inclusão social pelo trabalho de usuários do CAPS de São Carlos na perspectiva da Economia Solidária – o processo de implantação. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO GRUPO TORDESILHAS DE ENFERMAGEM, 2, 2007, São Carlos. **Anais...**São Carlos: UFSCar, 2007. p.2.

FILIZOLA, C.L.A.; BARBÉRIO, I.C. **Recriart:** grupo de geração de trabalho e renda de usuários do CAPS de São Carlos. Universidade de São Carlos, 2008. Projeto encaminhado ao Ministério da Saúde.

FILIZOLA, C.L.A. **Promovendo a inclusão social pelo trabalho de usuários do CAPS de São Carlos na perspectiva da Economia Solidária.** 2009a. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009. Relatório de Atividade de Extensão.

FILIZOLA, C.L.A. **Promovendo a inclusão social pelo trabalho de usuários do CAPS de São Carlos na perspectiva da Economia Solidária.** 2009b. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009. Proposta de Atividade de Extensão.

FORTUNA, C.M. et al. O trabalho de equipe no Programa de Saúde da Família: Reflexões a partir de conceitos do processo grupal e de grupos operativos. **Revista Latino-Americana Enfermagem,** Ribeirão Preto, v.13, n.2, p.262-268, 2005.

GOMES, K.D.A.; FILIZOLA, C.L.A. Promovendo a reabilitação psicossocial no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de São Carlos. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, 5, 2005, São Carlos. **Anais...**São Carlos: UFSCar, 2005. p.173.

GOMES, F.P. et al. **Introdução a Economia Solidária**: formação em economia solidária: Projeto Casa Brasil (Módulo 2). Ministério do Trabalho e Emprego/ Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em: <[http://www.casabrasil.gov.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=15&Itemid=67](http://www.casabrasil.gov.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=15&Itemid=67)> .Acesso em: 13 abr 2010.

GOMES, R.C.M.; MARQUES, P.L. **Economia solidária e saúde mental no Brasil**: desafios e perspectivas das políticas públicas. In: IX CONGRESSO INTERNATIONAL DE SALUD MENTAL Y DERECHOS HUMANOS. Buenos Aires - Argentina. Disponível em: <<http://www.brasilautogestionario.org/wp-content/uploads/2010/11/Economia-Solid%C3%A1ria-e-Sa%C3%BAde-Mental-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 nov 2010.

GUIMARÃES, G.T.D.; MACIEL, C.; EIDELWEIN, K. Transformações no mundo do trabalho, economia solidária e sua relação com incubadoras sociais. **Revista Texto & Contexto**, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 19-33, jan./jun. 2007.

HAGUETTE, T. M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes. 1992. 163p.

HIRDES, A. Autonomia e cidadania na reabilitação psicossocial: uma reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.165-171, 2009.

INCOOP. **Incubadora Regional de Cooperativas Populares**. São Carlos. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/teste/spip.php?rubrique1>>. Acesso em: 24 mar 2009.

INCOOP. **Incubadora Regional de Cooperativas Populares**. São Carlos. Disponível em: <<http://www.incoop.ufscar.br/>>. Acesso em: 13 abr 2010.

INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (ITCP/COPPE-UFRJ). **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede\\_itcp.php](http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php)>. Acesso em: 05 out 2010.

JORGE, M.S.B.; BESERRA, M.L.M.R. Inclusão e exclusão social do doente mental no trabalho: representações sociais. **Revista Texto & Contexto**, Porto Alegre, v.13, n.4, p.551-8, 2004.

KAWAHALA, E. et al. Saúde Mental e Economia Solidária: estratégias de reabilitação psicossocial. EXTENSIO: **Revista Eletrônica de Extensão**. ano 6. n. 7, 2009. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/viewFile/10922/10441>>. Acesso em: 05 out 2010.

KINOSHITA, R.T. Contratualidade de reabilitação psicossocial. In: PITTA, A. (Org). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.55-59.

LANG, A.B.S.G. Documentos e depoimentos. In: LANG, A.B.S.G. (Org). **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: CERU, 1992 (Série 2, n.3). p. 78-96.

LEAL, E.M. **A noção de cidadania como eixo da prática clínica**: uma análise do Programa de Saúde Mental de Santos. 1994. 198p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1994.

LEAL, E. M. Trabalho e Reabilitação psiquiátrica fora do contexto hospitalar. In: COSTA, C.M; FIGUEIREDO, A.C. (Org). **Oficinas terapêuticas em saúde mental**: sujeito produção e cidadania. Rio de Janeiro : IPEUB/UFRJ, 2004. p.11-22.

LECHAT, N.M.P.; BARCELOS, E.S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 96-104, jan/jun, 2008.

LUDKE, M., ANDRÉ, M.E.D. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99p.

LUSSI, I.A.O. **Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social**: concepções e relações elaboradas por usuários de serviço de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. 169p. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto. 2009.

MANCE, E.A. **Economia Solidária**: um novo paradigma?. SEMINÁRIO CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Florianópolis, 2000. Disponível em: <[www.milenio.com.br/mance/economia2.htm](http://www.milenio.com.br/mance/economia2.htm)>. Acesso em: 4 abr 2010.

MARQUES, A.J.S. Reabilitação psicossocial e a reforma psiquiátrica em Juiz de Fora. In: PITTA, A. (Org.) **Reabilitação psicossocial no Brasil**. São Paulo : Hucitec, 1996. p. 104-112.

MARTINS, R.C.A. Saúde Mental e Economia Solidária: construção democrática e participativa de Políticas Públicas de inclusão social e econômica. In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. **Psicologia e economia solidária** – interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 245-262.

MASCARENHAS, T.S. **Cultura, política e educação no movimento de economia solidária. GT-03: movimentos sociais e educação.** Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT03-4973--Int.pdf>>. Acesso em: 23 mar 2010.

MELLO, S.L. et al.. Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo: história, reflexões e práticas. **Revista de Cultura e Extensão - USP.** São Paulo. Disponível em: < <http://www.usp.br/prc/revista/pp3.html>>. Acesso em: 06 abr 2010.

MENDES, S.M.O. **Saúde Mental e trabalho:** transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora. 2007. 164p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

MILHOMEN, M.A.G.C.; OLIVEIRA, A.G.B. O. O trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial: um estudo em Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. **Revista Gaúcha Enfermagem,** Porto Alegre, v. 30, n.2, p. 272-9, 2009.

MILIONI, D.B. **Saúde Mental e inclusão social pelo trabalho na perspectiva da Economia Solidária:** a experiência dos integrantes do Recriart. 2009. 111p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2009.

MILIONI, D.B.; FILIZOLA, C.L.A.; TAGLIAFERRO, P. Tecnologia de produção de papel reciclado: importância e necessidade de investimento em pesquisa. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F. (Org). **Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda.** São Carlos : Claraluz, 2009. E-book. p. 93-99. Disponível em: <<http://www.conaresol.ufscar.br/download/EbookFINAL.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2010.

MINAYO. M.C.S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007. 407p.

MOTA, T.D.; BARROS, S. Saúde mental, direitos, cidadania: o escritório de advocacia como agência para inclusão social. **Revista Escola Enfermagem - USP,** São Paulo, v.42, n.2, p.220-6, 2008.

NICÁCIO, M.F.S. **O processo de transformação da saúde mental em Santos:** desconstrução de saberes, instituições e cultura. 1994. 155p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1994.

NICÁCIO, F. KINKER, F.S. O desafio do viver fora: construindo a cooperativa Paratodos. In: CAMPOS, F.C.B.C.; HENRIQUES, C.M.P. (Org). **Contra a maré à beira mar: a** experiência do SUS em Santos. São Paulo: Página Aberta, 1996. p. 121-131.

NICÁCIO, M.F. Reforma Psiquiátrica, direito ao trabalho e emancipação. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 134p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). p.75-78.

NICÁCIO, F; MANGIA, E.F.; GHIRARDI, M.I.G. Projetos de inclusão no trabalho e emancipação de pessoas em situação de desvantagem: uma discussão de perspectivas. **Revista Terapia Ocupacional - USP**, São Paulo, v.16, n.2. p. 62-66, 2005.

OLIVEIRA, A.L. **A Atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau:** a economia solidária no debate acerca do desenvolvimento regional. 2002. 187p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2002.

ONOCKO CAMPOS, R.T.; CAMPOS, W.S. Co-construção de autonomia: o sujeito e questão. In: CAMPOS, G.W.S. et al. **Tratado de Saúde Coletiva.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 669-87.

PEREIRA, M.A.O. A reabilitação psicossocial no atendimento em saúde mental: estratégias em construção. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.15, n.4, p.658-64, 2007.

PITTA, A.M.F. O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: PITTA, A. (Org.) **Reabilitação psicossocial no Brasil.** São Paulo : Hucitec, 1996. p.19-26.

RECH, D. Economia Solidária, condições de vida e dignidade e autonomia. Associação Brasileira de ONG. Proposta no. 98. 2003. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/projetos/vitrine/admin/Upload/1/File/Proposta98/danielrech98.pdf>>. Acesso em 05 out 2010.

REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Conferência Temática de Cooperativismo Social.** Disponível em:

<<http://saudeecosol.wordpress.com/2010/05/06/conferencia-tematica-de-cooperativismo-social-e-confirmada/>>. Acesso em: 24 maio 2010.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. Descrição da Tecnologia Social. Disponível em: <[http://www.rts.org.br/bibliotecarts/relatorios-1/ts\\_descricao\\_incubacao\\_apoio\\_empreendimentos\\_solidarios.pdf](http://www.rts.org.br/bibliotecarts/relatorios-1/ts_descricao_incubacao_apoio_empreendimentos_solidarios.pdf)>. Acesso em: 13 abr 2010.

RODRIGUES, R.C.; MARINHO, T.P.C.; AMORIM, P. Reforma Psiquiátrica e inclusão social pelo trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo\\_int.php?id\\_artigo=3228](http://www.abrasco.org.br/cienciasaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=3228)>. Acesso em: 09 mar 2010.

ROTELLI, F. Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. In: AMARANTE, P. (Org). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p.149-169.

ROTELLI, F.; LEONARDIS, O.; MAURI, D. Desinstitucionalização: uma outra via. In: NICÁCIO, M.F. (Org). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 17-59.

SARACENO, B. Reabilitação Psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In: PITTA, A. (Org). **Reabilitação Psicossocial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-18.

SARACENO, B. **Libertando identidades**: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro : Instituto Baságliá / Te Corá, 1999. 175p.

SILVA, N.C. et al.. A experiência de capacitação em Economia Solidária de um grupo formado por usuários de saúde mental. In: ZANIN, M.; GUTIERREZORG, R.F. **Economia solidária**: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda. São Carlos: Claraluz, 2009. E-book. p. 342-353. Disponível em: <<http://www.conaresol.ufscar.br/download/EbookFINAL.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2010.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER,P.; SOUZA, A.R. (Org). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.11-28.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo : Fundação Perscu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A.D (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p.116-125.

SINGER, P. Saúde mental e economia solidária. In: BRASIL. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005 (Série B. Textos Básicos de Saúde). p.11-2.

SINGER, P. Economia solidária, produção de conhecimento e extensão. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F (Org). **Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda**. São Carlos : Claraluz, 2009. E-book.p 12-13. Disponível em: < <http://www.conaresol.ufscar.br/download/EbookFINAL.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2010.

SVARTMAN, B.P. et al. Reflexões sobre as condições psicossociais do exercício da autogestão. In: CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. (Org). **Psicologia e Economia Solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 39-52.

TAGLIAFERRO, P. et al. Atores envolvidos no processo de incubação de empreendimento solidário de reciclagem de papel em saúde mental e importância da construção de parcerias. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F (Org). **Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda**. São Carlos : Claraluz, 2009. E-book. p 205-207. Disponível em: < <http://www.conaresol.ufscar.br/download/EbookFINAL.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2010.

TEIXEIRA, I.M.C.; FILIZOLA, C.L.A. **Compreendendo a percepção de familiares sobre a participação dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial no projeto de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária**. São Carlos: UFSCar, 2008. 112p. Relatório de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

TENÓRIO, F. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p. 25-59, 2002.

TORRE, E.H.G; AMARANTE, P. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.73-85, 2001.

VIDAL, C.E.L.; BANDEIRA, M.; GONTIJO, E.D. Reforma psiquiátrica e serviços residenciais terapêuticos. **Jornal Brasileiro Psiquiatria**. Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p. 70-79, 2008.

WESTPHAL, V.W. Diferentes matizes da idéia de soliedariedade. **Revista Katálysis.**, Florianópolis, v.11, n.1, p.43-52, jan/jun.2008.

ZALULA, M. B. **Os Sentidos da Economia Solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa**. 2007. 156p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. Trabalho e transtornos mentais graves: breve histórico e questões contemporâneas. **Psicologia; ciência e profissão**, v.26, n.1, p.154-167, 2006.

ZANIN, M. **Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano**: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo, São Carlos (SP). Projeto de Pesquisa aprovado pela FAPESP – Fase I , 2007.

ZANIN, M. Apresentação. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R.F. (Org). **Economia solidária**: tecnologias em reciclagem de resíduos para geração de trabalho e renda. São Carlos : Claraluz, 2009. E-book. p. 10-11. Disponível em: <<http://www.conaresol.ufscar.br/download/EbookFINAL.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2010.

ZANON, C.J.N.; CAMPOS, A.L.A. Políticas governamentais de inclusão do doente mental no Brasil. **Pesquisa em Debate**, edição especial, 2009. Disponível em: <[http://www.saomarcostatuape.com.br/portal2/pos/pesquisaEmDebate/docs/pesquisaEmDebate\\_especial1/artigo\\_22.pdf](http://www.saomarcostatuape.com.br/portal2/pos/pesquisaEmDebate/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_22.pdf)>. Acesso em: 15 set 2010.

## APÊNDICE A

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

1. Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**O processo de incubação de um empreendimento coletivo autogestionário de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – a experiência da equipe de incubação**”.
2. Você foi escolhido por ser integrante da equipe de incubação do Grupo Recriart. Sua participação não é obrigatória.
3. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a experiência dos integrantes da equipe no processo de incubação do Grupo Recriart, empreendimento coletivo autogestionário, tendo como pano de fundo os referenciais da Reabilitação Psicossocial e da Economia Solidária.
4. Sua participação ajudará na compreensão do processo de incubação de empreendimentos coletivos autogestionários em saúde mental. Desta forma estará contribuindo na produção de conhecimento do processo de inclusão social pelo trabalho de usuários de saúde mental no “mundo do trabalho” e na construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária. Não haverá nenhum benefício direto à sua pessoa.
5. Sua participação nesta pesquisa será em responder algumas perguntas durante uma entrevista individual. A entrevista será gravada com uso de gravador.
6. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar sua participação.
7. Se você não quiser participar, isso não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador, com o Grupo Recriart, com o Centro de Atenção Psicossocial, ou até mesmo, com a Universidade Federal de São Carlos.
8. Este estudo não deve oferecer qualquer despesa ou desconforto para você. Esta pesquisa não envolve procedimentos invasivos, no entanto, há possibilidade de riscos, porém são mínimos como: você se mostrar ansioso diante da entrevista gravada ou mesmo preocupado com a garantia do sigilo. Quanto ao sigilo, as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos que seu nome não será divulgado.
9. Caso perceba qualquer risco ou dano a sua pessoa, não previstos neste termo, as atividades desta pesquisa poderão ser imediatamente suspensas. A qualquer momento estaremos a sua disponibilidade para esclarecimentos com relação à pesquisa.
10. Os resultados dessa pesquisa serão apresentados em Congressos da área e publicados em revista científica, garantindo-se sempre o sigilo dos participantes.
11. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

---

Priscila Tagliaferro

---

Profa. Dra. Carmen Lúcia Alves Filizola

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, km. 235 – Caixa Postal 676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@power.ufscar.br](mailto:cephumanos@power.ufscar.br)

Local e Data: \_\_\_\_\_

---

Sujeito da Pesquisa

**APÊNDICE B**  
**Roteiro de Identificação dos trabalhadores**

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_

**DADOS PROFISSIONAIS:**

Formação: \_\_\_\_\_ Ano de conclusão: \_\_\_\_\_

**Outros Cursos na área da Saúde (Qualificação):** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**Realizou algum treinamento em saúde mental e economia solidária?**

sim ( ) não ( ) Qual (ais)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Tempo de atividade profissional na área da saúde:**

Locais em que trabalhou:

Local	Tempo de Trabalho	Função

Trabalha em outro local? sim ( ) não ( ) Qual (is)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Tempo de trabalho: \_\_\_\_\_

Na secretaria da saúde: \_\_\_\_\_ No CAPS: \_\_\_\_\_

INCOOP: \_\_\_\_\_

Tipo do vínculo profissional: \_\_\_\_\_

Carga horária de trabalho semanal: \_\_\_\_\_



**APÊNDICE D**  
**Roteiro de Entrevista**

1. Como tem sido para você a experiência de participar desse processo de incubação junto ao grupo Recriart?
2. Como você percebe o seu papel junto ao grupo? Quais as atividades que realiza?
3. Há dificuldades e facilidades nesse processo? Quais?
4. Você acredita que há prática de autogestão no grupo?
5. Como você percebe a inclusão social pelo trabalho dos usuários?
6. Que sentido você acredita que o Recriart tem para a vida dos usuários?
7. Em que você acredita que possa melhorar?
8. O que você espera desse processo de incubação?

## ANEXO A

### Aprovação Cômite de Ética



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA  
Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos  
Via Washington Luís, km. 235 - Caixa Postal 676  
Fones: (016) 3351.8109 / 3351.8110  
Fax: (016) 3361.3176  
CEP 13560-970 - São Carlos - SP - Brasil  
propg@power.ufscar.br - <http://www.propg.ufscar.br/>

### CAAE 1011.0.000.135-09

**Título do Projeto:** O processo de incubação de um empreendimento coletivo autogestionário de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) a experiência da equipe de incubação

**Classificação:** Grupo III

**Procedência:** Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

**Pesquisadores (as):** Carmen Lúcia Alves Filizola, Priscila Tagliaferro (orientanda)

**Processo nº.:** 23112.001426/2009-54

### Parecer Nº. 165/2009

#### 1. Normas a serem seguidas

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 – Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeiram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item III.2.e).
- Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ e ao término do estudo.

#### 2. Avaliação do projeto

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (CEP/UFSCar) analisou o projeto de pesquisa acima identificado e considerando os pareceres do relator e do revisor DELIBEROU:

As pendências apontadas no Parecer nº. 141/2009, de 1 de junho, foram satisfatoriamente resolvidas.

O projeto atende as exigências contidas na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

#### 3. Conclusão:

Projeto aprovado

São Carlos, 4 de junho de 2009.

  
 Prof.ª Dra. Cristina Paiva de Sousa  
 Coordenadora do CEP/UFSCar





